

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**  
**ATA N.º 02/2020**  
**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE JUNHO**

<b>Presidente:</b>	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
<b>2.º Secretário:</b>	- <i>José António Costa Ferreira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da 1.ª Sessão Ordinária 28 de fevereiro de 2020</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores:</b>  - <i>Orlando Ferreira Pires</i>  - <i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i>  - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i>  - <i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i>  - <i>José Miguel Romão Cunha</i>  - <i>Sílvio António dos Santos</i>

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

**Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado já haver quórum, começo por cumprimentar todos os Senhores Deputados presentes, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhores membros do público e Comunicação social. Muito bom dia a todos, vamos então dar início à nossa Sessão.

Quero deixar aqui uma mensagem a todos vós, breve, genuína, sem hipocrisias pessoais ou políticas, mas que, no tempo turbado que temos passado, eu gostaria de vos transmitir.

“Estamos a viver um momento muito peculiar, mas não será por isso que deixamos de cumprir com o dever de atentamente acompanharmos e agirmos face ao evoluir da situação da Covid-19 no nosso Município.

As Sessões da Assembleia Municipal de Mirandela são, normalmente muito trabalhosas... direi mesmo que por vezes desgastantes, mas apesar disso e para quem gosta do seu concelho, para quem gosta da política, acho que sentimos naturalmente todos um grande vazio neste interregno, pois fez-nos falta, eu senti falta e penso que este é um sentimento generalizado.

Mas eis-nos de novo e naturalmente com energias redobradas, no exercício das funções que nos foram confiadas pelos nossos munícipes.

Na Assembleia de Mirandela vai retomar-se o debate político..., talvez e dadas as circunstâncias, de forma ainda mais empenhada, pois o período por que acabamos de passar, teve naturalmente o efeito de nos ensinar algo de novo sobre a vida, sobre a sociedade e também sobre a política.

É hora de fazermos um balanço da situação e também analisarmos as medidas tomadas, as decisões avançadas e a estratégia generalizada, por parte daqueles a quem coube e cabe agir, em especial no nosso concelho.

É essa uma das nossas funções...

Mas, espero de todos e de cada um, uma análise ponderada e uma correta avaliação, bem como havendo lugar a elas, críticas devidamente fundamentadas e essencialmente construtivas...

Todos sabemos o quão difícil se torna atingir 100 %, na construção de medidas mais acertadas e mais difícil ainda, elaborar essas medidas em prol e do agrado de todos.

A crítica construtiva será numa altura destas, a mais valiosa e fundamental ferramenta moral e política, para o contributo de uma melhoria de desempenho a quem é devida essa função... assim as saibamos fazer e assim o interpretem os principais protagonistas.

Há cem anos, Portugal foi vítima de uma pandemia semelhante à que vivemos... a Pneumónica ou Gripe Espanhola, mas infelizmente, o nosso país não tinha nessa época a situação económica de hoje, nem tinha um sistema de saúde incomparável ao de hoje... por sua vez não tinha também políticos tão sensatos como os de hoje.

É bom que se reconheça...

E quando digo políticos, refiro-me naturalmente aos que têm responsabilidades governativas e aos que têm a difícil tarefa e dever de oposição.

É essa mesma sensatez que se espera aqui também de nós.

*Marcelo, Costa, Rio* e outros, temos de aceitar, proporcionaram-nos algum conforto nesse período conturbado.

Também os autarcas do nosso país, de norte a sul, fizeram o respetivo trabalho de casa. O contributo e esforços de quase todos, foram preponderantes para o domínio da situação e para a minimização de alguns dos problemas dos seus municípios.

Naturalmente, que terá havido quem não resistisse à tentação do populismo ou do mediatismo, mas o resultado das suas ações, teve naturalmente e na sua maior parte, um reflexo positivo.

Mas, os custos das medidas tomadas ao nível do Estado e das autarquias revelam-se nitidamente colossais... e muitas vezes nem sequer devida e criteriosamente distribuídas... talvez por isso, rapidamente nos demos conta, todos, da fragilidade económica de Portugal e da grande parte dos países da Comunidade Europeia.

Teremos todos sem exceção a consciência de que vêm aí tempos difíceis..., com muitos problemas de ordem social, problemas de ordem profissional..., problemas de precaridade..., problemas enfim, de toda a natureza... e nós, com a quota-parte que nos toca, poderemos e deveremos fazer parte da solução... fundamentalmente no que concerne ao Município de Mirandela.

Assim, estou certo do empenho e da elevação deste Plenário, aos vários assuntos que hoje e amanhã vão estar em discussão e que serão de fulcral interesse para a nossa comunidade.

Aguardo, muito sinceramente, de todos, um trabalho produtivo e de excelência.

Até porque, a história do nosso concelho não deixará de registar nesta época desigual, a qualidade deste nosso desempenho.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente, bom dia.

Feita a chamada, passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Vitor Manuel Correia* é substituído por *Vitor Manuel Fernandes Pratas*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Helder Armando Ruivo Castelo*;

Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso* é substituída por *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*;

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída por *Paulo Jorge Pereira Afonso*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Eduardo Evaristo Cabanas* é substituído por *Rui Alexandre Ramos Pires*.

### **Registo de Faltas.**

*Sandra Cristina Bento Gomes, José Manuel Lemos Pavão, Vitor Manuel Correia, Joaquim António Morais Clemente, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, José Eduardo Evaristo Cabanas e Marlene Margarida Grifo Baptista.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 05 de junho de 2020.
- *José Manuel Lemos Pavão*: Sessão de 05 de junho de 2020.
- *Vitor Manuel Correia*: Sessão de 05 de junho de 2020.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 05 de junho de 2020.
- *José Eduardo Evaristo Cabanas*: Sessão de 05 de junho de 2020.
- *Marlene Margarida Grifo Baptista*: Sessão de 05 de junho de 2020.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 05 de junho de 2020.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

### **1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2020.**

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *LUÍS MOSQUEIRO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Aproveito esta oportunidade para expressar aqui uma emoção de felicidade por estarmos todos aqui, neste espaço, significa que estamos todos a conseguir ultrapassar esta crise pandémica.

Esta é a primeira mensagem que eu queria transmitir e também propor aqui algum ajustamento, porque em todas as Assembleias há correções às Atas, propor aqui um ajustamento, que estas correções ou que nos façam chegar via mail, eu sei que elas são publicadas após estas correções, são aprovadas e publicadas, mas que nos façam chegar via mail as Atas corrigidas, ou seja, depois destas correções ou desta aprovação, não sei se será possível fazer este ajustamento ao procedimento de correção, que nos façam chegar.

Venho aqui para propor realmente a correção da minha intervenção, ou seja, na página 32 linha 26, em que eu falo aqui no sucesso, ou corrigimos a palavra em vez de diminuir, aumentar, mas eu penso que falei em insucesso, ou seja, a palavra sucesso deverá ser substituída pela palavra insucesso, para que a mensagem fique clara.

Depois, falei também ainda na mesma intervenção na linha 30, falei da Torre de Dona Chama, falei da Torre de Dona Chama como ter identidade própria e não entidade própria, faço também esse reparo e corrijam entidade para identidade.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhor Deputado, vamos proceder a essas correções que informa.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar a Ata 1.ª Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2020.

## 1.º Período de Intervenção do Público

### 2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo duas inscrições do público.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

A minha intervenção tem a ver com a água da Freguesia de Cobro. Há pessoas que sabem e outras que não, que a água da Freguesia de Cobro no dia 26 de março esteve com um problema grave, que automaticamente tem de estar com um PH de 3 % para estar boa para consumir e estava com um PH de 8 %.

Alertei a quem de direito na pessoa do Senhor Deputado *Agostinho Beça* e a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela através de mensagem, não fui bem recebido e não gostaram.

O Senhor *Agostinho Beça* teve o desprante de me escrever uma carta a insultar-me, então vejam:

O Coronavírus era uma situação delicada que tinha de ser tratada, a água da Freguesia de Cobro, deixamos passar em vão e não queremos saber, ora, o Senhor *Agostinho Beça* escreveu-me uma carta com alguns contornos políticos, diz o Senhor *Agostinho Beça* então assim:

“Espera-se dos cidadãos em geral o cumprimento dos seus deveres e obrigações de colaboração com compreensão, tolerância e boa vontade, para quem tem em cima dos ombros a pressão de zelar pela sua segurança e grande responsabilidade... etc, etc...”

Senhor Deputado, não são os cidadãos, são os políticos, que têm esse direito de o fazer, é por isso que são escolhidos por nós, para nos governarem. O Senhor Deputado *Agostinho Beça* chega mesmo a ter o desprante de me chamar obcecado, uma pessoa interessada em defender os interesses da sua Freguesia é uma pessoa que é obcecada?! Ou é uma pessoa que se preocupa com os problemas da água da sua Freguesia?!

Senhor Deputado, os atos não são de quem os diz, mas sim de quem os pratica, por outro lado, tenha outro tipo de linguagem, não quero descer ao seu nível.

“Aprontou-se em custear as despesas para fazer a análise da água em causa, então deve estar com dinheiro de sobra, uma coisa que é a Câmara que teria de pagar.”

Senhor Deputado, termino, boa sorte para o seu futuro.

Agora vou-me dirigir à Senhora Presidente, por causa da água, chamava a atenção à água da Freguesia de Cobro, Senhora Presidente para quê tanta indignação?! A Senhora Presidente, tanto a Senhora como o seu Adjunto, sempre me disseram que

quando passasse onde quer que passasse e que visse alguma coisa que não me parecesse correta, de vos avisar e de vos chamar a atenção, para tentarem corrigir aquilo que não estava bem.

A água do Cobro no dia 26 de março, para vocês estava tudo bem, pergunto o porquê durante o mês de maio o laboratório do Cachão foi ali fazer uma recolha de água, então havia ou não havia um problema? E se havia um problema, onde é que está o problema?

Senhora Presidente, em meu nome, em nome das pessoas da Freguesia de Cobro, queremos saber o porquê da situação que levou o laboratório do Cachão fazer uma recolha de água durante 30 dias?

Senhora Presidente, quero-lhe desejar boa sorte para si na sua vida pessoal e profissional e seja feliz à sua maneira.

Senhor Vice-Presidente, por causa da água, o Senhor veio para a rádio dizer o que não devia em relação à água da Freguesia de Cobro, não tem o direito de fazer um discurso verticalmente sobre nós, o Senhor não tem a nossa idade, nem andou a estudar connosco, nem somos da sua família, portanto exigimos respeito e contenção nas palavras que citou sobre nós.

O Senhor sabe que as palavras que disse na comunicação social feriram muito a nossa idoneidade, o que devia ter sido feito era ir ver onde é que estava o problema e só depois se pronunciavam sobre o mesmo e não citar aquilo que citou.

Senhor Vice-Presidente, o Senhor deve perceber tanto de água, como eu de lagares de azeite, deve ser exatamente igual, mas digo-lhe mais ainda, vamo-nos deixar de ser tanto “fanfarrão” e vamos ser mais dedicado e mais ponderado nas palavras que dirigimos às pessoas.

Termino, desejando-lhe boa sorte.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em relação à carta que o Senhor *Agostinho Beça* me escreveu, queria pedir-lhe se a carta pode ser anexada à Ata e fazer chegar cópia da mesma aos Partidos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre essa questão respondo-lhe já, eu sei, foi-me dado conhecimento, inclusivamente pelo Senhor, que se trata de uma carta privada entre duas pessoas, ora, tudo o que é correspondência privada, não pode fazer parte de uma Ata da Assembleia Municipal. Se fosse uma carta do foro institucional, poderia com certeza..., assim, de caráter pessoal entre dois Mirandenses, não podemos incluir.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se o Senhor ler a carta, aprecia que tem lá muitos contornos políticos, não tem só particulares.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Lamento, mas não vou alterar isso, uma carta privada jamais poderá entrar numa Ata da Assembleia Municipal.

----- A Senhora Município *ANTÓNIA CARVALHO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu já fiz aqui uma intervenção sobre um edifício na rua de Santiago, que se encontra em muito mau estado, eu sei que já foram lá colocadas umas fitas, para que não haja estacionamento, no entanto verifiquei que o edifício continua em muito mau estado, aquele edifício deve ser emparedado, uma vez que não há muita segurança para quem lá passa.

Em segundo lugar queria dizer que depois das obras da rotunda da Ponte Nova, no Parque da Cocheira existia o traço contínuo, sendo que os veículos teriam de fazer a rotunda dos Rotários para estacionarem, agora existem vários traçados para virar à esquerda, existindo três, eu já estive ali bastante tempo à espera, porque com o traçados o trânsito ali bloqueia, tanto na ponte, como na própria rotunda.

Acho que se perderia menos tempo se as pessoas fossem contornar a Rotunda dos Rotários.

Outro assunto, eu moro no bairro de São Sebastião, existe na rua Manuel Pinto de Azevedo, um passeio onde estão lá quatro buracos, onde existiam anteriormente árvores que foram cortadas e os buracos continuam lá, não houve a replantação das mesmas árvores, nem tendo sido tapados os respetivos buracos. Nessa rua há muitas pessoas de idade e principalmente de noite quando as pessoas vão fazer as suas caminhadas ou andar representa um perigo para elas e podem ter ali algum acidente.

Eu pedia, se não vão fazer a replantação das árvores, então que se tapem os buracos, para que não haja nenhum risco para as pessoas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em resposta às questões que foram colocadas, começo por responder ao Senhor *Manuel Brízido*, agradecer as questões que colocou e dizer-lhe que relativamente à carta de que fala, trata-se de correspondência privada, suponho que entre um Deputado e o Senhor e por isso não vou comentar porque não conheço o conteúdo da carta e sendo do foro privado, não vou comentar.

Relativamente à água do Cobro, de facto chegou-nos a denúncia de que a água não estava em condições de qualidade, no entanto essa denúncia não foi verificada, ou seja, houve a monitorização como fazemos com todos os sistemas de abastecimento de água, houve a monitorização da água do Cobro durante algumas semanas, tendo tido sempre resultados favoráveis e por isso a nossa preocupação relativamente à saúde pública não foi concretizada.

As análises da água, como todos sabem, têm de ser realizadas em recipientes estanques e que segue uma série de procedimentos, para que seja validada pela Engenheira Química que trata destas situações da água. Os serviços acompanham também e como todos

sabem fizemos a limpeza dos reservatórios, fizemos a substituição de alguns filtros, são situações de manutenção dos sistemas de abastecimento que temos de regularmente efetuar e portanto, relativamente à água do Cobro, não foi confirmada essa situação, o que também informamos a população, através da comunicação social, de uma forma isenta, transparente, sincera e por isso todos os habitantes do Cobro podem estar tranquilos relativamente à qualidade da água.

Quanto à intervenção da município *Antónia Carvalho*, obrigada pelas questões, quanto ao edifício a Proteção Civil colocou umas barreiras para que não se possa aceder ao edifício, normalmente nestas situações a responsabilidade é sempre dos proprietários, aliás, há um agravamento do IMI para prédios devolutos e normalmente fazemos sempre notificação aos proprietários para num determinado prazo de tempo efetuarem obras de qualificação dos imóveis que colocam em causa a segurança pública. Tratando-se de espaços públicos, é a Câmara Municipal ou as Juntas de Freguesia que têm de intervir na qualificação desses mesmos espaços. Não conheço em particular esta situação, mas vou chamar a mim o processo, normalmente temos uma Comissão de Vistoria, que faz vistorias a estas situações de prédios em risco de ruína e nesse sentido vamos recuperar os relatórios relativamente a esta situação.

Os proprietários nem sempre cumprem aquilo que é solicitado, nestas e noutras situações e muitas vezes tem de ser a Câmara Municipal a ter uma intervenção para repor a normalidade e a segurança do edificado.

Relativamente ao Parque da Cocheira, existem traços descontínuos, é uma zona de muito movimento, onde sempre houve algum congestionamento de trânsito, mas na altura em que se colocou mais um traço descontínuo de entrada, foi solicitado um parecer à Autoridade de Segurança e foi dado um parecer favorável, permitindo que houvesse essa colocação.

Quanto ao bairro de São Sebastião, à rua Manuel Pinto de Azevedo, tem de se fazer a replantação de novas árvores, vamos verificar a localização e solicitar à Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais que faça a recolocação das árvores que entretanto foram cortadas. Se foram cortadas foi porque já estavam mortas, porque não há corte de árvores sem verificação do estado sanitário das árvores e nesse sentido iremos verificar o melhor período para replantar e proceder a essa replantação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Todos receberam uma relação da correspondência recebida e devo salientar o seguinte, entre a vária correspondência temos uma suspensão de mandato da Senhora Deputada *Isabel Barreira* do Partido Socialista, que por ordens profissionais, dado que ocupa neste momento o lugar de Chefe de Gabinete do Bastonário da Ordem dos Advogados, pediu essa suspensão por um ano, quem estava a seguir na lista era o Senhor Deputado *Mário Pereira*, por sua vez renunciou, o que quer dizer que efetivamente e pelo menos durante um ano quem exercerá esta função será a Senhora Deputada *Graciete Ramos*.

Também dizer que houve correspondência do Senhor Deputado *António Figueiredo*, em que eu e se calhar já tardiamente, isto chegou-me dia 15 de maio e só ontem dei a resposta que foi possível, mas reforçar que foi respondido dentro do prazo legal, satisfatoriamente ou não, veremos, mas quero deixar neste Plenário bem patente que o Executivo mostrou completa abertura a que este Senhor Deputado ou qualquer outro que queira consultar dossiês articule comigo, para o fazer quando quiser e quando entender, registem isso.

E já agora deixai-me reforçar..., possivelmente não fui muito claro sobre a questão de anexar à Ata uma carta de um nosso município. Eu sei que essa carta não foi dirigida ao município pelo nosso Deputado *Agostinho Beça*, nem na qualidade de Deputado, nem na qualidade de Adjunto da Senhora Presidente, é pois, uma carta meramente pessoal, porque se fosse na qualidade de Deputado, ou na qualidade de Adjunto, a carta poderia ser integrada.

## Antes da Ordem do Dia

### 3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Senhor Presidente, a carta que o Senhor *Manuel Brízido* trouxe aqui, é a carta mais famosa do mandato! É um problema que surge internamente na Câmara Municipal e que alguém escreve depois particularmente uma carta. Eu não tenho nada a ver com a carta, porque é uma carta particular, privada, nem me quero imiscuir nesse assunto. Mas eu, sobre um assunto interno da Câmara Municipal de Mirandela não posso escrever uma carta particular, porque eu não sei o assunto interno da Câmara Municipal de Mirandela. Sobre a água da Freguesia de Cobro, é a novela que anda aí na comunicação social.

Aquilo que eu queria era que a Câmara Municipal conjuntamente com o Senhor Presidente de Junta e aqueles que porventura não confiam na água do Cobro, de uma vez por todas, se resolvesse o problema e não andassem Vereadores a “enxovalhar” municípios, o que nos envergonha a todos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É uma boa sugestão, obrigado e espero bem que siga em frente. Realmente as partes devem resolver o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre a carta em particular, a minha educação não me permite que a aborde e muito menos a comente.

“Mensagem de reconhecimento

Vivemos ultimamente tempos únicos e de grande incerteza, dada a dimensão pandémica causada pela Covid-19, alterando significativamente a vida quotidiana dos povos e também dos mirandelenses, trazendo tristeza para uns e dificuldades financeiras para muitos.

Mas é na adversidade que se vislumbram virtudes.

Portugal, tem no seu povo filantropo, a sua maior riqueza, que perante as dificuldades, une-se na luta para salvar vidas.

A Bancada do PSD vem agradecer:

Aos que localmente, continuam na linha da frente do SNS – Sistema Nacional de Saúde, onde equipas médicas e serviços complementares, se esforçam incessantemente, no socorro dos que mais precisam, vivendo até com distanciamento dos seus entes queridos;

Aos muitos voluntários, que se disponibilizaram acudir, num ato de grande generosidade;

Às instituições locais pela sua índole, que anseiam por estar na hora e local certo, com meios fundamentais no amparo, que só elas possuem;

Assim como, a outros profissionais, que fora de casa, desempenham funções diárias e essenciais ao funcionamento da nossa comunidade, dando sentido social à vida;

Aos Senhores Presidentes de Junta, que no meio rural e de forma institucional, estiveram mais próximos dos carenciados e vulneráveis.

Sabíamos que não estávamos sós! Se dúvidas existissem, esta tormenta, veio confirmar o carácter prestativo do nosso povo.

E também, uma palavra de apreço, para os que ficaram em casa, que civilmente respeitaram o confinamento, acatando as ordens das autoridades, evitando assim, serem os próprios, mais um problema.

Estamos certos, o quanto os mirandelenses atentamente, estão gratos a estes homens e mulheres, pela forma humanitária e altruísta, se entregaram à entejuda e solidariedade para com todos.

A humanidade, está mais uma vez nas mãos da ciência, na busca de imunidade.

Por dias, estamos certos, deixará “a morte de ser a curva da estrada”, por conta destes homens e mulheres.

Bem hajam.”

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão *VANDA PRECISO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Terminado o Estado de Emergência, mas receosos de que possa voltar a existir um novo período de confinamento, considero fundamental refletirmos sobre o papel e as inúmeras funções que o Presidente de Junta desempenhou durante o Estado de Emergência. Não houve função que não tivesse a nossa influência. Se os nossos pequenos territórios, os de cada um, já são muito nossos, nesta fase foram verdadeiramente, uma imensa responsabilidade nossa. Os pequenos foram grandes territórios e as pessoas foram muitas, tal como muitas e diversificadas foram as suas necessidades.

Fizemos tudo e de tudo! Estivemos em todas as áreas, em todos os momentos, em todos os pedidos. Foi bastante difícil ser Presidente de Junta em Estado de Emergência...

Penso que é importante existir uma reflexão conjunta, uma vez que a situação se pode repetir e é necessário estarmos todos preparados.

Não tenho dúvidas de que tentamos todos fazer o nosso melhor, mas as Juntas de Freguesia não podem, nem devem ficar tão sós. É importante criar redes de apoio, no próprio terreno, assim como é necessário perceber, que quando se estabelece determinado procedimento, tem de se ter em conta se existem recursos e meios disponíveis nas Juntas de Freguesia para levar a cabo tais tarefas. Damos o nosso melhor, com a boa vontade que nos caracteriza a todos, mas a colaboração e a cooperação continuam a ser ferramentas indispensáveis para o bom funcionamento de qualquer operação que seja montada.

Como verdadeiros elementos do terreno, gostamos de ser ouvidos e gostamos de sentir que estamos acompanhados, principalmente quando a situação é tão exigente como foi.

Percebemos as fragilidades das nossas populações, sobretudo da faixa da população mais envelhecida. Percebemos o que funcionou e o que falhou, e é necessário refletir acerca de todos esses aspetos. Não podemos ser vistos como super heróis em fase de Estado de Emergência, porque não o somos, e não temos, por muita transferência de competências que seja efetuada para as Juntas de Freguesia, as competências todas. Não podem definir as nossas capacidades e funções sem ouvir o que temos para dizer relativamente às capacidades de resposta que temos, face ao que nos é pedido numa situação tão delicada quanto a que vivemos.

Não somos imunes a vírus, temos as nossas limitações, somos seres humanos com constrangimentos, e as Juntas de Freguesia são Órgãos Autárquicos, a quem, embora seja atualmente dada uma verba mais elevada, tal medida não significa que o dinheiro pode pagar todos os meios, todos os recursos, bem como todos os serviços.

A propósito de colaboração e companheirismo, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento à GNR, na pessoa do seu Capitão *Hugo Torrado*. Estiveram presentes, no terreno, e ressalve-se que marcou toda a diferença, em todas as situações independentemente da hora ou do dia da semana, apoiaram a resolução de vários problemas e acima de tudo, preocuparam-se em perguntar em diversos momentos, se estava tudo bem e se não era preciso nada. Grandes companheiros das Juntas de Freguesia!

Face ao exposto, proponho que exista uma reunião com os Presidentes de Junta e que façamos conjuntamente o balanço e reflexão que a vivência do Estado de Emergência nos proporcionou a todos. Juntos, e se todos formos ouvidos, penso que seremos mais capazes de lidar de uma forma mais consertada com outra ocorrência similar. É importante estarmos preparados, porque se assim for, a exigência será menor num outro eventual período de pandemia.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Moção

Salvar centenas de micro, pequenas e médias empresas: primeiro passo para a retoma económica de que o concelho de Mirandela precisa.

Só quem não conhece a realidade nacional, é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição porque passaram muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o país e o mundo, veio expor ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português.

Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes.

O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham situações por resolver, ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócios-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do Programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada.

Os recursos que o país tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados mas também, dos milhares de micro empresários e empresários em nome individual, cuja atividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o país.

O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi chamado regime de Layoff simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de euros de lucros nos últimos anos foram apoiadas, ao passo que, no caso das micro empresas, apenas 7,4 % obteve acesso e também no caso das sociedades empresariais, as micro empresas apenas 25 % destas sociedades a acederem a este apoio do Governo. O mesmo aconteceu com os 850 milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex- BES) e que tanta falta faziam ao país.

É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das micro empresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão da mediação, ocupados em serviços de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar.

Para a CDU exigem-se respostas, visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas, equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos à taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis, entre outras medidas.

Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários.

Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela exige do Governo que se adotem medidas no sentido de:

- Levantar todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Layoff simplificado, Programa ADAPTAR, etc.);
- A consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro, pequenas e médias empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes;
- A atribuição de um apoio mensal ao rendimento de micro empresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de 438,81 €;
- Suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Programa Especial por Conta – PEC;
- Concessão de empréstimos à taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da Banca privada;
- A redução do preço da eletricidade e dos combustíveis;
- Apoio ao arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelo MPME a quebra da atividade que foi verificada;
- Criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME, visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto se além vê algum impedimento no acolhimento da respetiva Moção, para que possa ser sujeita a votação.

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir a Moção apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção “Salvar centenas de micro, pequenas e médias empresas: primeiro passo para a retoma económica de que o concelho de Mirandela precisa”, apresentado pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU.**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É curioso verificarmos que houve unanimidade nesta votação da Moção apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU, o que prova que a democracia é isto mesmo, tem estas questões, quando as razões são colocadas como devem ser colocadas, toda a gente está de acordo.

A Declaração de Voto vai no sentido de a nossa Bancada votar a favor desta Moção, porque na realidade há questões que são perfeitamente inaceitáveis. Todos nós ouvimos na televisão os Membros do Governo falar em milhões, muitos milhões, as pequenas, as médias e as micro empresas beneficiadas e eu pergunto, onde estão esses milhões? Para a grande maioria das micro empresas não vieram, alguém está efetivamente a receber dinheiro, que não as pequenas, médias e micro empresas.

Depois relativamente ao Layoff, é preciso ter consciência que as pequenas, médias e micro empresas estão elas a avançar dinheiro para pagar aos trabalhadores, com mais de um mês de atraso que estão a receber o dinheiro, quem é que está à frente de uma micro empresa? É o dono, é o patrão, que é também trabalhador. Ele tem de ir buscar, porque não tem rendimentos, tem de ir buscar aos seus recursos próprios dinheiro para pagar aos trabalhadores, ou esses mesmos trabalhadores chegam ao fim do mês e passam fome, as famílias não têm que comer.

Por isso nós estamos de acordo com a Moção apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* e pedimos que haja uma manifestação forte deste problema que está a acontecer, especialmente nas micro empresas, em que não têm meios para conseguirem laborar e o atraso que se está a verificar no pagamento dos salários aos trabalhadores.

Chamo à atenção que há um Decreto-Lei do Governo que diz que para o caso das pequenas, médias e micro empresas que laboram há menos de um ano, não se deverá aplicar determinadas regras que se aplicam normalmente e que a Banca aplica como se isto fosse um crédito normal. Não é, isto é um crédito que é concedido às empresas para factos excecionais, como o que acabamos de viver.

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO DA CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu pedi a palavra, porque me sinto confuso e apelo a V.ª Ex.ª Senhor Presidente, para me situar.

De uma só rajada V.ª Ex.ª convocou duas Assembleias Ordinárias, a 2.ª e a 3.ª de 2020, pensando que a 2.ª se destina, conforme estipulado na lei, Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, artigo 27.º, ou no Regimento da Assembleia Municipal no seu artigo 10.º, a análise das contas de 2019, tal só parece vir a acontecer amanhã, que é a 3.ª Sessão Ordinária.

Penso que as questões da Ordem de Trabalhos da Sessão de hoje, poderiam ser objeto de uma Assembleia Extraordinária e ficávamos com a 2.ª Sessão, a Sessão de abril. O Ponto 4.1 de hoje, é o mesmo que o Ponto 3.1 de amanhã? Também julgo que sim e portanto amanhã não tem sentido.

Questiono assim, se vai ainda ser convocada uma Sessão Ordinária em junho, para pelo menos a apresentação da Conta Consolidada?

Os meus agradecimentos pelo esclarecimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou já dar-lhe parcialmente uma resposta em relação à questão das duas Assembleias e dizer-lhe que as medidas de emergência que foram mandadas tomar pelo Governo, não permitiam que as Sessões fossem suprimidas, eram apenas adiadas, em suma, a nossa Sessão do mês de abril teria de acontecer até ao fim de junho, ou seja, esta 2.ª Sessão teria de existir.

Decidimos fazer as duas em dias seguidos, porque como veem não é fácil preparar uma sala com cuidados desta natureza..., assim, e desta forma, conseguimos de uma só vez resolver os dois problemas.

Em relação à necessidade de se realizar uma Sessão Extraordinária, a ver vamos, se for necessária far-se-á, mas para já não vemos motivos de maior para que se realize.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Vou repartir o tempo da minha intervenção pelas duas tragédias, a de 2019 e a de 2020.

Em relação à de 2019, começo por felicitar o Executivo pela prontidão na reposição do gradeamento da ponte de Frechas, que tinha sido destruído pelas cheias na madrugada do dia 20 de dezembro de 2019.

Relativamente a um pedido que fiz via e-mail no dia 27/12/2019, para a Dr.ª *Sandra Pimparel* e para a Senhora Presidente, dando conta dos danos causados pelas mesmas cheias numa habitação no Cachão, foi-me respondido pelo Senhor *Agostinho Beça* no dia 30/12/2019, que se encontra em análise no Setor competente, com conhecimento do Senhor Vereador *Orlando Pires*, gostava de



*Handwritten marks:*  
A  
B  
7/10

saber para onde é que foi encaminhado, se foi para a Estrada Nacional 213 ou seria para outro caminho? O facto é que até à data ninguém se dignou ir visitar essa habitação.

Em relação à tragédia de 2020, estou a referir-me à Covid-19, começo por agradecer à Senhora Presidente, por não ter dado nenhum desinfetante para a Freguesia de Frechas, mas fizemos três aplicações em todas as ruas e espaços públicos. Depois dizer que fico admirado por nunca ver a Senhora Presidente no terreno, como responsável máxima da Proteção Civil, vi fotos em almoçadas, num cemitério, que confesso, não entendi bem o porquê, até pensei que já estávamos em novembro! Dia de Todos os Santos, pois se eu estava proibido de ir aos cemitérios, como refere o ponto n.º 2, alínea f) do seu Comunicado, eu vejo isto um absurdo, quem tem os seus entes queridos e se quiser colocar uma simples flor no seu aniversário, no Dia do Pai, ou no Dia da Mãe e vê-se proibido de o poder fazer, isto é um atentado aos mirandelenses.

Andava um carro da Proteção Civil com som, que dizia: “Fiquem em casa, protejam-se, não saiam”.

Mas depois tínhamos um caso positivo de Covid-19 em Mirandela, que fez três testes que deram positivo, e saía de sua casa para ir a Macedo de Cavaleiros fazer os testes, cruzava-se com pessoas nas escadas do prédio onde mora, na garagem e depois até podia passear por Macedo de Cavaleiros, porque ninguém o controlava, a Senhora Presidente não entende que isto é um contrassenso? Algum dia lhe ligou? Não, algum dia lhe perguntou se precisava de apoio psicológico para quem esteve 36 dias isolado? Não.

A forma da Senhora Presidente combater esta pandemia, foi oferecer cabazes de alimentos, eu pergunto, estávamos a combater a Covid-19 ou a fome?

Como veterinária até sabe que os vírus e as bactérias se combatem com bactericidas e antivírus.

Para o Senhor Deputado *Rui Pacheco* que afirmou na rádio Terra Quente no Programa “Politicamente Falando” no dia 11 de fevereiro, que o Presidente da Junta de Frechas veio para a política para resolver assuntos particulares, pois bem Senhor Deputado, foi a esse Presidente que os políticos ligaram no dia 17 de março, a pedir para dispensar os desinfetantes da sua empresa para resolver assuntos políticos, (estou a referir-me às desinfecções das ruas), mais uma vez Senhor Deputado, ficou bem patente o quanto mentiu na rádio, fiz questão de falar no seu nome para se assim o entender, fazer a defesa da honra.

Senhora Presidente, algum dia pensou nos Presidentes de Junta? Não estamos vacinados, não estamos imunes, algum dia pensou em adquirir 30 testes para os Presidentes de Junta, porque éramos os que andávamos no terreno.

Porque é que o “4 rodas”, Gam Móvel parou? Não seria esse que teria que apoiar as Freguesias, levando os medicamentos aos idosos, os alimentos e até mesmo levar um colaborador dos CTT e fazer de imediato a troca dos vales das reformas?

Quero aproveitar para deixar um agradecimento à GNR na pessoa do Senhor Capitão *Torrado*, porque esses sim, estiveram sempre na linha da frente, preocupados, ligavam, apareciam no terreno.

Aproveito também para deixar um agradecimento à AMIR e ao Rotary Clube de Mirandela, na pessoa do Senhor Dr. *João Teixeira*, por todas as ofertas de equipamentos de proteção para o Lar de Frechas.

Quanto à mensagem de Páscoa da Senhora Presidente, gostava de saber qual o critério em relação às Freguesias, de aparecerem as fotos das igrejas, mas a de Frechas com 3 igrejas e 3 capelas, não aparece nenhuma foto, aparece uma foto deslumbrante da ponte sobre o rio, isto é uma discriminação? Ou é um reconhecimento de que Frechas tem ótimas condições para uma praia fluvial e a Senhora Presidente por vingança deixou de fora no orçamento para 2020?

Dia 27 de abril, recebi uma mensagem da Senhora Presidente para ir levantar um kit de proteção e interroguei-me, um mês e meio depois lembraram-se dos Presidentes de Junta?! Vejam a qualidade e a quantidade, este frasquinho que trago comigo, disseram-me, “isto é para andar no carro”, só pode porque se o utilizar acaba logo de seguida. A viseira parecem folhas de acetato, eu uso micas com melhor qualidade, os Presidentes de Junta mereciam no meu entender um pouco melhor, lamento também o facto de o kit não ser igual para todos os Presidentes.

Estou cada vez mais convicto que o Presidente da Junta de Frechas é um alvo a abater por este Executivo, mas vão ter de mudar de atirador, porque assim não vão conseguir.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O que me traz aqui hoje, são dois assuntos, primeiro cumprimentar todos por estarmos aqui, é sinal que estamos bem e espero que continuemos todos bem, os que estamos aqui e os que estão lá fora, neste período pandémico que vivemos.

O que me traz aqui são dois assuntos que não me agradam muito, como Deputado trazê-los, mas entendo que estas situações têm de ser tratadas, porque não podemos fechar os olhos a elas.

Senhor Presidente, vou utilizar o meu telemóvel para tentar reproduzir um som (água a correr em abundância), isto é o barulho de uma conduta de água, que passa seguramente a cerca de 60 cm ou 70 cm de fundura e eu com o telemóvel consigo captar este som.

Esta conduta é antes de um contador e é pública e é o erário público que esta a ser delapidado, esta conduta, com este barulho e a experiência que eu tenho destas situações, derramam por dia centenas ou milhares de litros de água e eu tenho conhecimento que já foi dado a saber ao Município, aos Senhores Vereadores, presumo que também à Senhora Presidente, aos Serviços Técnicos do Setor da água, os Senhores Vereadores já lá estiveram, sei também que já foi enviada ao Executivo há cerca de 15 dias, toda a gente conhece esta situação, esta situação tem perto de um ano.

O Município, entendo eu, que naturalmente terá razões para não reparar esta conduta, no entendimento do Município, no meu entendimento não tem, se a conduta é pública repara-se, se há responsabilidade particular do dano da conduta, ou de qualquer outro tipo de situação que eu não tenho conhecimento e o Município tenha, que as assaque ao particular seguidamente, primeiro sana o problema da conduta, evita aquele derrame de água. É uma situação de desleixo que eu acho que o Município não beneficia com isto, eu posso dizer onde é, é no “Café Açude”, tenho conhecimento desta situação particularmente porque o frequente e fiz esta gravação de áudio de um barulho que a todos envergonha. Penso ter ficado clara a situação.

*[Handwritten initials and marks]*

Vou falar também aqui de outra situação e ainda que eu tenha conhecimento dela, em particular porque já li o documento todo, não vou tecer aqui comentários técnicos, nem muitas coisas, só vou dizer isto, eu vou falar sobre uma sentença do TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal, que versa sobre um concurso dos colaboradores da Câmara Municipal, um concurso a 2010, que vem agora decretar a nulidade do procedimento.

Eu não vou aqui tecer muitos comentários à decisão do Tribunal, contudo parece-me uma sentença muito frágil, que foi sempre apontando para diversas direções, que tudo está bem, mas que infere ali de uma situação, tão somente isto, foi feito um concurso para algumas dezenas de Técnicos Superiores, obviamente com diversas formações e o teste que lhes foi feito era igual para todos e o Tribunal vem dizer que não se deve tratar coisas diferentes de forma igual, ou seja, ao Senhor Engenheiro Civil deviam ter sido feitas umas perguntas sobre vigas e resistência dos ferros e essas coisas, ao Senhor Jurista deviam ter sido feitas perguntas sobre leis, ou seja, a sentença resume isto, em todo o resto o procedimento está correto e não procedeu à ação em todo o resto, a nulidade é decretada por isto.

Teria aqui muitos mais comentários a isto que aqui está, não vou tecer, pois não é esse o meu propósito, o meu propósito era fazer um apelo aos Grupos Municipais para não virem aqui fazer um aproveitamento político desta situação, porque o que está em causa nesta situação são pessoas, são famílias que criaram a sua vida em Mirandela, vincularam-se a Mirandela, algumas delas têm vínculo ao Município de 15 e 16 anos, porque há 10 anos estão com vínculo indeterminado.

Se esta situação for abordada aqui pelos Grupos Municipais, eu não concertei com o meu Grupo, se os Grupos Municipais aqui virem fazer um aproveitamento político desta situação, quem saí a perder são os trabalhadores.

À Câmara Municipal faço um apelo, para que faça o devido recurso desta sentença, não só para o Tribunal da Relação, mas que vá até ao fim de linha e porque já estamos habituados que as sentenças no nosso país, a primeira seja passados 10 anos, a segunda há-de ser passados 20 anos e a terceira há-de ser passados 30 anos e os trabalhadores não-de estar na reforma.

É isto que eu queria dizer.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Esta é a primeira vez que nos reunimos neste novo mundo, a diferença que fizeram estes quatro meses, o mundo mudou, as certezas que tínhamos ontem mudaram e os nossos comportamentos mudaram com ele.

Esta necessidade de combater o inimigo mortal, silencioso e invisível, castrador dos nossos hábitos e do nosso modo de vida, fez com que em catadupa, tivéssemos de alterar radicalmente preceitos culturalmente definidos. O simples cumprimento, o abraço ao amigo ou familiar, o beijo de saudade ou carinho a quem nos quer bem, foram abolidos, ainda que, esperemos, temporariamente.

Mas no meio desta perda, destas manifestações habituais, surgiram outras, fruto das circunstâncias, fortes e inabaláveis, a manifestação do empenho, a manifestação da compreensão, a manifestação da união, a manifestação do compromisso, a manifestação do sacrifício e do sentido cívico.

O empenho que toda a população teve em cumprir as recomendações das autoridades competentes, que por muitas vezes foram mudando, adaptando-se ao conhecimento que ia surgindo desta doença tão nova e misteriosa, com as suas causas, sintomas e consequências tão imprevisíveis.

A compreensão, que todos tivemos em nos sacrificarmos por um bem comum e mais elevado, todos nós tivemos uma perda, humana, de rendimentos, ou em última análise, de liberdades que dávamos como adquiridas e que dificilmente serão retribuídas. Se para a parte económica o Governo e o Município, ativaram diversos mecanismos para mitigar o problema, a nossa perda de liberdade só pode ser atenuada pelo reconhecimento de termos tomado uma medida difícil, porém, emergente e nisso estivemos unidos.

A união generalizada, cívica e política, de índole construtiva na persecução de políticas positivas, fez com que ao invés de discutirmos pormenores, fossem tomadas medidas de ação, esta foi, no meu entender, uma das razões para o nosso bom desempenho no combate à pandemia e um dos fatores de diferenciação em relação a outros países.

Chegamos então ao manifesto do compromisso, não tenhamos dúvidas e muito menos ilusões, o caminho que nos espera será difícil, é a primeira vez na nossa história recente que metade do mundo parou, não abrandou, não reduziu o andamento, pura e simplesmente parou e isto lança-nos para o desconhecido, as implicações que irão existir. Tudo o que não pensávamos que fosse possível abrandar, parou e isso fez com que se revelasse mais uma vez, a extraordinária capacidade de adaptação do ser humano.

A retoma económica depois deste travão, vai demorar e serão necessárias todo o tipo de técnicas, programas e incentivos para recuperar rendimentos e para colocar a economia em ordem e minorizar os efeitos do desemprego.

Cabe a cada um de nós assumirmos a nossa parte deste compromisso de auxílio, compremos o que é nosso, produtos locais de qualidade, quando os produtos são bem promovidos, vendem, o exemplo dos morangos de São Pedro Velho, as cerejas de Mascarenhas e o cabrito certificado, foram três excelentes exemplos de sucesso neste tempo tão difícil. Usemos para férias os nossos incríveis turismos rurais e os nossos restaurantes, compremos aqui, no comércio local ao invés de fazermos compras online, este pode e deve ser o nosso desígnio e o nosso compromisso pessoal de ajuda à retoma.

Em último e deixei este ponto deliberadamente para o final, permitam-me enaltecer a manifestação de sacrifício e espírito cívico de variadíssimos profissionais, profissionais que não puderam voltar as costas à luta, que continuaram a desempenhar as suas funções, de forma a que o país pudesse ser o menos afetado por esta pandemia, pessoas que têm os mesmos medos e anseios que todos os outros, pessoas anónimas, que especialmente nos primeiros dias a lutar contra um inimigo tão desconhecido, foram autênticos heróis.

A todos os agentes de segurança GNR e PSP, que mantiveram a ordem e o normal funcionamento cívico do nosso território, à Proteção Civil que rapidamente elaborou um Plano Multidisciplinar de apoio concelhio e que com isso conseguiu mitigar os problemas existentes, às Juntas de Freguesia, que em conjunto com o Município conseguiram ter um serviço de proximidade, de apoio às populações, agindo localmente com uma série de ações de controlo da pandemia, fosse pela distribuição de equipamentos

*[Handwritten initials and marks]*

de proteção individual, desinfecção de ruas, ações de sensibilização que pudessem ajudar a alterar os hábitos enraizados e a referenciar a Ação Social nos casos mais necessitados. O Município que soube coordenar toda esta situação, sendo extremamente proativo na busca de soluções rápidas e parcerias simbióticas que pudessem aligeirar as consequências sobre os municípios. O trabalho está à vista de todos.

Os funcionários de transporte e venda de bens de primeira necessidade, conseguiram adaptar-se e que mantiveram a sua atividade normal para que a vida de todos nós também o fosse, os professores que conseguiram ajustar-se rapidamente, adaptando-se em rede a uma nova realidade na forma de lecionar, para que os nossos alunos pudessem manter uma experiência educativa positiva, à ULS e aos seus funcionários, que rapidamente, com a ajuda do Município soube montar uma resposta adequada aos acontecimentos.

Enfatizo isto, dizendo-vos que desde o início da pandemia até ao passado dia 03 de junho, foram realizados na instituição cerca de 13 mil teste de diagnóstico à Covid-19, a articulação com os lares públicos, IPSS ou privados, fez com que todos os utentes e funcionários fossem testados em tempo útil, tudo isto fez com que a pandemia fosse controlada e os danos, ainda que significativos, não tomassem proporções mais severas.

A todos os que seguiram as recomendações da DGS – Direção Geral de Saúde e ficaram em casa, mantendo o confinamento e o distanciamento social, a todos esses e em nome dos Deputados Municipais do Partido Socialista, o nosso mais sincero obrigado, mas a tarefa ainda não acabou, a pandemia, ainda que controlada não passou, convém retomarmos a nossa atividade normal, mas mantendo-nos atentos, não podemos comprometer o nosso esforço, o nosso bom trabalho, é esse o meu apelo a todos.

Para finalizar e apesar de ter prometido não Sessão de 28 de fevereiro, que não iria falar sobre o assunto nesta Assembleia, quero dirigir umas palavras de esclarecimento ao Senhor Presidente da Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*.

Senhor Presidente, entrei na vida política em 1998, na Juventude Socialista com o intuito, quicá utópico, de fazer alguma coisa positiva pela vida das pessoas, com a minha ação, alterar para melhor a vida dos eleitores, nunca neste trajeto pensei magoar, melindrar ou apoucar qualquer adversário político, porque no final do dia é isto que aqui andamos a fazer, política.

Na minha intervenção de 11 de fevereiro, no Programa “Politicamente Falando” da Rádio Terra Quente, onde sou convidado, tive somente a intenção de rebater politicamente os seus considerandos e argumentos que usou anteriormente como justificação para quebrar a relação que tinha com o Partido Socialista, quis criticar politicamente a ação do Presidente de Junta, somente isso, nunca, repito, nunca foi minha intenção criticar o homem, o profissional, cidadão de bem, ou muito menos ofender o seu caráter.

Caso considere que as duas linhas, por vezes algo complicadas de diferenciar tenham sido cruzadas, aceite as minhas honestas desculpas. Quem me conhece, sabe que ando nesta atividade por prazer e vontade, nunca por ambição cega, ou movido por valores menos corretos, ou orgulho desmesurado, por isso e na esperança de sanar definitivamente este episódio, quebro a minha promessa e dirijo-lhe aqui estas palavras de esclarecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Estamos no mês de junho e o mês de junho, é um mês particularmente importante e eu gostava de deixar aqui uma referência que me mete impressão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, falou há pouco como era importante a evolução no tempo e pôs marcas da evolução e da importância dessa evolução e como é interessante nós hoje pensarmos de uma maneira muito mais correta do ponto de vista das nossas relações e das nossas considerações e do respeito de uns pelos outros e também há aqui intervenções que falam das pessoas e é exatamente sobre isso que eu vou falar, das pessoas, particularmente das mulheres do concelho todos, das Aguieiras até Abreiro e de uma época que me impressionou de uma maneira notável.

Nós estamos no mês de junho como já disse, o mês de junho, reparem, dia 01 o Dia da Criança, dia 04 Dia das Crianças Inocentes Vítimas de Agressão, dia 12 Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil é um mês com a preocupação da humanidade e inclusivamente é um mês que se fala do ambiente, dos Oceanos, da música no dia 21, que para nós vai ser muito importante em Mirandela e também as vítimas da tortura e da luta contra o tráfico de droga, é um mês muito humano e isso fez-me lembrar nesta intervenção.

Junho é um mês marcado pela criança, enquanto sujeito de direitos.

Há 30 anos em 1990, Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas do ano anterior, crianças que, pela sua fragilidade merecem particular atenção de todos os que delas cuidam. Para que não haja mais formas contrárias à sua dignidade, para que nenhuma criança habite o mundo sem o abraço de uma família, sem direito à educação, saúde, sem o privilégio de brincar, sem o direito de ser uma criança.

Vim aqui referir um registo de dor, que faz parte da nossa história – de Mirandela, do país e de todo o sul da Europa, mas particularmente de Mirandela, principalmente entre 1783 e 1867, (acabou há cerca de 150 anos).

É uma memória a pessoas que não tiveram família (pais, tios, primos, amigos, etc.), num tempo de abandono regido pelo silêncio, segredo e anonimato... o abandono anónimo que foi legal até 1867 – A Roda dos Expostos, sob tutela Estatal, com responsabilidades acrescidas da Câmara e apoios possíveis da Santa Casa da Misericórdia e Igreja, como é natural.

Sabem onde ficava a Roda dos Expostos em Mirandela? Quem sobe do Cabo de Vila para São Miguel, passa pelo local onde estava essa Roda, era um local discreto na época, que não permitia identificar quem levava a criança e tinha de estar no local de relação de proximidade de relação com as instituições, estou a falar da Câmara, da Igreja e da Santa Casa da Misericórdia.

Aquelas mães solteiras, (os pais eram incógnitos), não tinham condições para criar os filhos e levavam-nos à Roda, colocavam a criança, tocavam o sino e iam embora. A senhora que recolhia a criança era a Rodeira (Luísa Antónia, Maria Rita, Cecília, etc.). Daqui entrava-se no processo institucionalizado de amamentação e esse género de coisas e as crianças eram normalmente batizadas no mesmo dia ou no dia a seguir, pois a possibilidade de vida era muito precária, (a mortalidade andava pelos 70 %).

Aquelas mães do nosso concelho, estou a falar de mais de 1100 mães, de forma muito ténue expectativa de um dia poderem voltar a ver ou reaver os seus filhos recorriam ao possível, deixavam um fio no braço, um papel com o nome escolhido, ou colocavam

nomes que não fossem confundidos no futuro com mais ninguém, o que me impressionou muito (José Remígio, Laureano José, Balbina do Sacramento, Pudenciana, Ambrosina Liberata, entre outros).

Estas crianças vinham de todo o concelho, em Mirandela eram depositadas diretamente na Roda e do concelho vinham trazidas pelo juiz, que a apresentava na Roda, Vila Nova das Patas, Vale de Salgueiro, São Salvador, do concelho todo.

No Tombo de Mirandela tem um livro relativo aos expostos entre 1810 e 1856.

Foi um dos livros que mais me custou a ler até hoje. Mais de mil e cem expostos na Roda...

Um livro com 198 folhas de registos.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bonita lição de história que o meu colega Deputado e também colega de profissão, que aqui manifestou, mas devo lembrar e acrescentar que o concelho de Mirandela nessa altura não tinha a extensão que tem hoje e haviam outras Rodas que pertencem ao concelho, eu fiz um trabalho de investigação que apresentei numa revista sobre Rodas dos Expostos em Lamas de Orelhão, também existiam e também devia ser referido, é só para lembrar.

Mas o meu assunto é mais pragmático, ou seja, tem a ver mais com o dia-a-dia dos mirandelenses com a atualidade e por isso queria aqui deixar duas notas, uma tem a ver com as árvores com penugem, que nesta fase (primavera) afligem muitos mirandelenses e quem nos visita, principalmente aqueles que já têm alguns problemas respiratórios e que provocando alergias e às vezes a necessidade de recorrer inclusivamente ao Hospital para serem tratados e aquilo que eu queria sugerir à Câmara Municipal, é que essas árvores, nomeadamente os choupos e aquelas penugens, para não falar da quantidade excessiva de oliveiras que foram plantadas na cidade, já existiam nos campos, mas a cidade foi invadida de oliveiras, estas árvores para as pessoas que têm problemas e que vivem na cidade e que querem vir viver para a cidade, este problema é um problema grave e conheço algumas pessoas que já ponderam sair de Mirandela, ou outras não vir para Mirandela, por causa dessas penugens.

O que eu sugeria é que, de futuro quando se plantarem outras árvores, os choupos, que são os mais perigosos, irem sendo substituídos por outras árvores de outra tipologia, que não deitem tantos pólen, nem essa penugem e que dão sombra na mesma e que servem perfeitamente para o embelezamento da cidade e podem evitar assim esses problemas respiratórios para essas pessoas que sofrem ou que venham a sofrer desses problemas.

A outra questão que eu queria colocar, refere-se à fatura da água do mês de março, na verdade, como sabemos, a Câmara Municipal decidiu isentar do valor total de pagamento da fatura de água de abril, referente ao consumo de março, muito bem, não estamos contra essa decisão, estamos contra a forma como foi operacionalizada, ou seja, como ela foi aplicada e neste momento há consumidores que foram e estão prejudicados e que esta isenção não aconteceu, eu vou dar um exemplo concreto, este consumidor teve a leitura feita pelo funcionário do Município no dia 02 de março, correto, mas devido aos impedimentos e ao estado de confinamento que se estava, só deu a leitura seguinte no dia 28 de abril, significa que ao elaborarem a fatura deviam ter isso em atenção, fazer a média e contarem só a média, o que é que acontece com esta fatura? O consumidor entre o dia 02 de março e o dia 28 de abril, tem uma contagem de 12 m<sup>3</sup> debitados, o que implica, como sabem, mudança de escalões, mais taxas e portanto a fatura deste mês deste consumidor foi de cerca de 27,00 €, a isenção do mês de março na realidade não aconteceu e como este consumidor há vários, por isso solicitava à Assembleia Municipal que contacte os Serviços e faça a retificação, porque se eu posso e sei fazer isso com mais facilidade, há outros municípios que não sabem fazer reclamações, dão imenso trabalho e primeiro que os Serviços devolvam o dinheiro demora imenso tempo, na próxima fatura fazerem essa retificação. É esta a minha sugestão.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Começava por pedir um esclarecimento à Mesa e lá está, é um azar meu que faço isto e depois sou mal interpretado, não sei porque é que quando falou o Senhor Deputado do Partido Socialista esteve a falar foi desligado o relógio que marcava o tempo para a sua intervenção e falou com o relógio desligado o tempo que quis, não percebo porquê, gostaria de ter uma explicação da Mesa sobre este assunto.

Depois, não sei se se recordam, talvez se recordem, porque foi uma situação um pouco caricata, numa Assembleia de dezembro eu vim aqui falar do problema do lixo no Franco, nessa Assembleia até estava cá um Membro do Partido Socialista, que eu não voltei a ver mais aqui nesta Assembleia Municipal, não sei se estava a substituir alguém, ou em que qualidade estava aqui, que dizia ser meia conterrânea e lembro-me na altura de a Senhora Presidente dizer que ia comprar novos ecopontos e que o Franco até seria das primeiras Freguesias a receber esse ecoponto. O ecoponto foi recebido na semana passada.

Continuo a trazer aqui os problemas da minha Freguesia enquanto estes não forem resolvidos, com esta pandemia as nossas aldeias ficaram ainda mais “mortas” do que aquilo que são e muito particularmente a minha aldeia o Franco, até pela questão do restaurante, deixou de haver camiões, deixou de haver todo esse movimento, já começa a haver novamente e as calçadas continuam por ser reparadas, havendo o compromisso por parte da Câmara Municipal de as reparar.

Depois, eu só ainda na semana passada, portanto é uma falha minha, pedi o material do Protocolo à Câmara Municipal e gostaria de ter esta confirmação ou não e o material que eu pedi solicitei que fosse todo ele convertido em paralelos, ouvi dizer ali fora e só na questão de me prevenir já, que está a haver muitos problemas com os materiais, se não for possível entregar o material que eu pedi, agradeço que me informem, porque o material que eu pedi é para ser colocado durante o período de verão, se não for possível essa entrega eu posso pedir outro material.

Relativamente à carta de que falou o Senhor município, expresso aqui a minha opinião, não entendo que a carta seja uma carta particular entre duas pessoas, até porque o assunto não é particular, é público, até porque o Senhor é um cidadão da Freguesia do Cobre, apresentou um problema da aldeia, o Senhor Deputado *Agostinho Beça* é o cidadão Engenheiro *Agostinho Beça*, mas está nas funções de Deputado e nas funções de Adjunto da Senhora Presidente da Câmara Municipal, não sei se a carta referia que se

tratava de um assunto pessoal, nesse sentido não considero que a carta seja sobre um assunto particular, mas sim sobre um assunto público, acho que a carta devia ser tornada pública.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“O país e o mundo foram confrontados com um desafio que até à data desconheciam: uma epidemia localizada no oriente que abruptamente se espalhou por todo o mundo à boleia da globalização. O novo Corona Vírus foi declarado pela OMS como pandemia global, não pela gravidade da doença em si, mas pela força e a rapidez com que se disseminou pelos vários continentes.

Dos mais céticos e incautos aos mais crentes, nenhum país mostrou estar preparado para combater este inimigo invisível. Assistimos inicialmente com muita apreensão ao que se passava no oriente, quer pelo elevado número de infetados por um lado, quer posteriormente pela diminuição e estagnação dos casos quando, ao mesmo tempo, se assistiu a um recrudescimento abrupto em Itália e ao aparecimento do 1º caso em Portugal, numa altura em que os nossos parceiros europeus já apresentavam um elevado número de infetados.

A esperança de imunidade do país depressa se desvaneceu face às primeiras previsões do elevado número de infetados e, perante o previsível colapso do SNS depressa se delinearão estratégias e implementaram soluções. Todos assistimos ao encerramento concertado das fronteiras, da passagem do estado de alerta diretamente para o estado de emergência sem paralelo na nossa democracia, com a finalidade de legitimar as medidas necessárias para a proteção da saúde pública.

Isolaram-se localidades com estabelecimento de cercas sanitárias, foi decretado o confinamento compulsivo no domicílio ou em estabelecimento de saúde, o encerramento ou limitação às atividades das empresas, estabelecimentos ou meios de produção e a imposição da abertura, laboração e funcionamento a outras, foram cancelados espetáculos e proibidas as aglomerações de pessoas, foi decretada a limitação ou proibição de realização de celebrações de cariz religioso e de outros eventos de culto que implicassem uma aglomeração de pessoas, foi decretada a interdição das deslocações e permanência na via pública etc, e entre outras dificuldades, a nossa indumentária foi enriquecida com máscara, viseira ou luvas de uso obrigatório em determinadas situações ou circunstâncias.

Ninguém estava preparado para esta nova realidade, foi decretado o confinamento, o distanciamento social e a etiqueta respiratória fizeram-nos abdicar do estilo de vida moderno, fácil e submisso ao consumismo da globalização.

“Tudo vai ficar bem” ou “aos nossos pais e avós foi-lhes pedido e exigido que fossem para a guerra enquanto a nós, apenas nos pediram que ficássemos em casa” foram alguns dos lemas usados para nos alimentar a resiliência perante o perigo que nos assomava.

Todos nós, no estrito respeito das normas e regras decretadas pelas autoridades, fizemos o nosso papel conjuntamente com os que diariamente tiveram e têm uma função mais ativa na prevenção, diagnóstico e tratamento dos infetados, tendo contribuído todos para a diminuição da curva de crescimento da pandemia, motivo de orgulho, perante o elogio e o respeito granjeados junto da comunidade internacional. Um bem-haja especial a toda a comunidade médica, de enfermagem e demais profissionais que exercem funções públicas ou privadas no sistema nacional de saúde ou fora dele e que demonstraram coragem e empenhamento nesta luta desigual.

Uma nota de registo para a atuação atempada dos governantes e autoridades nacionais que demonstraram ao contrário de alguns congéneres de outros países, coragem e capacidade para a condução dos nossos destinos durante a crise, tendo implementado as medidas achadas necessárias para o combate à COVID e ao mesmo preparado um pacote de medidas de apoio às famílias, às empresas e à economia em geral.

Uma outra nota para o Executivo desta Câmara e suas equipas, com especial destaque para o Serviço de Proteção Civil, que em articulação com as autoridades, não olharam a esforços para implementar as medidas preventivas de vigilância com intuito de diminuir o contágio, havendo atualmente no concelho, apenas um caso ativo. Também de louvar, as outras iniciativas do Executivo para proteção e prestação do apoio necessário às populações e às empresas como sejam: a definição de um conjunto de medidas de prevenção e contenção à propagação da Pandemia; medidas suplementares de Apoio à economia local, medidas de apoio às famílias, todas com o intuito de diminuir os encargos suportados pelos municípios.

Para as famílias que viram diminuídos os seus rendimentos ou perderam o seu emprego, uma palavra de apreço e conforto neste tempo difícil.

Uma palavra de estima e consideração para os comerciantes, empresários ou industriais dos mais variados setores que tiveram a coragem de não despedir os seus trabalhadores face à queda da procura e uma palavra de esperança com votos de muita coragem para um futuro melhor. Aqui, deve ser reconhecida a preocupação do Executivo em liquidar parte da sua dívida a fornecedores como forma de contrabalançar a falta de liquidez provocada pela diminuição das transações comerciais.

Temos tido a oportunidade de assistir e testemunhar a um fenómeno que até à data apenas se tem visto em torno de uma qualquer competição futebolística. Unimo-nos todos numa causa agregadora de vontades e consciências capaz de fazer catapultar a nossa resiliência, e ao mesmo tempo fazer atenuar o ânimo do natural levantar da guarda, perante a eminente 2.ª vaga que nos começa a preocupar.

Não vai ser nada fácil retomar o crescimento económico dos últimos 5 anos. A nível do Turismo e da restauração, por exemplo, os operadores vão enfrentar desafios até aqui nunca vistos pois, será necessário redefinirem-se estratégias nacionais que passam pela promoção de um país que venda um produto de excelência e diferenciado, a um preço competitivo, que ofereça qualidade de vida, conjuntamente com garantias de segurança e saúde e fazer com que esse ativo possa ser assimilado efetivamente pelos consumidores.

Todos aprendemos na história que, foi nos períodos de revolução e pós-revolução que se deram os grandes impulsos da ciência, proporcionando a evolução social, por se ter permitido questionar o “status quo” e se terem ousado experimentar novas correntes de pensamento em áreas diversas. As novas tendências já estão a surgir face à inusitada situação provocada pelo confinamento e um novo normal, está aos poucos a ser uma realidade: utilização do teletrabalho em qualquer lugar, reuniões por videoconferência,

menos viagens, aumento das vendas on-line, valorização da produção interna, aumento dos autoconsumos, desenvolvimento da economia circular, etc.

Acima de tudo, o modelo de desenvolvimento das últimas décadas deve ser questionado pois, parece que todos sentimos que o planeta conseguiu respirar e isso avivou-nos a consciência do mal que lhe estamos a provocar e, por conseguinte, do mal que estamos a fazer a nós próprios, tudo em obediência a um poder financeiro especulativo que é exercido sobre uma pretensa evolução tecnológica e social.

Urge neste momento, que se promova um novo modelo económico verdadeiramente democrático e alicerçado em valores deontológicos que beneficie a sociedade como um todo e não somente alguns. Que o crescimento económico não se alicerce na exploração dos recursos limitados do planeta, na exploração das suas vulnerabilidades sociais e na especulação, mas sim, na capacidade de desenvolvimento científico harmonioso e abnegado, para o colocar ao serviço de todos. Olhemos para o próximo futuro com esperança de que as mudanças que urgem impor-se atualmente e, cujo papel está também reservado a cada um de nós, possam trazer para as gerações vindouras, uma nova ordem mundial com mais respeito pelos valores da dignidade humana e em plena harmonia com o meio ambiente que nos rodeia, num estável e profícuo equilíbrio entre o desenvolvimento social e o económico.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Não sei se posso falar em relação aquilo que disse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre o que me enviou em termos de e-mail, se me dá essa permissão e depois retomarei o meu ponto.

Em relação aquilo que recebi e é verdade que recebi, falta uma coisa Senhor Presidente e que é muito simples, eu pedi à Câmara Municipal de Mirandela declarações, eu paguei por cada requerimento 35,00 €, aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia me enviou por e-mail não me serve de nada, a Câmara Municipal tem Técnicos que devem saber informar e se leu os projetos, já os conhece. É isso que estou a pedir à Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que há dois anos tem lá um pedido meu e até hoje não me respondeu e o Senhor Vereador *Orlando Pires* tem uma informação naquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, que é junto à Santa Casa da Misericórdia, que o edifício era meu, alguém fez qualquer coisa e está tudo ilegal, aquilo era escritórios e passou para habitação e a habitação está ilegal, não cumpre o RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas e a Câmara Municipal passou-lhe uma licença, quem lhe passou a licença foi o Eng.º *Luís Beleza* e não o Arq.º *Ortega* como dizem na Câmara Municipal.

Há aqui um chorrilho de cada um dizer a sua coisa e querem-me equivocar acerca disso, eu estou a ficar velho, mas estou lúcido felizmente. A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela é que me faz uma perseguição política em termos de pessoa, que eu não lhe mereço isso, mas se ela assim o entende, eu também vou aqui, com o meu direito de resposta, que a Senhora Presidente me deu no dia 20 de dezembro de 2019, eu não pus os pés mais nesta Assembleia e queria dizer e tinha aqui escrito, feito à mão, que a munição *Maria Antónia Carvalho*, disse aqui na Assembleia Municipal no dia 20 de dezembro de 2019, que “na rua de Santiago está a correr um sério risco de desabamento em muitas casas, inclusivamente a rua da Formiga” e até hoje está tudo igual.

Na altura eu ri-me para o meu colega de Bancada e a Senhora Presidente pôs-me na “lama da rua”, era isto que eu lhe vinha responder, Senhora Presidente, o vitimismo é a sua tendência obsessiva, o holocausto, a impreparação, o pedantismo, a falta de ética republicana, que a sua Ex.ª me anda a aturar há dois anos, já não pode comigo, Ex.ª, o seu pensamento é imaculado para contagiar o mau, o eu, a sua Bancada aplaudia, são fúteis, é a retórica, é a persuasão, é a manipulação, é a lisonja, a vã experiência, o realismo, a dúvida, sei lá mais o quê, estorvo-lhe, isso é um facto irrefutável, como os seus valores de contrassenso, a roda dentada está com dentes partidos, e engrenagem já não funciona, existem falhas de irresponsabilidade.

Durante estes dois anos a falta de cultura democrática está patente neste Executivo...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O tempo do Senhor Deputado terminou.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu perguntei ao Senhor Presidente se podia falar, o Senhor Presidente autorizou-me,

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

De facto eu autorizei-o para falar sobre o assunto, mas dentro do tempo determinado, nós não temos tempo extra Senhor Deputado.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isso é uma vingança subtil e é impróprio do Senhor Presidente, eu deixo de falar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, nós não temos tempo extra, pediu-me para falar de um assunto, que era correspondência trocada entre nós e eu permiti que o fizesse, agora não há tempo extra para isso, poderia ter abordado este assunto nos Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Sobre a sua intervenção eu aproveito para lhe dizer que há o maior empenho da Mesa quando receciona correspondência dos Senhores Deputados Municipais em dar-lhe andamento e de facto temos aqui um problema já velho, a Mesa esforça-se ao máximo

para conseguir dar respostas ao Senhor Deputado *António Figueiredo* e a todos os Senhores Deputados Municipais, as respostas que nós damos são aquelas que nos chegam, não as podemos inventar.

Eu gostaria que de uma vez por todas terminássemos com esta fricção entre as partes, eu sugeria ao Senhor Deputado *António Figueiredo* para marcar uma reunião com a Mesa e por sua vez com o Executivo, a fim de esclarecermos, até se for necessário com a Comissão Permanente, pois ainda está num ambiente politicamente mais alargado, para que de uma vez possamos terminar com este episódio.

Deixai-me reforçar o seguinte, o Senhor Deputado *António Figueiredo* faz muito bem em colocar estas questões e são muito bem aceites, são alertas e tudo que é alerta na questão urbanística é bem recebido, aliás, ainda ontem na resposta que lhe dei, era bem patente que num dos assuntos o Executivo reconheceu que havia um erro, estão a corrigi-lo, o seu trabalho é meritório nesse sentido e acho que deve continuar a fazê-lo, mas falta aqui algum entendimento entre as partes, para o fazermos de uma forma mais pacífica e mais esclarecedora, mas havemos de conseguir.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer uma interpelação à Mesa.

Há pouco o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, iniciou a sua intervenção sem o relógio estar a contar, não vem por isso nenhum mal ao mundo e depois no final ultrapassou o seu tempo e permitiu que respondesse e se retratasse, que ficou muito bem, nos assuntos que dizem respeito a ele e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas e ninguém reclamou, até o Senhor Deputado *Paulo Pontes* fez essa chamada de atenção, foi por distração da Mesa, não houve problema absolutamente nenhum, até porque os trabalhos estão a decorrer muito bem. Perdemos uma oportunidade do Senhor Deputado *António Figueiredo* ter exposto aquilo que tinha para dizer e a Senhora Presidente de uma vez por todas poder responder também, porque o à vontade com que foi dado o tempo a mais ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, nós não nos incomodamos absolutamente nada com isso, outra coisa são outras intervenções que sabemos qual o caminho que estão a levar e temos de aplicar o Regimento, porque devemos de facto cumprir o Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A imparcialidade da Mesa penso e espero que não seja posta em causa, de facto eu não me apercebi, houve um lapso..., acontece..., as Bancadas chamam muitas vezes a atenção para o facto de o relógio estar parado e eu agradeço. Mas dado esse lapso, nós não podemos, agora dilatar o tempo, eu também tenho muito gosto em ouvir o Senhor Deputado *António Figueiredo*, naturalmente que ele terá a oportunidade mais tarde para o qual eu sugiro o faça em período de "Outros Assuntos", a sua visão, não deixará de ser extremamente importante para todos. Agora não vamos de facto, porque houve um lapso, dilatar este tempo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Se o Senhor Presidente me permite, uma vez que era eu que estava a controlar o relógio no momento em que terminou o tempo do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, devo dizer o seguinte: Parece de facto haver algum constrangimento ou alguma dúvida de boa-fé relativamente à Mesa conforme calha em relação à gestão do tempo.

A questão do Senhor Deputado *Rui Pacheco* depois de ter terminado o tempo dele, foi-lhe permitido continuar e aliás, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* sabe bem que a Mesa tem sido flexível em função de cada intervenção, foi-lhe permitido continuar porque ele estava-se a dirigir pessoalmente, através de um pedido de desculpa, a outro Senhor Deputado, não parecia lógico interrompê-lo, todos os Senhores Deputados Municipais já gozaram do tempo para além do estipulado, todas as Bancadas, todos os Senhores Deputados Municipais sabem que gozam de seis minutos, nesse sentido, devem preparar a sua intervenção para seis minutos e nunca houve inflexibilidade, o Senhor Deputado anterior ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, *Carlos Sousa* não lhe foi permitido acabar a sua intervenção, porque a lógica não era a mesma do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, era uma intervenção política, devia ter ajustado a sua intervenção ao tempo que tinha disponível.

Impressiona-me estar constantemente a dirimir pequenos problemas desta natureza, peço-lhe imensa desculpa Senhor Deputado *Paulo Pinto*, porque a Mesa nunca fez um tratamento diferenciado, o Senhor deputado *Paulo Pinto* também já gozou da possibilidade de falar para além do seu tempo e as outras Bancadas não colocaram em causa, porque se ajustava aquele momento e essa é a interpretação que a Mesa tem feito, é ao momento da justeza da continuidade da intervenção.

Penso que podemos sanar este problema, porque não existe essa falta de boa-fé na avaliação de cada momento.

Registamos um pedido de intervenção por parte do Senhor Deputado Municipal *José Carlos Teixeira* em pedido de defesa da honra, que a Mesa lhe concede, uma vez que numa intervenção anterior o seu nome foi referido e houve um Senhor Deputado que se dirigiu a ele em particular, pelo que goza da oportunidade, tem três minutos para usar da palavra.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me que discorde do que foi dito pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, porque o Senhor Deputado *Rui Pacheco* não se retratou muito bem, ficou mal na fotografia, o pedido de desculpa peca por ser muito tardio, do dia 11 de fevereiro até ao dia 05 de junho, esse pedido de desculpa está muito desfasado no tempo, isto só me leva a concluir que ele não tem cabeça para pensar, esteve este tempo todo a pensar, porque alguém lhe disse para o fazer.

As suas questões são gravíssimas, porque diz que eu sirvo o cargo para resoluções pessoais, isto é grave, ser bom empresário não significa ser bom autarca, já lhe respondi, quem disse isso foi a Senhora Presidente e não eu, e que toda a questão gira à volta de uma rua, afirma inclusivamente que 75 % das minhas intervenções estão de volta dessa rua, eu ainda não entendi onde é que o Senhor Deputado foi buscar esses 75 %.

Em política não vale tudo, o assunto nem vai ser resolvido na Assembleia Municipal, nem na rádio, o assunto vai ser resolvido nos Tribunais.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que eu tenho para dizer é simplesmente isto, nesta Assembleia Municipal nunca houve discursos de manifestação universais para o auditório, mas sim retórica que leva à persuasão, que leva à manipulação e que leva à lisonja.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu vou fazer uma breve intervenção, focando apenas dois ou três aspetos que acho essenciais, já falamos aqui da fase que passamos, da pandemia, já se enaltecem determinados grupos profissionais e acho muito bem, nessa conformidade aproveito para desejar as boas vindas a todos e aceito com agrado, pelo menos a referência que um Senhor Deputado aqui fez, nomeadamente o Senhor Deputado *Rui Pacheco* sobre a classe profissional dos professores, que eu aceito muito humildemente esse apreço e acho que também é bem merecido, assim como o apreço que todos manifestamos durante a pandemia, sobre os profissionais de saúde.

Na realidade foi uma adaptação sem pensar, muito espontânea e que obrigou também a muito sacrifício das famílias dos próprios professores e eu enquanto professora senti isso também, na realidade muitos de nós, nomeadamente eu, já não estamos nem no início da carreira, nem no meio da carreira, já estamos no fim da carreira e a adaptação é ainda bem mais difícil por esse facto, porque a minha geração não passou pelas novas tecnologias como os jovens hoje em dia passam, de qualquer maneira eu pretendia e em paralelo com os professores, eu tenho aqui que manifestar a todos os Presidentes de Junta em geral, o apreço que nós podemos constatar, porque os Presidentes de Junta são uma instituição em prol das populações, mais uma vez manifestaram o seu papel de solidariedade, o seu papel social.

Eu faço questão de referenciar isto porque realmente pode passar despercebido ao comum do cidadão, eles são aqueles que estão, em paralelo com os professores, eles ajudam quando solicitados por nós através de e-mails eles conseguem imprimir os documentos que nós necessitamos de fazer chegar aos próprios alunos nas aldeias, sobretudo aqueles que não têm tecnologias e as famílias não têm possibilidade de comprar os computadores, eles disponibilizaram-se e muito bem para imprimir, para entregar, para disponibilizar o seu espaço da Junta de Freguesia, com o seu computador se for o caso e se fosse essa a vontade dos pais e dos alunos, para poderem rececionar toda a documentação e não ficarem ao lado, não serem marginalizados neste processo todo do ensino.

Eu penso que isto pode passar despercebido ao comum do cidadão, por isso mesmo acho que é importante referenciá-lo. Os Presidentes de Junta por outras razões estiveram sempre na primeira linha, mas este pormenor, que não é despidendo e faço questão mais uma vez de o referir.

Por outro lado gostei muito da intervenção do nosso colega e Deputado *Pedro Beato*, que referiu a situação do mês de junho dedicado às crianças, ao escalão etário infantil, que sobretudo nesta fase de confinamento, passaram também vários sacrifícios, assim como os seus pais, mas foram “esquecidos”, porque a CPCJ como nós sabemos, que tem feito um trabalho meritório aqui em Mirandela, limitou-se às exigências legais e portanto não pode manifestar o seu devido trabalho e se calhar foi importante nós agora termos esta chamada de atenção, para além da lição de história que o Senhor Deputado *Pedro Beato* nos proporcionou.

Outra situação, aproveito para dirigir à Senhora Presidente da Câmara e recordar-lhe, não pretendo fazer aqui mais juízo nenhum, mas talvez no sentido positivo, recordar mais uma vez, que há muito tempo talvez mais de um ano, eu referi uma situação das lombas muito desagradáveis para o tráfego na ponte vulgarmente chamada Ponte Açude. Era importante que quem se desloca para a margem direita do rio, possa fazê-lo com as lombas tornadas mais suaves, para não danificarem os seus próprios automóveis. Agradeço que não se esqueça dessa situação, que já foi aqui referida por mim há muito tempo.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, partilho o sentimento de gratidão que temos para com todos os profissionais envolvidos no combate à Covid-19, às populações, um voto de agradecimento aos nossos Presidentes de Junta que estiveram sempre disponíveis e dizer-lhe que de facto foi um período onde o espírito de solidariedade imperou na nossa comunidade, um excelente sinal de que estamos unidos.

Quanto à intervenção da Senhora Presidente de Junta de Lamas de Orelhão *Vanda Preciso*, agradecer a sua intervenção, neste período de Estado de Emergência foi difícil ser Presidente de Junta, partilhando também esta situação com outros Presidentes de Câmara, todos nós nos vimos numa situação bastante difícil, porque queremos acorrer a todas as situações e muitas vezes os recursos, os meios e mesmo em relação aos equipamentos de proteção individual houve momentos muito difíceis.

De facto, dizer-lhe que correu muito bem aqui no concelho de Mirandela, nós fomos o primeiro Município a ter o primeiro caso de Covid-19 no distrito de Bragança, mas houve coisas que poderiam ser melhoradas, nós centralizamos toda a nossa atuação no Serviço Municipal de Proteção Civil e foi através deste Serviço, julgando nós que terá sido a melhor opção, que até outros Municípios depois seguiram, a articulação com as Juntas de Freguesia, com a GNR, com a PSP e também todos os voluntários que quiseram de forma solidária acompanhar as nossas equipas.

Não conseguimos chegar a todo o lado, obviamente que as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental, mas enaltecer o papel de todos que deram uma resposta breve, atempada e capaz aos fregueses, nossos municípios.

Relativamente às reuniões com os Senhores Presidentes de Junta, de facto não foi possível durante este período fazer reuniões presenciais e todo o papel de articulação foi feito pela Proteção Civil, julgo que houve contactos regulares com todos, no sentido de poder saber as vossas necessidades, alguns Presidentes de Junta foram-me contactando ao longo deste período e tudo aquilo que



*[Handwritten initials and marks]*

pode ser feito foi feito, mas dizer que a colaboração e o companheirismo sempre esteve no nosso objetivo e na nossa mente, tendo dado as respostas possíveis e tendo até ao nível de algumas intervenções e ações no terreno, sermos a referência no distrito.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, basicamente a sua intervenção foi a apresentação da Moção, que foi aprovada e mereceu uma Declaração de Voto e por isso julgo estar esclarecida esta situação.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, já foi respondida pelo Senhor Presidente, porque eram questões que diziam respeito à Assembleia Municipal.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente de Junta *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que o gradeamento da ponte de Frechas ficou resolvido, relativamente à habitação de um munícipe do Cachão ainda não foi feita a visita pelos Serviços de Ação Social, vai ser desencadeada, no entanto dizer-lhe também que nunca foram contactados os Serviços de Ação Social pelo munícipe, no sentido de solicitar qualquer tipo de apoio, quer no âmbito do atendimento social, quer até na procura de soluções para a própria habitação. Não houve o contacto direto do munícipe com o Serviço, pelo menos até hoje não houve esse contacto, o que é habitual acontecer é que haja essa procura dos Serviços de Ação Social.

Relativamente às referências que fez, não vou fazer qualquer tipo de comentário, acho até que as palavras ficam com quem as diz e é a sua opinião e eu respeito-a. Relativamente aos casos Covid-19, todo o processamento dos testes foi feito pela Unidade Local de Saúde do Nordeste Transmontano, a Câmara Municipal não teve qualquer interferência, sei que havia uma vigilância sanitária por parte das autoridades de segurança, PSP e GNR, no sentido de haver o recolhimento obrigatório e o isolamento sanitário.

Quanto aos cabazes de alimento, houve kits de emergência que foram distribuídos pelas famílias carenciadas, julgo até que a melhor forma de falar sobre isto deve ser uma abordagem séria e não a abordagem que acabou por fazer, relativamente à distribuição dos kits alimentares, até porque é uma situação que é vivida no país todo, com famílias com dificuldades e carências alimentares e não podemos, nem devemos utilizar isto como uma arma de ferramenta política e muito menos brincar com estas situações, porque são situações sérias, são famílias que foram apoiadas, ajudadas para que possam ter índices alimentares satisfatórios.

Relativamente aos desinfetantes que refere, de facto na qualidade de empresário a verdade é que cedeu líquido desinfetante no início da pandemia, mas quando foi enviada a caixa de máscaras, foi devolvida aos Serviços de Proteção Civil, foi essa a informação que eu tive relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas. O material que foi disponibilizado foi o possível, se calhar não o suficiente, mas percebam que também houve várias necessidades, mesmo relacionadas com a Unidade Hospitalar de Mirandela, outras Unidades de Saúde e lares, que foram apoiadas pela Câmara Municipal na distribuição de equipamentos de proteção individual e desinfetante, tendo nós dado prioridade a essas situações.

Quando refere que a Junta de Freguesia de Frechas não tem um tratamento igual às outras Freguesias, é de todo uma injustiça, até porque se há outro caminho neste mandato, é de facto o caminho que foi feito em prol da coesão territorial, em prol das Freguesias e o apoio que tem sido dado a todas as Juntas de Freguesia, quer na questão das transferências, bem sei que o dinheiro não é tudo, mas é um grande apoio, é uma grande ajuda, para que vocês possam fazer determinadas obras nos nossos territórios e por isso dizer-lhe que é de todo injusto as palavras que proferiu.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, há uma situação relacionada com uma fuga de água, ao que me foi dado a saber é uma questão de proprietário, não sei se é condomínio se é individual, mas terei todo o gosto em enviar a informação que foi disponibilizada pela Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais.

Quanto à questão do aproveitamento político, lamento trazer aqui esta questão, lamento porque de facto é uma situação muito grave, que está a decorrer neste momento com 22 Técnicos Superiores da Câmara Municipal de Mirandela, a sentença tem 46 páginas, não me vou pronunciar sobre ela, aquilo que posso dizer é que a Câmara Municipal vai garantir todo o apoio aos colaboradores, no sentido de que possa ser apresentado um recurso, com uma estratégia com um escritório de advogados que fez a defesa inicial, é um processo de 2009, que teve agora decisão, 11 anos depois e que afeta todos.

Nunca, em tempo algum o aproveitamento político seria da nossa parte, infelizmente veio do Senhor Deputado *Rui Sá*, até porque este é um assunto que diz respeito à questão formal dos próprios concursos e que, se não houvesse recurso teriam de ser notificados no sentido de saírem dos Quadros da Câmara Municipal, no entanto, isso não vai acontecer e nós estamos muito preocupados com a situação, para podermos dar toda a tranquilidade aos trabalhadores no sentido de que garantiremos todas as soluções e defesa possível.

Já temos uma reunião agendada com o escritório de advogados que na altura foi contratado para esta ação e reuniremos com os colaboradores no sentido de definirmos a estratégia para defesa. Julgo que a situação vai ser ultrapassada com sucesso, de qualquer forma cá estaremos para de forma empenhada considerarmos este problema e resolvê-lo internamente.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, foi uma intervenção abrangente e considerou todos aqueles que de forma empenhada lutaram contra esta pandemia.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*, o Senhor Deputado *Pedro Beato* traz-nos sempre uma forma única de pensar, de dizer e de exprimir a importância e a memória das pessoas, que se confundem com as histórias da nossa terra.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, nós temos muitas árvores que são suscetíveis de alergias, é uma questão que já foi abordada no âmbito da saúde com a Saúde Pública, mas a substituição das árvores, como sabe, é sempre um tema polémico e nós não encontramos soluções imediatas para esta questão, cortar árvores só em último caso e caso haja opiniões e pareceres da saúde que determinem esses cortes.

Tivemos aqui há uns meses um problema com a lagarta do pinheiro, em vários pinheiros aqui da cidade junto às escolas e temos um plano de prevenção da lagarta, isto só para lhe dizer que nessas reuniões com a autoridade de saúde abordamos a questão das alergias e nunca foi tido em conta o corte para a prevenção das alergias. Existem alguns cuidados que as pessoas podem ter, designadamente também no apoio médico, mas a solução teria de ser de forma faseada e gradual, porque as árvores também contribuem para a sombra, para o melhoramento do ambiente urbano e a intervenção teria de ser sempre uma intervenção fundamentada e de forma faseada, para que não houvesse impacto no ambiente urbano, mas agradeço esta chamada de atenção.

Relativamente à fatura de água do mês de março e apesar de depois haver uma informação complementar, dizer-lhe que nós isentamos os consumos do mês de março, quem deu leitura foi considerada a leitura que foi dada pelo consumidor, quem não deu leitura ficou com o valor da estimativa desses meses, mas terá mais à frente um esclarecimento sobre esta questão.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa Paulo Pontes, o ecoponto do Franco sempre foi entregue, relativamente ao material tem havido problemas no concurso da compra dos paralelos, vamos tentar resolver com a Contratação Pública este problema, como sabem é muito material que tem vindo a ser requisitado, vamos ver se até ao final do mês conseguimos resolver o problema, se não vocês serão informados na próxima reunião que vamos ter com os Senhores Presidentes de Junta, até acolhendo a sugestão da Senhora Presidente de Junta *Vanda Preciso* e nesse sentido vamos fazer uma reunião em conjunto para definirmos estas questões.

O Senhor Deputado *Carlos Sousa* falou da recuperação económica, do pós Covid-19, um cenário difícil para todos, agradecer-lhe a sua intervenção.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, dizer-lhe que nunca da minha parte houve nenhuma falta de educação com o Senhor Deputado, bem pelo contrário, o que eu sempre solicito, peço e aclamo é que haja uma relação de elevação política e de respeito, a minha cultura democrática, como todos sabem, tem raízes e eu tenho orgulho nessas raízes, de facto a forma como o Senhor Deputado muitas vezes se refere à minha pessoa não é de todo correta e basta ler as Atas para ter uma opinião formada sobre estas questões. Sempre respeito todos e orgulho-me disso, pena é que às vezes as pessoas não partilhem estes objetivos, não partilhem estas situações e não respeitem o lugar onde estamos e a dignidade do lugar onde estamos.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Otilia Lima*, de facto a classe profissional dos professores é uma classe onde está a ser exigido muito e agradecer a todos o trabalho que tem sido feito. Relativamente aos documentos de impressão para entregar aos alunos, como sabe, nós fizemos um esforço muito grande para entregar computadores, entregamos computadores a 100 % dos alunos do escalão A e B e foram entregues mais de duzentos computadores e o acesso à internet a todos os alunos das várias Freguesias, foi um esforço grande da autarquia, para que ninguém fique para trás. Praticamente todas as Juntas de Freguesia estão a imprimir a documentação necessária para os alunos, com um custo acrescido para as Freguesias e lembrar que a Câmara Municipal fez as transferências no sentido de não haver problemas na aquisição de papel e de toners para as impressoras.

Quanto às “lombas” na Ponte Açude, nós vamos fazer uma intervenção nas pontes, incluída no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, na Ponte Nova, na Ponte Açude e na Ponte Românica, vamos fazer uma intervenção a nível estrutural, vamos ver se conseguimos na empreitada suavizar os espaços de dilatação que existem na Ponte Açude.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, a interpelação à Mesa vem no sentido de clarificar uma situação que me parece pertinente, a Senhora Presidente respondeu à questão da água e eu tenho de fazer esta pergunta, isto tem de ficar claro para que seja resolvido, se o contador de água estiver fechado a fuga persiste, ou seja, a fuga é no ramal público, não pode ser do condomínio, nem pode ser do particular, a ter de ser resolvido tem que ser pelo Município porque ninguém pode ali fazer reparação naquela conduta, se não for o público a fechar a conduta e obviamente que o particular também não o pode fazer, na conduta pública não pode mexer.

Não seja esta uma situação para justificar e desonerarmo-nos desta situação, eu disse na minha intervenção, se há efetivamente, que eu desconheço mas que admito desconhecer, outras situações que a Câmara entenda dever assacar a responsabilidade ao condomínio pois que o faça, mas a fuga tem de ser reparada. É o nosso erário público, são milhares de litros de água que todos os dias são desperdiçados, deve ser posto cobro à situação. Há que assacar responsabilidades ao condomínio, pois faça-se.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isso é o que está a ser feito, pelo que sei, já houve duas visitas ao local e já foi até solicitado que verificassem a tubagem, já foi verificada a situação na rede pública e aquilo que se julga é que a fuga estará na esplanada, ou seja, em propriedade privada e por isso até foi disponibilizado o corte da água em determinado período de tempo, para que fosse verificado o problema, os Serviços estão a resolver a situação, eles consideram que se trata de propriedade privada e que a rede pública não tem qualquer tipo de fuga.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não está em causa que a propriedade seja privada, nos antigos projetos os contadores de água e de luz ficavam dentro de casa, ou ficavam encostados à parede da casa e aquele logradouro é privado, disso não há dúvida que seja privado, mas a água até ao contador é pública, a conduta é pública, se efetivamente a Câmara entende que o contador não está ali bem, que o mudem.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu penso que o alerta está mais que registado e bem, até porque todos nós e o Executivo tem consciência que as perdas de água em Mirandela são significativas, naturalmente que será o principal interessado em resolver o problema, de qualquer modo e para complemento da informação e com autorização da Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente vai usar também da palavra para clarificar esta situação.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É bom vê-los a todos e com saúde, significa que todos conseguimos ultrapassar para já esta pandemia.

Aproveito para esclarecer algumas questões aqui levantadas, começo pela temática da água do Cobro, relativamente à água do Cobro, o que é que sucedeu ao longo deste tempo? A Senhora Presidente recebeu a informação de que haveria algum problema

*[Handwritten initials and signature]*

com a água do Cobro, comunicou-me essa informação e eu comuniquei aos respetivos Serviços para que fizessem uma visita à instalação, nessa visita que foi feita à instalação, ao depósito de água para vermos a qualidade da água, verificou-se que a mesma estava em perfeito estado e nessa visita o Senhor Presidente da Junta esteve presente e pode confirmar que existia qualidade na água.

Entretanto, uns dias mais tarde fui interpelado pela Rádio Terra Quente para que explicasse uma apresentação feita por um município em que dizia que a água não estaria em condições para consumo e que teriam sido feitas análises, nós quando soubemos disso também pedimos uma análise e no dia 25 de março, o município pediu essa análise e deslocou-se ao laboratório para entregar a água para poder ser feita a análise. O resultado foi que alguns parâmetros não deram corretos, no dia 30 de março, o mesmo município pede uma contra análise e nessa contra análise verificaram-se todos os resultados corretos.

A análise solicitada pela Câmara Municipal foi feita no dia 31 de março e todos os valores estão corretos. Entretanto, uns dias mais tarde vi novamente na imprensa que alguns municípios dessa Freguesia referiam que os problemas com a água se mantinham, que eram regulares e até tinham problemas em alguns equipamentos e nesse momento foi solicitado aos Serviços, visto que o resultado que tínhamos tido era de boa qualidade da água, mas como sabemos às vezes pode estar bem hoje e amanhã estar com os valores alterados.

Para fazermos uma análise mais afinada, pedimos que durante um mês fossem feitas análises à água, isto porque o problema pode não estar no depósito, mas em algum dos ramais existir algum problema, nesse sentido foram feitas cinco medições diárias, uma num depósito, uma num familiar desse município, num habitante do Cobro e também em dois habitantes do Rego de Vide, porque o mesmo depósito fornece as duas aldeias. Todos estes nomes dos consumidores foram solicitados ao Senhor Presidente de Junta, pois é a pessoa que tem conhecimento dos possíveis pontos mais críticos. Estes quatro consumidores não foram escolhidos pelo Município, foram escolhidos pelo município que apresentou a queixa e pelo Senhor Presidente de Junta.

Desde o dia 08 de maio, estão a ser feitas essas análises, o último resultado recebido foi dia 02 e todos os resultados apresentam a qualidade da água normal, apresentam valores dentro dos limites da lei, não há nenhum problema nem de cheiro, nem de cor ao longo deste tempo. Foi dito há pouco aqui que o valor do PH estaria em 8, para informar que os limites legais são entre os 6,5 e os 9,5, por isso 8 é um valor correto da leitura do PH.

Relativamente a este tema e para também responder ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, sempre estivemos em articulação com o Senhor Presidente de Junta, tem conhecimento de tudo o que se está a passar, tem participado, tem estado presente, a nível da água do Cobro acho que estamos a ter os cuidados todos e também para vos informar que sempre que há algum incumprimento a Câmara Municipal é obrigada e o próprio laboratório é obrigado a comunicar ao Delegado do Saúde e à Entidade Reguladora que é a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, se houvesse algum problema grave que afetasse a população, tanto o Delegado de Saúde, como a ERSAR teriam de encerrar o abastecimento de água, nos últimos cinco anos nesta Freguesia não há nenhum incumprimento na qualidade da água.

Não existe aparentemente nenhum problema com a água do Cobro. Para já os resultados estão bem, também para vos informar que ao longo destes últimos seis meses estão a ser substituídos filtros e doseadoras em quase todos os depósitos, estamos a falar de um investimento de 200 mil euros, primeiro fizemos a limpeza, agora estamos a fazer a substituições dos filtros e das doseadoras e o próximo passo será a substituição de muitos depósitos instalados nas nossas Freguesias, que já estão em estado degradado, iremos substituí-los e, em alguns casos, iremos proceder à sua pintura e colocar em todos um gradeamento, porque muitos deles não têm proteção ao seu acesso. A nível de depósitos de água este será o próximo passo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Faustino da Cunha*, esclarecer em relação à Prestação de Contas Consolidada, que foi exposto por mim esta semana à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais esta questão, porque existe essa dúvida relativamente à Prestação de Contas Consolidada, a Lei n.º 12/2020, diz que a Prestação de Contas Consolidada terá de ser apresentada até julho, até julho para mim é 30 de junho, daí a nossa dúvida se terá de ser até 30 de junho ou até julho inclusive, a Câmara Municipal não pode fazer a Prestação de Contas Consolidada sem que as entidades consolidadas tenham aprovadas as suas contas e outra dúvida é e porque nessa lei diz no artigo 7.º alínea c) “Terão de ser remetidas para apreciação do Órgão Deliberativo até julho, a questão aqui é saber se teremos apenas de entregar e depois será apreciada na Assembleia Municipal de setembro, ou se teremos de realizar uma Assembleia Extraordinária, estamos a aguardar esses esclarecimentos por parte da DGAL.

Em relação à fuga de água no “Café Açude”, há duas semanas estive nesse local para verificar o que se passava, os Técnicos informaram-nos bem da defesa dos interesses do Município. Os Técnicos entendem que não é responsabilidade do Município, mas depois de visitarmos o local, depois de debatermos internamente, também entendemos que está a ser desperdiçada água pública, o procedimento que estamos a efetuar com o proprietário em questão, o Município vai fazer essa correção e nesse momento irá ser feita uma carta para ser enviada ao regulador com conhecimento à pessoa em causa, para que nos expliquem bem a situação.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* quanto à fatura da água, como sabem, o consumo do mês de março foi isentado e no mês de abril já foi cobrado. Os nossos colaboradores não efetuaram as contagens, porque estavam em confinamento e não foram feitas as leituras pelos Serviços, só havia dois caminhos, ou através da média ou do fornecimento da leitura pelo consumidor. Nós verificamos que em algumas leituras dadas houve um problema no software em cerca de 100 consumidores, já foram assumidas as responsabilidades pelo gestor da aplicação e irão ser corrigidas e será emitida a nota de crédito devida.

Colocamos uma nota na carta para os consumidores fornecerem as leituras e também é comunicado que até setembro os contadores que se encontram no interior das habitações não irão ser efetuadas pelos Serviços, para não colocarem os municípios em perigo, nem os colaboradores. Se verificarem na parte de trás da fatura tem lá o mês de março a zero, mas tem lá os metros que foram considerados.

Quanto ao concurso para o fornecimento de paralelos, tem havido algumas dúvidas nos Senhores Presidentes de Junta, o que acontece é que quando fazemos a análise no final do ano em termos de plafond de fornecimentos de material para as Juntas de Freguesia, verificamos que ainda tínhamos paralelo em quantidade para este início do ano, mas muitos Presidentes de Junta verificaram que ainda tinham plafond e solicitaram no final do ano o plafond que faltava em cubo e paralelos, esse material foi entregue e o stock foi a zero, porque houve um pedido excessivo de paralelos e de cubos logo no início do ano.

Em fevereiro preparamos o concurso para aquisição de paralelos, cubos, saibro, areia e outros, entretanto entramos em confinamento, surgiram outras adjudicações prioritárias para o combate da pandemia, mas neste momento já está a decorrer o concurso do material e durante este mês estará finalizado todo o procedimento e quem já solicitou irá receber durante este mês, início do próximo, o material. Pedimos desculpa pelo atraso.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre este ponto deixo aqui duas pequenas notas, como sabem este Ponto tem de fazer parte sempre da Ordem de Trabalhos das Sessões Ordinárias, está agendada hoje e estará também presente na Sessão de amanhã, no entanto trata-se de uma só Informação, porque diz respeito ao mesmo período. Isto não invalida que amanhã alguém queira voltar a falar sobre o assunto.

A outra nota é que de acordo com o artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal, Ponto 05, a Presidente da Câmara poderá apresentar verbalmente a Informação e dado que me solicitou fazê-lo, peço desde já à Senhora Presidente para intervir neste Ponto, antes de qualquer outra intervenção sobre este assunto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Competência e Eficácia

Estas palavras surgem antes do confortável e habitual cumprimento. Espero que se encontrem bem, de saúde, pessoal e politicamente. Boa tarde!

Portugal e Mirandela experimenta um momento absolutamente singular. Pela primeira vez, uma situação de saúde pública levou à adoção de um conjunto de medidas que bule com os hábitos diários dos cidadãos, com o normal funcionamento da economia, com a forma como se expressam afetos e sentimentos; que afeta o que de mais profundo existe no indivíduo e na sociedade. O silêncio e o vazio das aldeias, vilas e cidades, em todo o território nacional, são o espelho dos tempos excecionais e difíceis em que vivemos.

Em Mirandela tivemos o primeiro doente confirmado.

Em Mirandela fomos pioneiros na afirmação do Estado de Alerta Municipal antes mesmo da ativação global por parte da Comissão Distrital de Proteção Civil.

Em Mirandela implementamos, em referência, momento e eficácia o Centro de Comando Operacional Municipal da Proteção Civil que agregou a análise situacional (social, económica e sanitária), a coordenação e conjugação de meios de gestão municipal, e a resposta adequada face às necessidades de reposição de normalidade, seja em contexto de apoio às populações (EPI, informação, sensibilização, medicamentos, alimentos), de apoio institucional (EPI a lares, hospitais, polícias e bombeiros), de rastreio preventivo (Centro de Rastreio COVID no Hospital Terra Quente, Centro de Hemodialise, profissionais do município e de alguns lares), e monitorização integral e permanente desta realidade. Orgulho na competência e dedicação dos profissionais do Município que estiveram desde o primeiro dia na linha da frente.

No mesmo contexto, de registo de louvor, vai o nosso apreço para a forma, empenhada, capaz, disponível e incansável como os Senhores Presidentes de Uniões/Junta de Freguesia, respeitando autonomias e diversidades, sempre foram parte cúmplice na execução das ações e suporte num tempo acelerado, dinâmico e difícil que vivemos. OBRIGADA a TODOS!

Estabilizamos as cadeias de contágio e persistimos competentes mantendo o estado de alerta municipal até 14 de junho. Acompanhando a lógica legislativa e o desconfinamento sustentado e saudável.

Não revisitarei a informação detalhada, que já apresentamos, quanto às atividades desenvolvidas neste âmbito apelando á leitura das Atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal.

Reforço apenas que empenhamos todos os meios humanos e materiais do município. Que realocamos técnicos em razão das necessidades diárias. Que projetamos soluções de trabalho para todos os profissionais, com acompanhamento e supervisão. Que tentamos que a capacidade de reposta do Município às questões públicas fosse mantida sem violação das apertadas regras de conduta sanitária. Que o investimento em EPI, soluções de higiene individual, apoio social fosse garantido.

Por fim, apresentamos há um mês aproximadamente e estamos a implementar um plano estratégico com medidas excecionais de contexto social, económico e sanitário de que somos, mais uma vez, pioneiros e consequentes.

O que procuramos e tentamos, mas reconhecemos que apenas fazemos o nosso caminho, sempre em respeito por todos.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Dr.ª *Júlia Rodrigues*.

Isto é uma carta que lhe escrevi, mas que não a enviei.

Tomei a decisão de lhe escrever esta carta em plena crise Covid-19, mas que depois acabou por ficar na minha secretária, visto que a atividade política da Oposição, ficou ela, também, muito confinada.

*[Handwritten initials and marks]*

Quanto tive essa pretensão, Senhora Presidente, sabia que estava bem de saúde, no apoio da sua família e junto dos seus entes queridos, sabia que aceitaria esta carta porque sou mais um mirandense que divide conjuntamente com a Senhora Presidente um gosto imensurável por Mirandela.

Portugal, como o concelho de Mirandela são vítimas de uma guerra sem precedentes na sua história recente. É uma luta travada contra um inimigo que tem tanto de poderoso como de invisível, pelo que só pode ser derrotado com glória, sob pena de sairmos vencidos desta contenda com perda de vidas e mais pobres.

A luta é global!

Mas é agindo localmente que se combate este “demónio” biológico.

Mas não está só!

Tem na força coletiva do nosso povo o melhor dos exércitos. Em cada mirandense, como é expectável, reside ora um praça pugnaz, como um combatente marcial, no confronto contra a incerteza e a sorte adversa.

Assisti em casa, a todas as diligências operadas nas primeiras semanas de combate à Covid-19. O primeiro residente do concelho a quem foi detetada a Covid-19, obrigou a uma situação de alerta no concelho, com isso, anunciou apoios a prestar aos mirandenses, assim como a implementação no terreno das diretrizes emanadas, quer da Direção-Geral de Saúde, como no dos Ministérios governamentais, e que, as operações organizadas foram de facto muito oportunas, como por exemplo, a instalação do Centro de Operações da Proteção Civil, num dos pavilhões da Reginorde.

De facto, o que era exigido no momento, era, e sem reservas, resolver a ameaça pandémica, que pairava sobre a nossa população.

Sabia e sei que a sua preocupação, é mesmo resolver os problemas. Mas sei também, que só os poderá solucionar na dimensão dos meios que tem à sua disposição.

Os seus meios, isto é, os da Câmara Municipal, ainda que diga serem poucos, são únicos neste concelho.

Agora, ultrapassados os primeiros tempos, se me permite Senhora Presidente, e de forma construtiva, também o era quando queria escrever esta carta, farei alguns reparos às medidas que tomou, no âmbito do combate à Covid-19.

Pelo que, Senhora Presidente:

1. Reveja, porque ainda vai a tempo, a relação institucional que se deseja colaborativa com algumas instituições locais, pois estas, são as mais vocacionadas na proteção da população, dispendo elas de um conjunto de meios humanos e operacionais, que mais nenhuma outra instituição do concelho tem.

É do seu conhecimento que a Lei dos Compromissos foi suspensa, apenas com um propósito, possibilitar às Câmaras Municipais recorrerem a créditos bancários, a fim de subsidiarem IPSS, Corporações de Bombeiros e outras entidades, corresponsáveis no combate à Covid-19.

Estas instituições necessitam de subsídios estatais e não de esmolas, pelo que ficava tão bem ao Município este gesto institucional, como ficou aos Municípios que aproveitaram esta oportunidade legislativa, para se fortalecerem.

Senhora Presidente, não fica bem, quando uma Presidente de Câmara, faz, como fez, agradecimentos públicos a determinadas instituições, como à PSP e GNR, e não no mesmo nível de trato, à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela e Bombeiros Voluntários de Mirandela.

2. Senhora Presidente, faculte equipamentos de proteção individual (EPI), a todos os agentes que chamou para a linha da frente no combate à Covid-19, a fim de evitar contágios e os próprios serem contagiados;

Como nota, informo-a que, as ULS de distritos limítrofes, realizaram compras de EPIs – Equipamento de Proteção Individual em valores avultados em lojas locais, não se verificando a aquisição de carácter preventivo, por parte, quer da ULS do Nordeste, quer por parte de entidades locais, o que não se compreende tal passividade, quando se identificavam setores completamente desprovidos deste tipo de equipamento.

Quando a Câmara Municipal iniciou a fase 2, fase tipo “Covid-Uber”, que chamou para a linha da frente os Senhores Presidentes de Junta, não teve o cuidado de reunir pelo menos uma vez com eles, como até ao dia de hoje ainda não o fez, deixando-os sós, desprotegidos de equipamentos de proteção, procedimentos que outros autarcas fizeram com maior cuidado;

3. Promova processos de rastreabilidade e de disseminação do vírus, a todos aqueles que manifestam sintomas de contágio, porque produz bons resultados, nem que para o efeito tenha de meter o socialismo na “gaveta”, como meteu ao estabelecer um novo Protocolo de Parceria com o Hospital Terra Quente, a bem da segurança da população, depois de falar tão mal do contrato existente entre a Câmara Municipal e esta instituição;
4. Senhora Presidente, decidiu e bem, em nome do Município ter disponibilizado um espaço isolado para a proteção e descanso das equipas médicas, pela sua proximidade com o Hospital local, devia ter antes efetuado algumas reservas no Hotel D. Dinis. Os esforços desses profissionais é reconhecido por toda a comunidade como sendo hercúleo, pelo que, em caso de reserva remeter estes profissionais para o Parque de Campismo de Mirandela, confesso que até me senti um pouco constrangido, pois os mirandenses não tratam os seus melhores com tanta descautela.

Estes pequenos reparos valem o que valem, até porque valha-nos o facto de a população ter respeitado religiosamente as ordens das autoridades.

Mas Senhora Presidente, porque é que em pleno dia de ressurreição, se deixou fotografar num dos cemitérios do concelho?! E que essa foto fosse tornada pública nas páginas das redes sociais do Município?! Como é possível Senhora Presidente?!

Não sei se algum outro Presidente de Câmara foi apanhado neste mesmo delito.

Esta foto é de um calibre em total desrespeito por todos aqueles que se viram privados de estar com os seus familiares, só porque residiam no concelho ao lado, a escassos quilómetros, outros proibidos de estar juntos no último adeus a familiares e amigos que partiam.

Quase deitou por terra o esforço de muito suor, trabalho, sangue e muitas lágrimas choradas.

*[Handwritten initials and marks]*

Sabemos que a vacina do combate ao vírus não está disponível nos próximos tempos, pelo que urge fazer a extensão das ações de intervenção de saúde pública, face à possível intensificação da pandemia no nosso concelho.

Dr.<sup>a</sup> *Júlia Rodrigues*, é hora de investir, no que é verdadeiramente importante, elegendo os cuidados médicos e de segurança a prestar às populações, a nossa primeira prioridade.

Mitigar é palavra de ordem, visto atenuar os efeitos produzidos pelo vírus em causa, até porque em todas as pandemias verificou-se sempre uma segunda vaga.

Quando lhe solicitamos mais orçamento para o setor da saúde, deve fazê-lo em montantes significativos e sem reservas, porque um Município que é competente a gastar cerca de 60 mil euros numa noite de fim de ano e a lançar foguetes na última edição da Feira da Alheira, deve gastar muito mais a favor da saúde sanitária dos residentes do concelho de Mirandela, como fizeram outros Presidentes de Câmara, como por exemplo, o de Bragança e o de Vila Real, que bem cedo e logo no início da pandemia, ofereceram cada um cerca de 60 mil máscaras de proteção à população e não de forma precária.

O momento é de união, vivemos tempos de serviço comum.

Juntos somos mais fortes!"

----- A Senhora Deputado *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Dirijo um cumprimento a todos e todas, e é com agrado que os revejo com saúde.

“A Informação da Senhora Presidente refere-se a um período marcado por uma inesperada adversidade, em que foi necessário desencadear medidas de prevenção da pandemia provocada pela Covid -19. Neste âmbito, temos a realçar a forma atempada e eficaz como foi feita a gestão e articulação entre as diversas entidades envolvidas e as medidas tomadas pela Câmara Municipal. Mirandela foi o primeiro concelho do distrito, a apresentar casos de infeção pelo novo coronavírus, vivemos tempos de que não há memória na nossa história recente e que exigiram capacidade de liderança, decisões rápidas, coragem, confiança, sensibilidade e sabedoria. Contudo, este Município soube estar à altura do desafio, tomando as medidas necessárias para a contenção da infeção e ao mesmo tempo atender às consequências. Com a ativação do Posto de Comando Operacional de Mirandela, foi possível dar respostas integradas no âmbito da ação social, assegurando a alimentação de quem necessitava, da coordenação do voluntariado, da emergência, das desinfecções da cidade, vila e aldeias, da proteção e do socorro. Por isso, deixamos aqui o nosso louvor e damos os parabéns à Senhora Presidente, pela forte liderança na definição e orientação das diversas medidas, bem como a todas as restantes entidades envolvidas, às pessoas voluntárias e a todos os municípios que respeitaram e cumpriram as orientações.

Não obstante os constrangimentos, verificamos que foi dado andamento a diversas atividades, algumas delas antes do período fatídico do confinamento obrigatório, atividades essas de natureza política, cultural e económica. A este nível, queremos destacar a excelente organização da Feira da Alheira que, mais uma vez, trouxe a Mirandela um mar de gente e que contribuiu para uma maior dinâmica do tecido económico. De assinalar, também, as oportunidades de divertimento que foram proporcionadas e a satisfação dos expositores. Estão, assim, de parabéns a Câmara Municipal e a Associação Comercial de Mirandela pelo sucesso deste evento.

A componente económica e social, também não foi esquecida durante o período de confinamento e isolamento social e, aqui, devemos realçar os esforços desenvolvidos para a criação da plataforma eletrónica “Mirandela & Agricultores” com a preocupação de promover o escoamento dos produtos agrícolas locais. E, ainda, apoiar o comércio local, disponibilizando verbas aos comerciantes para incentivar o consumo local através da criação do Cartão Comércio Mirandela. Salienta-se, também, a participação na reunião da Associação de Municípios do Vinho (AMPV), com o objetivo de definir um plano para a criação da Secção de Municípios Olivícolas. Sobre esta matéria, gostaria de obter mais informações Senhora Presidente, relativamente aos objetivos da criação desta secção de Municípios Olivícolas na Associação de Municípios do Vinho.

Assim, apesar de todos os condicionamentos, este Município, soube rapidamente adaptar-se à nova realidade, substituindo formas tradicionais de realização de eventos e reuniões, por novos formatos introduzindo criatividade e fatores inovadores, que podemos observar nas diversas reuniões e atividades levadas a cabo a partir do dia 16 de março. Aqui, queria dar destaque à reunião do Projeto “cuidar de quem cuida de nós” e sobre este projeto também quero perguntar à Senhora Presidente se irá ser implementado no concelho de Mirandela? A mim parece-me que se trata de um projeto de extrema importância, se é o que eu penso que seja, para apoiar os cuidadores informais. Estes cuidadores informais, são cada vez mais importantes, dada a estrutura da sociedade atual, marcada por um maior envelhecimento da população, uma vez que uma melhor preparação destes cuidadores, pode contribuir de forma significativa para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida, não só dos próprios cuidadores mas principalmente da população mais idosa.

A decisão de cancelar as atividades e formas de participação que colocavam em risco a saúde das pessoas, através de possíveis contágios, foi oportuna e acertada, pois os resultados falam por si. Todavia, verifica-se que a preocupação com as pessoas e com os mais necessitados, é evidente. Neste âmbito, destacam-se: as medidas tomadas para apoiar os alunos que não tinham recursos tecnológicos para assistirem às aulas online; a rede de distribuição de bens essenciais (KIT DE ALIMENTOS); o assegurar o fornecimento de refeições aos alunos; a linha de apoio psicológico; a criação de uma linha de apoio à vítima, tendo em conta que com o confinamento os casos de violência doméstica aumentaram; a criação do programa individual e empresarial de voluntariado “Somos Ímpares” com o lema “Precisamos de Ser Bons Ímpares para Formar Bons Pares”, entre outras atividades.

Parece que nada foi esquecido!

Esta situação, colocou à prova, num momento marcante da nossa história, a capacidade de liderança política da nossa Presidente. A forma exemplar como tudo foi articulado, com as diversas autoridades oficiais e a sociedade civil, demonstrou a capacidade de leitura da situação, adequação da ação, pondo em evidência a competência, o sentido cívico e os princípios económicos e sociais socialistas que orientam a sua ação, não deixando ninguém para trás!

É para isto que serve a política, tal como na Grécia antiga, onde surgiu o conceito da política e que seria pensar e organizar a *polis*, ou seja, a cidade, criando soluções viáveis. Deste modo, as ações devem ser pensadas no sentido de cuidar, proteger as pessoas,

*[Handwritten initials and marks]*

promover a solidariedade e a igualdade de oportunidades. E, tal como dizia Aristóteles “O objeto principal da política é criar a amizade entre membros da cidade.” E, foi isto que vimos acontecer num momento de grande adversidade, onde houve união, ajuda, proteção, solidariedade e compromisso. Obrigada Senhora Presidente e respetiva equipa, profissionais de saúde e de muitas outras áreas, todas as entidades envolvidas e obrigada, também, aos Mirandelenses, pois verificou-se que as atividades foram eficazes na promoção da saúde pública. Espero que esta aprendizagem seja útil para continuarmos a lutar pela recuperação económica e melhoria da qualidade de vida.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, o meu Partido, a CDU não tem por hábito, pelo menos nesta legislatura em que faz parte deste Executivo, fazer qualquer intervenção na Informação que a Senhora Presidente dá a todos os municípios.

Mas não podia perder a oportunidade, para lhe fazer alguns reparos à cerca desta Informação e gostava de salientar que nesta Informação gostaria de fazer o reparo a três coisas, que nos parecem bastante relevantes.

Na Informação da Senhora Presidente, na página n.º 9, que fala das comemorações através das redes sociais, faz-se a menção do Dia Mundial da Consciencialização do Autismo, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, Dia Mundial da Higiene das Mãos. Não quero com isto tirar o valor, nem a relevância destes Dias, mas aquele Dia de Abril, que nos permite comemorar estes e os outros todos, Senhora Presidente, o Dia que foi a conquista da nossa liberdade como povo, o Dia em que se pôs fim a uma ditadura de mais de 40 anos, uma ditadura sanguinária e criminosa, Senhora Presidente, nenhuma palavra, nenhuma informação, que a Senhora Presidente dá aos municípios da Comemoração do 25 de Abril.

E o que me interroga, é perguntar a mim próprio de porque é que não vem aqui mencionada a Comemoração do 25 de Abril, no nosso Município e das duas, três Senhora Presidente, ou o seu Executivo embarcou naquilo que foi a avalanche das “fake news” e dos seus arautos contra o Dia 25 de Abril, de que não devia ser comemorado na Assembleia da República e se este Município ficou envergonhado e atado áquilo que foi a Comemoração do 25 de Abril.

É uma pena, que se tenha perdido a oportunidade de fazer menção na Informação da Presidente, depois de ter feito a menção a estes Dias todos, que como eu disse e repito, não lhes quero tirar o valor, mas não falar da Comemoração do 25 de Abril que aconteceu no nosso Município, fica muito mal a uma governação de uma Câmara Municipal com o Executivo do Partido Socialista.

Não me espantava nada que isto acontecesse no anterior Executivo PSD, mas no seu Executivo fica muito mal a este Município.

Senhora Presidente, o outro ponto tem a ver com a página n.º 11, em que diz: “...a “EDUCAÇÃO - FICA À FRENTE”, foram entregues 216 computadores portáteis e 186 routers após contacto com todos os Encarregados de Educação.”

Senhora Presidente, o meu Partido tem conhecimento que foram entregues estes equipamentos aos agregados familiares com menores rendimento e que provavelmente mais necessitavam de que estes agregados, diz a Senhora Presidente, que foram referenciados pelo Agrupamento de Escolas, aquilo que me diz o meu Partido e o conhecimento que nós temos, porque nós não falamos com a população apenas em tempo de eleições, foi que não houve o mesmo cuidado do Executivo da Câmara em solicitar a referência aos seus Presidentes de Junta acerca dos agregados familiares das Freguesias e fica mal, se assim é, serem só os Diretores dos Agrupamentos referenciarem os alunos que têm mais necessidades e não terem pedido a colaboração aos Presidentes de Junta, porque são os Presidentes de Junta que têm um contacto mais direto com os agregados familiares e são esses mesmos, que contra tudo e contra todos, quando há necessidade de pedir uma declaração para justificar a não condição financeira para evitar os pagamentos de algumas coimas, são eles que passam as declarações às pessoas e eu gostava de incluir neste ponto as palavras que foram ditas pela Senhora Deputada *Otília Lima*, que tem a ver com a participação e com a generosidade que os Senhores Presidentes de Junta tiveram neste período de confinamento, de apoio aos Agrupamentos Escolares e aqui também fazia uma crítica ao seu Partido, foi o seu Partido que esteve no processo de acabarmos com muitas Freguesias do país.

É pena termos de passar por uma situação destas, para percebermos o quanto são importantes os organismos do Estado e quantos mais organismos do Estado tivermos no nosso país melhor serviço prestamos e aqui fica bem claro e patente aquilo que representam as Juntas de Freguesia e o poder local, naquilo que o vosso Partido fez questão de abolir com muitas Freguesias no nosso país, não só em Trás-os-Montes, fica presente a incoerência que o seu Partido tem em relação à tomada de posição que tem oficial e aquilo que é realmente o sentimento das populações, neste caso na defesa daquilo que é o poder local.

Senhora Presidente, também não podia deixar de comentar a posição do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é engraçado perceber hoje o que é que demonstra aquilo que é a realidade portuguesa e aquilo que nós sentimos quando nos sentimos apertados, é importante perceber que nesta situação, aqueles mesmos que durante anos e anos neste país aclamam que o Estado está demasiado gordo, que o estado deve acabar e que devemos passar isto à iniciativa privada, são os mesmos hoje que pedem mais Estado, mais apoios do Estado para fazer face à situação difícil que a economia atravessa. Isto é um contrassenso e só demonstra que existe muita falta de coerência e muito populismo.

É pena que não haja coerência naquilo que é a situação política no país e que tenham comportamentos destes, que só envergonham quem está na política e não tem a consciência do que vale o Estado.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste momento impõe-se apenas esclarecer aqui o significado das palavras, o Senhor Deputado que me antecedeu falou em incoerência e no facto de eu ter feito aqui um apelo a todos os Senhores Presidentes de Junta. Continuo com o mesmo apelo aos Senhores Presidentes de Junta, que o Senhor Deputado também confirmou e ainda bem que é da mesma opinião nesse campo.

Já quanto à coerência ou incoerência do PSD, eu refuto por completo por uma razão muito simples, é que uma coisa é o Estado, nós todos termos dinheiro para pagar seja o que for e até para esbanjar e não haver dinheiro para esbanjar. Quando o PSD tomou medidas à cerca da extinção de algumas Juntas de Freguesia, provavelmente fê-lo porque tinha de o fazer, ou seja, era necessário, não havia dinheiro para “esbanjar”, e digo “esbanjar” entre aspas, porque os Presidentes de Junta merecem, eles foram da primeira

linha e estarão sempre na primeira linha. De qualquer maneira penso que a incoerência não está aí, está é no Partido Comunista, porque quer que o Estado assuma tudo e o Estado não tem dinheiro para assumir tudo, não podemos continuamente assumir dívidas públicas enormes, como é o caso presente, atualmente estamos com uma dívida pública maior desde há 25 anos para cá e se o PSD na altura tomou essas medidas, provavelmente foi porque era necessário.

Não foi, nem de perto, nem de longe em desprimor dos Senhores Presidentes de Junta e do seu trabalho. Não há incoerência nenhuma, há aqui é duas situações diferentes, é possível ou não gerir o país com o pouco dinheiro que se tem e é preciso assumir e ter a coragem de assumir medidas que são necessárias para poder gerir o pouco dinheiro que se tem e provavelmente o PSD tomou essa medida nesse sentido.

Não está aqui incoerência nenhuma, bem pelo contrário, gerir os dinheiros públicos como se fossem nossos, provavelmente todos nós gostaríamos de ter uma piscina em casa, não temos dinheiro para a sustentar e para a ter, então prescindimos dela, como é lógico. Eu gostaria que houvesse mais Presidentes de Junta e que o país tivesse a possibilidade de lhes pagar o bom trabalho que têm vindo a desenvolver, mas às vezes é preciso os políticos terem a coragem de tomarem certas atitudes em termos administrativos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu vou dar a palavra e espero que isto não se alongue, até porque isto é uma Assembleia Municipal, os interesses do Município devem estar e ser prioritários, defender Partidos a nível nacional, medidas, ideologias, coerências, o passado, eu penso que não cai bem.

Vamos falar do presente e do problema que temos em mãos e que toca, essencialmente o nosso Município. Eu vou dar a palavra de resposta, para terminarmos com este feedback entre os dois.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Deputada, mencionou bem, estávamos numa situação de crise e tiveram de se extinguir Freguesias, mas o mais engraçado disto e quando falo em incoerência, não me refiro a quando foi feita a extinção, eu falo em incoerência é depois disso. Já neste mandato do Partido Socialista, o Partido Comunista apresentou um Projeto Lei na Assembleia da República, para se reporem outra vez as Freguesias e o seu Partido votou contra.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu venho aqui devido à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, às vezes antes de fazermos afirmações é preciso fazer o trabalho de casa, eu sou insuspeita porque vou defender aqui o Executivo quando diz que os Presidentes de Junta não foram envolvidos, eu por exemplo até tive uma atitude crítica enquanto Presidente de Junta e membro do Agrupamento de Escolas de Mirandela, que fez o levantamento, até tive uma atitude crítica, de questionar de porque é que me estão a perguntar a mim esses dados enquanto Presidente de Junta, se o Agrupamento de Escolas de Mirandela está a dar esses mesmos dados. Isso iria fazer com que houvesse alunos que iriam ser referenciados duas vezes.

Eu acho que esses dados deviam ser dados pelo Agrupamento de Escolas e não pelos Presidentes de Junta, uma vez que os meios informáticos iam ser fornecidos aos alunos e este concelho só tem um Agrupamento de Escolas e as Escolas Profissionais, faria todo o sentido, porque esses alunos não são carentes apenas em erros informáticos, também no dia-a-dia eles têm outras necessidades, desde alimentação, à falta de material escolar e que o Agrupamento, o SASE propriamente dito, tem todos esses dados, de maneira que fez todo o sentido, esses dados serem pedidos ao Agrupamento de Escolas.

Como Presidente de Junta, já fomos aqui muito elogiados, senti-me um pouco injustiçada porque o meu Partido acabou com muitas Freguesias, se calhar não acabou com todas que deviam acabar, porque justiça e sermos justos não é darmos tudo a todos, não é termos um Presidente de Junta para meia dúzia de fregueses, se calhar sermos justos é sabermos repartir e bem, gerir bem os nossos recursos e sendo bem geridos, se calhar haveria menos Juntas de Freguesia dada a nossa população, que sabemos que não é o que era há 50 anos, não compreendo o imobilismo, principalmente quando se trata de recursos públicos que devem ser bem geridos, é necessário que haja inovação. Se calhar seria muito melhor que as Freguesias fossem devidamente dimensionadas e os Presidentes de Junta fossem devidamente compensados do trabalho que têm.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos assim estes momentos na Assembleia, em que quando nós falamos quem está a ouvir tem grandes momentos de humor, vem-se para aqui falar de incoerência e veio falar de incoerência o representante da CDU, que engraçado! Nunca vi aqui nenhum representante da CDU votar a favor seja do que for de qualquer outra Bancada e ainda há pouco tempo verificamos uma votação a uma proposta da CDU aprovada por unanimidade. Pouquíssimas vezes vi aqui um representante fazer a defesa, se não for da Junta de Freguesia, fazer a defesa dos Presidentes de Junta, agora vejo aqui a defesa dos Senhores Presidentes de Junta, que são uns heróis e depois vem-se dizer em relação ao Agrupamento de Escolas que deviam ser os Presidentes de Junta a dar indicações sobre os alunos com dificuldades, pois eu sou e tenho a felicidade ou infelicidade de ser professor e ser diretor de turma e não há ninguém, na minha perspetiva tão bem informado a cerca dos nossos alunos, não só dos alunos como do ambiente familiar todo, não há ninguém tão bem informado como o diretor de turma.

O diretor de turma está na posse de todas as informações que possam haver sobre um aluno e o Presidente de Junta pode não conhecer o aluno, a realidade do aluno, não é obrigado a tal, mas o diretor de turma é obrigado a conhecê-lo. Eu ainda ontem vim de propósito à minha Freguesia entregar documentação a um aluno, mas não tenho que dar informações sobre o aluno, como Presidente de Junta, que tem de dar todas essas informações é o diretor de turma.



----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não vamos entrar em diálogo e por um motivo muito simples, Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Eu ouvi-o, e entendi perfeitamente a sua mensagem, mas temos de aceitar as ideias das pessoas que ao mesmo tempo são educadores e também são Presidente de Junta e que podem eventualmente deixar algumas interrogações no ar com toda a legitimidade. Temos de aceitar esses outros pontos de vista, se bem que o seu, ao pedir uma intervenção dos Presidentes de Junta no processo é também uma mais-valia. Mas estarmos agora a debater essa questão de coerência e incoerência, por favor não..., ouvimos ambas as partes, tiramos as nossas ilações e não vale a pena estarmos a entrar num diálogo que não leva a lugar algum.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em primeiro lugar quero saudar a Assembleia, é sempre um prazer estar aqui, também é um prazer ver-vos e ainda bem de boa saúde, que tudo corra bem e quer queiramos quer não eu gosto sempre que sejam gratos comigo, também gosto de ser grato com os outros, tenho de agradecer a quem esteve na linha da frente, desde a Câmara Municipal, à Proteção Civil, aos meus colegas Presidentes de Junta, que tudo fizemos para que corresse bem e que tivéssemos todos saído bem neste retrato que vamos ter para o futuro.

O que me traz aqui relativamente à Informação da Presidente, é tentar repor a verdade de algumas coisas que aqui estão escritas. Eu não queria intervir no Ponto, mas achei que não podemos deixar para futuro algumas inverdades, porque provavelmente quem lhe passou a informação também não a passou bem.

Diz aqui numa certa página "...em articulação com os senhores Presidentes de Junta...", com os Presidentes de Junta ninguém articulou nada, pelo menos comigo e se estão aqui 30, se com algum dos 30 articularam, comigo ninguém articulou nada. Quando diz aqui "... colaboração com a Técnica Superior de Higiene e Segurança no Trabalho do Município...", a mim nenhuma Técnica me ligou, peço que corrijam esta situação por aquilo que aqui está escrito.

Depois também fiquei surpreendido com uma situação que também está na Informação, o tal kit do cozeiro, o kit do voluntário e o kit da Junta de Freguesia, o kit da Junta de Freguesia, eu recebi uma mensagem da Senhora Presidente, com quem fomos sempre contactando quando era necessário e agradeço-lhe sempre essa disponibilidade, eu recebi uma mensagem no final do mês de abril para levantar um kit, foi quando recebi uma mensagem, no final do mês de abril e depois recebi um mail por parte do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia para ir levantar um segundo kit, não sei se houve mais kit's do que isto.

Quando falamos de um kit, numa primeira fase, estamos a falar de quatro luvas de latex, de dois maços de lenços de papel descartáveis, meio litro de desinfetante, eu fui um dos que não trouxe o kit e pedi na altura para o entregarem ao Centro Social e Paroquial do Romeu, porque eu não precisava dele, porque efetivamente foi apenas no final do mês de abril que nos foi disponibilizado um kit e nós estivemos na linha da frente desde o dia 13 de março e se houve uma coisa que eu nunca aceitei é que se houve grupos de risco que foram avaliados naquele "espetáculo" que se montou em frente ao Hospital Terra Quente, foi esquecerem-se dos Presidentes de Junta.

O Presidente de Junta contactava diariamente com a população, contactava diariamente com centros comerciais, contactava diariamente com farmácias, contactava diariamente com pequenos comércio, pois as pessoas pediam-nos para irmos buscar as suas compras. Houve alguém mais exposto do que nós durante esta fase, para não caber neste critério de estarmos a ser devidamente sinalizados nessa frente?! É que pelos vistos até se desmobilizou um Hospital porque não satisfaz os índices mínimos de testes, quanta gente ficou por testar?! Nós somos 30, a multiplicar por cada Executivo que tem 3, eramos 90 pessoas diariamente nisto.

Eu falo por mim e tenho a certeza que os Presidentes de Junta estão-se a rever naquilo que eu estou a dizer, porque passaram pelo mesmo.

Quando se fala num kit, era preciso pensar muito bem, desde o primeiro dia, a quem foi pedido por Despacho a nossa colaboração, porque a nós nunca ninguém nos pediu uma opinião, nós aceitamos por Despacho aquilo que veio e colaboramos institucionalmente até ao fim com a Câmara Municipal. Disso ninguém nos pode acusar, por falta de lealdade, de falta de dedicação e falta de empenho.

Há aqui um outro ponto que também não é verdade e peço à Senhora Presidente também que tome nota para aferir com os Serviços, "... foi dado apoio na desinfeção dos espaços públicos das 30 Freguesias, com formação, sensibilização e fornecimento de equipamentos de proteção individual...", a mim ninguém me deu nada, eu compreí-os do meu bolso, a mim ninguém me deu nada. Quando alguém escreve aqui isto, tem de vir dizer quais foram as Freguesias que receberam, porque eu não recebi nada. Se alguém recebeu que o diga, eu não recebi absolutamente nada.

Aquilo que me deram uma vez, foi produto para desinfetar as ruas, que por curiosidade era diferente daquele que estava a ser usado em Mirandela, nunca ninguém me conseguiu explicar porquê, porque é que Mirandela tinha um produto e as 29 Freguesias do mundo rural tiveram um outro produto, não se sabia porquê, mas não me deram mais nada do que isto, o resto fomos nós que arranjamos uma equipa, arranjamos equipamento e fizemos o trabalho. É que nem formação profissional nos deram, não é verdade o que está aqui escrito e peço-lhe Senhora Presidente que fale com os respetivos Serviço, para retratarem esta situação.

Quando se fala, "... elaboração em conjunto com a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais do Plano Municipal de Desinfeção...", eu nunca tive acesso a nenhum Plano Municipal de Desinfeção, não sei se vocês tiveram, eu nunca tive, porque depois diz: "... contacto com os Presidentes da Junta de Freguesia em articulação...", não é verdade, isto não é verdade e não pode estar aqui escrito. Senhora Presidente, peço-lhe que veja a quem lhe passou esta informação, porque eu acredito que não foi a Senhora Presidente que fez isto, quem lhe passou esta informação, passou-lhe uma informação errada e temos de pôr a verdade dos factos em cima da mesa, é isto que se exige.

E para terminar, se calhar não são precisas mais Freguesias, se calhar são precisos é mais meios para os Presidentes de Junta de Freguesia, os Presidentes de Junta têm de facto hoje um pacote financeiro interessante do lado deles, que temos de honrar, que a

Câmara Municipal no-lo deu, mas às vezes faltam meios e faltam meios, desde equipamentos, meios humanos e muitas vezes faltava-nos aquilo que eu tive a possibilidade de lhe dizer ontem pessoalmente, faltava-nos articular connosco, o facto de um Despacho chegar, nós aceitamo-lo, mas 15 minutos antes alguém nos pode telefonar a explicar o que é que é para fazer e não houve contacto nem da Proteção Civil sequer para os Presidentes de Junta para dizer o que quer que fosse.

Nós víamos carrinhas a passar nas aldeias a dizer: “fique em casa” e nada mais do que isso, nós nem sequer sabíamos em que dia é que as carrinhas lá iam e esta articulação não existiu.

Eu acho que a Senhora Presidente tem de exigir responsabilidades à Proteção Civil, ou ao Serviço Municipal de Proteção Civil, porque houve muita coisa que falhou. Obviamente o panorama foi grande, houve muito trabalho bem feito, não estou a dizer o contrário, mas neste aspeto da articulação com os Presidentes de Junta, porque somos 30 autarquias locais no concelho de Mirandela, falhou redondamente.

Eu continuo a falar por Cedães e desafio os meus colegas Presidentes de Junta, se tiverem informação contrária também o digam aqui.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a estas questões que foram levantadas e antes de responder a cada um dos Senhores Deputados, dizer-vos que às vezes quando nós falamos sobre o trabalho dos outros, muitas vezes não reconhecemos o esforço das equipas que estão no terreno para fazer o melhor, a contactar com todos, informar todos e por isso há que reconhecer que foi feito da parte do Serviço Municipal de Proteção Civil, onde nós centralizamos toda a nossa capacidade de resposta, para poder atender a um território vasto, a um território com muitas aldeias e obviamente contando com a colaboração e a participação dos nossos Presidentes de Junta, que também estavam e constavam na legislação que entretanto ia saindo todos os dias e está a sair todos os dias, relativamente à questão da operacionalização da resposta no âmbito da Covid-19, ou seja, temos todos as nossas responsabilidades e até parece que, quer da parte da Câmara Municipal, quer da parte da Proteção Civil, não houve, sempre que éramos contactados, capacidade de resposta.

Eu tenho a certeza e falei com muitos de vocês e resolvemos de imediato todas as preocupações e foram várias, foram várias e é justo que se diga, que dizer-se que não houve articulação, não me parece correto, houve toda a articulação possível, todos os mecanismos que foram implementados, foram aqueles que eram possíveis e houve mais, todas as decisões que foram tomadas, foram a partir de determinada altura reuniões de horas com a Comissão de Proteção Civil Distrital, com a Comissão de Proteção Civil Municipal e por isso temos aqui outras entidades que também tiveram uma ação direta na tomada de decisão e por isso dizer-vos que, antes de mais a autoridade de saúde, tanto a nível nacional, como a nível regional, como a nível local, sempre determinou tudo aquilo que íamos fazendo ao longo destes tempos de pandemia.

Esta tomada de decisão, era uma tomada de decisão conjunta, com muitas horas de videoconferência entre todos, para tomarmos sempre as melhores decisões, obviamente que entre os Despachos e a Resolução do Conselho de Ministros, que sai normalmente à sexta-feira, porque nós tentamos fazer coincidir o nosso Despacho de Alerta Municipal com a Resolução do Conselho de Ministros que sai à sexta-feira, nós temos sempre uma reunião ao sábado para determinar as medidas que nesta fase de desconfinamento vamos tomar e compreendam, que também não sendo a videoconferência uma possibilidade acessível a todos, nós optamos por juntar as Forças de Segurança, a Autoridade de Saúde e os Bombeiros de Mirandela e da Torre de Dona Chama, para tomarmos decisões e por isso, como já tive oportunidade de falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, às vezes a tomada de decisão, tem de ser tomada naquele momento, naquele instante, para que o Despacho saia com a brevidade possível e com a obrigatoriedade legal que nós temos de o fazer.

Em relação a todo o esquema que foi montado para articulação foi, quer através do Gabinete de Apoio às Freguesias, que contactou com muitos de vocês, quer eu própria, quer todos os Vereadores, quer a Proteção Civil, sempre esteve disponível para ajudar em várias áreas, prioritariamente a saúde, a educação, a agricultura, todos os Serviços Operacionais da Câmara Municipal de emergência estiveram ativos, não houve problemas de maior, conseguimos confinar os casos, controlar as cadeias de contágio, tivemos sucesso nas nossas políticas públicas, que em articulação convosco e com o vosso trabalho diário e também à custa de todos os mirandelenses conseguimos fazer um trabalho muito sustentável para as populações.

Quero também pedir a vossa atenção para todo o trabalho que foi feito, não podemos só criticar, também temos de apresentar soluções, porque muitas vezes em altura de crise e emergência em que todos estávamos, havia que pegar no telefone e pedir aquilo que fosse preciso, como eu disse na minha primeira intervenção, a saúde foi a nossa principal prioridade, nós fizemos os testes à Covid-19 segundo a autoridade de saúde, o centro de rastreio da Covid-19 definiu como estratégia fazer os testes a todos aqueles que estavam diretamente ligados aos lares, em equipas espelho e estão aqui pessoas das Freguesias onde isso foi feito, são pessoas que faziam o trabalho 15 dias internos nos lares e estavam mais suscetíveis a transmitir a própria doença aos mais idosos que são os mais vulneráveis, nós não fizemos o teste, ou seja, o que a equipa da autoridade de saúde definiu foi que pessoas saudáveis com sintomas deveriam fazer testes, todos os outros deveriam fazer grupos de risco e nós priorizamos o Centro de Hemodiálise, os Bombeiros, priorizamos aqueles que foram definidos pela autoridade de saúde.

Não foi a Câmara Municipal que definiu os critérios de quais as pessoas que deviam fazer os testes e começamos pelo Centro de Hemodiálise, a APPACDM, Lar do Romeu, Lar da Torre de Dona Chama, que eram os únicos que tinham equipas espelho, estivemos sempre em contacto com a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, para disponibilização dos EPI's, todos os Lares do concelho foram contactados pelas nossas equipas, porque julgamos serem aqueles que mais necessidade tinham naquela altura de equipamentos de proteção individual, que eram muito caros no mercado e muito escassos. Tivemos sempre uma reserva estratégica para o Hospital de Mirandela, que muitas vezes ficou sem gel desinfetante e equipamentos de proteção individual e foi a Câmara Municipal que disponibilizou.

Montamos a área dedicada à Covid-19, fizemos tudo aquilo que era acessível e que era possível fazer para termos capacidade de resposta eficaz, eficiente, rápida e pronta às pessoas, porque cada um das vossas Freguesias tinha municípios que vinham ao Hospital e era precisa uma área específica para não serem contaminados e o Hospital não tinha essa área específica, a Unidade

*[Handwritten initials and marks]*

Hospitalar de Mirandela não teve tantos casos assim como por exemplo, teve a Unidade Hospitalar de Bragança com muitos infetados, porque tinha circuitos dedicados à Covid-19, isso fez com que nós conseguíssemos conter a doença.

Vale a pena criticar quando é de criticar e quando se critica devem ser críticas construtivas, para melhoria de soluções, quando se diz que não reuniram com os Senhores Presidentes de Junta, é verdade, não reunimos com os Senhores Presidentes de Junta, podíamos ter feito videoconferências, mas nem sempre é acessível a todos e optámos muitas vezes comunicar por mensagens, mail, contactos telefónicos, a perguntar às pessoas o que era preciso. Qualquer um dos vossos fregueses podiam telefonar para o Posto de Comando e eram atendidos, nós atendemos mais de 1500 mensagens, mais de 1200 chamadas telefónicas e demos respostas às situações.

Em relação ao que foi perguntado quanto à relação institucional com algumas instituições, obviamente que todas as instituições de solidariedade social tiveram equipas de trabalho de uma dedicação imensa, várias vezes durante o surto pandémico eu falei com todos os diretores dessas instituições e por isso é de uma tremenda injustiça, só respeito esses comentários porque podem ter sido feitos por falta de informação, porque são coisas que nós não comunicámos, nem tínhamos de comunicar, porque é a relação institucional que está em si. Todas as semanas tínhamos reuniões com os Bombeiros, com a Autoridade de Saúde.

Em relação ao Protocolo com o Hospital Terra Quente, foi uma situação específica, quando não havia testes na saúde pública, na ULS e nós tentamos encontrar uma forma de podermos realizar testes através do privado e conseguimos. Correu bem, fizemos aqueles que foi possível fazer, felizmente não tivemos nenhum caso positivo, mas a nossa intenção era, encontrando um caso positivo isolá-lo de imediato e reter essa fonte de contágio, que era a nossa principal preocupação.

Quando se fala nas reservas no Hotel D. Dinis, não envergonha ninguém nós termos um espaço de isolamento profilático no Parque de Campismo ou na Residência de Estudantes porque estava desocupada, não envergonha ninguém. O Hotel D. Dinis e as outras residências foram contactadas para que caso houvesse um problema num Lar pudéssemos transferir todos aqueles que a Autoridade de Saúde decidisse que ficavam no Lar positivos, ou que poderiam sair para uma estrutura residencial, foram contactados e estavam sob a reserva de que se houvesse algum problema, felizmente até hoje não houve, estamos a lutar para que não venha a acontecer, mas de qualquer forma essas reservas estavam asseguradas para os Lares, porque como todos sabem era e é a principal preocupação, a população mais idosa.

Em relação à visita aos cemitérios da Freguesia de Mirandela, foi uma iniciativa da Unidade Pastoral, era uma situação em que estávamos todos a respeitar a distância social, foi uma visita muito respeitosa, com muita fé e lamento que tenha sido feito um facto político, porque não foi um facto político, foi feito com respeito, com humildade e responsabilidade de quem não está na vida somente para ataque político, mas também para saber respeitar os outros, respeitar a vida e a cima de tudo respeitar os outros pela forma como nós vamos encarando estes momentos, que eram de tristeza para todos. Só lamento que isto seja interpretado exatamente no sentido contrário.

Relativamente à oferta de máscaras de forma indiscriminada, nós tínhamos vários orçamentos de muitas empresas que gastaríamos cerca de 40 mil euros a oferecer máscaras a cada uma das pessoas da população, para todos os residentes do concelho, achamos por bem fazer uma oferta seletiva, não achamos bem estar a oferecer máscaras, por exemplo de forma indiscriminada a donos de farmácias, a pessoas que não tiveram quebras de rendimento, decidimos fazer uma oferta seletiva nos cabazes para os carenciados, oferecemos aos mais idosos numa iniciativa conjunta com a PSP e a GNR, com a iniciativa “Idosos em Segurança” e eles ofereceram as máscaras que foram cedidas pela Câmara Municipal, oferecemos aos Lares e a todas as estruturas residenciais, a todas aquelas entidades que precisavam de máscaras e sempre estivemos disponíveis, para se vocês necessitarem, poderem vir buscar máscaras, porque a partir de determinada altura tivemos algumas doações, é verdade, muitas delas direcionadas para o Hospital, outras para serem entregues a quem mais precisava e assim conseguimos suprir as necessidades de quem realmente necessitava.

Fico feliz, porque muitos Presidentes de Junta fizeram a entrega das máscaras, tiveram essa capacidade, o que quer dizer que tiveram a autonomia de não precisarem de vir à Câmara Municipal pedir dinheiro para adquirir esses equipamentos. Eu acho que esta autonomia é fundamental para o respeito institucional entre Câmara Municipal, Junta de Freguesia e a própria Assembleia Municipal e por isso, não é andar a “mendigar migalhas”, que vamos conseguir fazer política e a política a sério.

A educação ficou também à frente na cedência de 216 computadores portáteis e 186 routers, apoiamos os agricultores, fizemos uma plataforma inovadora, tivemos reuniões por videoconferência com todas as Associações de agricultores do concelho, para que ninguém ficasse para trás.

Em relação à cedência dos computadores, de facto o Agrupamento de Escolas através dos Senhores Professores e dos Diretores de Turma, fez um levantamento e 100 % dos alunos do escalão A e B foram contemplados e tivemos ainda mais os casos referenciados pela Ação Social e também pelos Senhores Presidentes de Junta, tínhamos de ter os filtros de ceder a quem mais necessitava e foi feita a referenciação de um aluno por agregado familiar, de forma a que as famílias pudessem conjugar.

Dizer-vos que, ninguém ficou esquecido e quero saudar a intervenção da Senhora Deputada *Rita Messias* e dizer-lhe que vamos certamente fazer estes projetos na área social, cuidar, proteger e essencialmente todos estes projetos, tem como finalidade única a igualdade de oportunidades para todos. Julgamos que todos nós estamos com esse objetivo.

Relativamente ao 25 de Abril, as comemorações através das redes sociais, nós fizemos um pequeno ato de homenagem ao 25 de Abril, não foi só nas redes sociais, foi também presencial, com um número reduzido de pessoas.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente de Junta *António Martins*, já respondi a quase todas as questões, quanto à situação do apoio à desinfeção, a informação que tenho é que os Senhores Presidentes de Junta que vieram buscar o desinfetante, foi-lhes dado e também houve um grupo de voluntários que fizeram a desinfeção nos locais referenciados.

Relativamente à articulação com os Senhores Presidentes de Junta, assumo os erros que foram feitos, de outra forma não se faz política, temos de assumir os erros, mas estou certa de que, cada um de nós deu o seu melhor e como se costuma dizer entre nós, só não erra quem não faz e por isso aquilo que vos posso dizer, como disse na minha intervenção, é que tenho muito orgulho do trabalho que foi feito, porque cada uma das pessoas que esteve na linha da frente, fez o seu melhor, com toda a certeza.

Obrigada a todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não disse que a Câmara Municipal não deu o desinfetante para as ruas, o que eu disse foi que a Câmara Municipal não deu os equipamentos de proteção individual e é isso que a Senhora Presidente tem de apurar e há uma coisa que não fica bem e eu quero dizer-lhe isto:

No dia em que a Senhora Presidente foi ao cemitério, tenho um casal na aldeia que fazia precisamente naquele mesmo dia, um ano que lhes tinha falecido uma filha. E eu neguei-lhes a ida ao cemitério, porque a Senhora Presidente determinou uma regra de que não se podia ir aos cemitérios, foi a Senhora Presidente que determinou essa regra e eu acatei essa regra e disse a esse casal que não podiam ir ver naquele dia o ente querido que lá tinham enterrado, como lá na aldeia haviam outros e eu dei a cara por uma regra que a Senhora Presidente determinou, porque é da sua competência determinar o Estado de Alerta e quando a Senhora Presidente vai ao cemitério fazer uma cerimónia, nem que fosse a pedido do Papa, a Senhora Presidente passou por cima de uma regra determinada por si. Coloque-se no nosso lugar, nós negamos a famílias inteiras a visita aos cemitérios durante meses.

Senhora Presidente, ou havia uma exceção para a instituição Câmara Municipal, porque foi nesse papel que lá foi, não como cidadã *Júlia Rodrigues* e havia nesse dia então, uma exceção para todos, agora vá explicar às pessoas no dia a seguir, que veem no facebook a Senhora Presidente da Câmara num cemitério e dizem: nega-se as idas aos cemitérios às pessoas, mas ontem a Presidente esteve lá. Explique isto às pessoas Senhora Presidente, nós criamos uma restrição porque foi a Senhora que a determinou, no tal contexto que as medidas eram para proteger a população.

A Senhora sabe o que isso custa, porque também já passou por isso, ter de dizer a uma família que não pode ir ao cemitério e não fui eu que impus a regra, foi a Senhora Presidente que a determinou.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Junta de Cedães, quero-lhe agradecer a sua intervenção, porque por momentos passei aqui pelo “vilão” da Covid-19 e não fui, não participei, confinei-me, respeitei as regras das autoridades, mas simplesmente estive sempre atento aquilo que era feito, quer por umas, quer por outras autoridades, elogiando aquilo que faziam bem e sempre num restrito espírito crítico, para poder mais tarde, já que não podia falar no momento, que me ficava mal, sob pena de me acusarem de oportunismo político, porque outros fizeram-no, já íamos com cerca de três a quatro semanas de pandemia e havia 107 kits de EPI distribuídos à população, quando há um Presidente da Câmara que a primeira vez que chama para a linha da frente a sua equipa de trabalho, gastou 130 mil euros a equipar todo esse exército, porque eu disse na televisão que não queria ser acusado de chamar para a linha da frente um exército sob pena de serem contagiados e sob pena de haver mortes, numa equipa que estava pronta para o ajudar.

Vi Presidentes de Câmara preocupados com três coisas, EPI's, testes e ventiladores, sabemos que os ventiladores era como a guerra ao ouro, uma luta de países, os testes foram os que foram, não estaria fácil e os EPI's foram entregues de forma precária, aliás, os produtores de morangos que tiveram EPI's da Câmara Municipal de Mirandela, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho teve a oportunidade na comunicação social de agradecer à Câmara Municipal de Mirandela, pela entrega dos EPI'S, mas também disse: É muito bom, agradecemos à Câmara Municipal esta entrega, se bem que os produtores estavam protegidos, quando havia um exército do tamanho de um concelho, que nem um EPI tinha com eles.

O PSD fez da Covid-19 uma luta sem ideologias políticas, mas sei que outros se aproveitaram para o populismo político, já a pensar na campanha eleitoral.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão, de facto foi das situações mais difíceis e os Senhores Presidentes de Junta sempre tiveram relativamente às questões, quer dos funerais, quer dos cemitérios, talvez das situações mais difíceis que tivemos de gerir, eu não sou insensível a estas questões, aliás, todos nós já perdemos pessoas que amamos, das quais sentimos saudade e de facto os momentos mais difíceis foram todos os funerais terem de ser cerimónias muito restritas, não foi a Câmara Municipal que impôs o número de pessoas, foram regras nacionais e por isso não aceito que se diga aqui que fui eu que impus todas estas medidas, quer de confinamento, porque faltou pouco para dizerem que fui eu que trouxe a Covid-19.

Aquilo que me parece é que existe aqui uma tentativa de um aproveitamento político, isto sim, populismo político, numa Assembleia Municipal em que estamos a debater factos, números e circunstâncias especiais para uma situação excepcional. Aceito todas as críticas, não aceito é que se diga que eu não respeito, quer o espaço do cemitério, quer o espaço dos funerais.

Quando vocês me perguntaram onde é que eu andei, o que é que eu estive a fazer, porque não fui aqui, nem ali. Eu estive a trabalhar, eu não estive em confinamento, muitos de nós estiveram a trabalhar e não estiveram a trabalhar como trabalhamos normalmente, trabalharam muito mais para poderem acorrer a todas as situações. As coisas não aparecem por acaso, é preciso respeitar quem faz, assumo erros em todos este processo, nem tudo o que nós fazemos e as decisões que tomamos e quando as tomamos pensamos que são as decisões mais acertadas, em respeito uns pelos outros, em respeito pela vida.

Vir aqui acusar-me de que eu não cumpro aquilo que era a minha tarefa enquanto Presidente de Câmara, é verdade eu não andei nos vossos territórios a entregar o que era necessário, porque havia a Proteção Cível que fazia isso e alguns de vocês também ajudaram nesta entrega, cada um de nós fez o seu papel, vocês próprios também colocaram nesse dia ramos de flores à porta dos cemitérios e bem, é uma homenagem que nós fazemos à vida, aos nossos e a todos nós.

As nossas lideranças para além de terem o respeito pela vida, devem também representar uma homenagem a todos aqueles que partiram e foi esse o ato simbólico, meramente simbólico que estive na base dessa visita relâmpago a esses locais e por isso dizer-vos que em respeito por todos, só me resta agradecer o vosso trabalho diário em prol das pessoas e da vida.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

*[Handwritten initials and marks]*

Sobre isto tenho de realçar o seguinte, eu não acho que sejam críticas só pela crítica, acho que são críticas bastante positivas, todas as intervenções acabaram por ser ricas. Naturalmente que às vezes damos passos que não são os mais aceitáveis pela população, mas são bem intencionados.

Uma nota que quero registar, o Senhor Presidente de Junta *António Martins*, fez e com todo o cuidado, sem acusar a Senhora Presidente, fez algumas acusações a quem teria elaborado a Informação da Presidente e parece que teve a anuência dos restantes Presidentes de Junta e não foi desmentido e a nota é, que haja algum cuidado para não haver incongruências na Informação, isso é importante, até por que foi um período que se fez tanta coisa boa, eu acho que há coisas excelentes que se fizeram e não constam da Informação, é preciso ter algum cuidado e alguma atenção com isso.

Em relação a esta polémica do cemitério e nós Mesa, temos com certeza um juízo de valor, eu não sei o que é que pretendia a Senhora Presidente ganhar com isso, acho que não ganhava nada, se calhar foi o coração, foi a sua sensibilidade que a fez ultrapassar algo que estava “vedado” para a generalidade e a população, de uma forma geral, se calhar condenou esse ato, mas não acho que seja uma medida eleitoralista, nem sequer populista, foi um ato de sensibilidade de alguém que também já perdeu os seus e pensou agir da melhor forma, é a minha ideia.

#### **4.2 - Ratificação da Proposta de Medidas Excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 23 de abril de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as “Medidas excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social”, descritas na supra referida Proposta, devendo-se comunicar a presente deliberação no prazo de 48 horas à Assembleia Municipal de Mirandela, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto o PSD não tomou a Covid-19 como ideologias políticas, ao ponto de termos votado favoravelmente uma Moção apresentada pela CDU e se me permite Senhor Deputado, também num espírito construtivo, se bem que apresentou uma Moção vinda do seu Partido, se denota que as micro, pequenas e médias empresas passam por esse problema, ficava-lhe bem ter apresentado aqui uma Proposta com vista a que a Câmara Municipal pudesse apoiar as micro, pequenas e médias empresas do concelho, porque há Presidentes de Câmara que já o fizeram, nomeadamente o Presidente da Câmara de Bragança, que aprovou um programa que visa atribuir 1.500 euros a empresários que não dispensem funcionários, que não entrem em *Lay Off* e que não faturem mais de 100 mil euros. A sua Moção que vem do seu Partido de Lisboa, o Senhor Presidente da Câmara de Bragança que identificou esse problema, já apresentou uma solução, porque de facto nesta pandemia e segundo diz um economista *Milton Friedman*, “quando numa crise há problemas na oferta e na procura, a única solução é oferecer dinheiro”, é o Estado a dar dinheiro, como fez o Presidente *Trump* a dar 1.000 euros ao pai, 1.000 euros à mãe e 500 euros para cada filho, está dado o dinheiro.

Aquele projeto que a Senhora Presidente da Câmara vai apresentar do Cartão Municipal Comércio, esperemos que corra muito bem, mas se houver problemas na oferta e na procura sob pena do projeto não ser aquilo que é, porque é assim, uma coisa é bolsas de candidatura e de poder de financiamento, outra coisa é dinheiro dado e é aquilo que eu vejo os países poderosos a fazer. Isso é que é o Estado, preparou-se para as crises e é nestas crises que o Estado tem de estar pronto para intervir, sob pena de outros serem um Estado durante anos e nas crises não serem o Estado que devem ser. Esta era a aula que eu lhe queria dar.

Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Deputado *Rui Pacheco*, desafiava-vos, no bom sentido, a constituirmos no âmbito da Comissão Permanente uma Comissão de Acompanhamento e de Monitorização dos 2,5 milhões de euros que a Senhora Presidente vai dar à população, eu estou a fazer isto tão emocionado quanto a Senhora Presidente, porque também só estou aqui a fazer o bem, 2,5 milhões de euros que a Câmara Municipal aprovou e que vai dar à população, às famílias, ao comércio tradicional e às empresas. Alinha comigo Senhor Presidente? Nós não temos de fazer nada, nós só temos de analisar mapas, porventura os Técnicos da Câmara Municipal é que vão monitorizar o processo, nós iremos analisar politicamente. Porque alguém acredita em 2,5 milhões de euros, quando 5 milhões de euros é para fornecedores e esses fornecedores são de contas correntes e alguns deles já nem são do concelho.

E a água? Sabe o que falta na água? Aquilo que já chamaram aqui a atenção em relação à fatura da água, a Senhora Presidente dizia assim: a fatura do mês de março é oferta da Câmara Municipal de Mirandela, mas o Senhor Consumidor deve continuar a fazer a leitura do contador e comunicar à Câmara Municipal de Mirandela. Confinou tão bem os Serviços, que não conseguiu por uma funcionária da Câmara Municipal em teletrabalho para fazer esta comunicação à população. Se não fizer crédito no mês de maio em relação aos consumos da água, é a segunda vez que a Câmara Municipal agora através da água, pois já aconteceu com a Resíduos do Nordeste, faz financiamento indevido, financia-se através da água, como já se financiou através da Resíduos.

“Neste Ponto, importa reiterar o seguinte:

Foi nossa convicção desde o primeiro momento, em que foi declarado o Estado de Emergência, em Portugal, face aos problemas de saúde pública existentes no país, que a melhor forma do PSD local, colaborar neste período conturbado, com o atual Executivo e com os mirandenses, era estarmos ainda mais atentos e vigilantes às diligências políticas tomadas pelo atual Executivo.

Sermos úteis e competentes junto das nossas populações, era sermos oportunos nas nossas ações, estando sempre atentos às medidas implementadas pelo atual elenco camarário, de forma a analisá-las, e depois, apresentarmos novas propostas, se achássemos conveniente.

E, dada a não apresentação por parte do Executivo, de qualquer item que visasse o combate à Covid-19, na Convocatória do dia 12 de março, e depois de já ter sido cancelada, a Reunião do Executivo no dia 26 do mesmo mês, perante a ausência de um plano de medidas que visasse a mitigação de prejuízos causados pela Covid-19, os Vereadores do PSD, de forma honesta e sem quaisquer subterfúgios, comunicaram nesta Reunião, que iriam apresentar um conjunto de medidas de apoio aos setores económicos e sociais,

*[Handwritten initials and marks]*

que fossem justas, a favor dos interesses coletivos dos mirandenses em geral, e devidamente enquadradas na capacidade financeira da Câmara Municipal de Mirandela.

E assim, prometemos e cumprimos. Apresentamos na Reunião de 23 de abril, um plano de mitigação de prejuízos a favor das famílias, do comércio local e empresas.

O plano apresentado, que foi devidamente fundamentado, foi concebido sobre 3 eixos de ações municipais, sendo o eixo 1, estabelecido no âmbito dos subsídios a atribuir, o eixo 2, visava potenciar programas de incentivos à empregabilidade a decorrer, e o eixo 3, ao nível dos impostos municipais.

Consideramos que, apresentamos uma excelente proposta, tanto é que o atual Executivo, a copiou, alterou os prazos estabelecidos e montantes a atribuir, e misturou algumas decisões tomadas por conta da DGS, como sendo suas, mas que nas rubricas de apoio económico e social, ficaram muito aquém do expectável e do anunciado, porque, sobre os cerca de 2,5 milhões de euros de apoios, é um valor que ninguém acredita, justamente por ser altamente inflacionado.

As medidas apresentadas pelo PSD, contaram com o voto contra do Executivo PS, quando não vislumbramos justificações claras, quer técnicas e políticas, para tal sentido de voto;

A proposta apresentada pelo Executivo PS, apenas foi apresentada para contrapor, a iniciativa apresentada pelo PSD, como se apoiar a proposta do PSD, daí viesse algum mal ao mundo, lembrando que estamos em época de Covid-19, sendo este, o vírus, o nosso verdadeiro adversário e inimigo ao mesmo tempo, e não a política;

Senhores Deputados, de grosso modo, apenas divergimos, na medida, na qual atribuímos um desconto de 50 % na fatura da água, por um período de 4 meses, e que a proposta apresentada pelo Executivo PS, apenas isenta do pagamento a fatura da água do mês de abril, referente a consumos de março, acompanhada de uma moratória sobre pagamentos atrasados, entretanto, deliberada pelo Governo, mas que, consideramos ser manifestamente insuficiente nas ajudas a prestar aos mirandenses;

Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta, foi suspensa a Lei do Compromissos, com o objetivo de permitir que, as Câmaras Municipais, pudessem contrair empréstimos bancários a fim de financiar IPSS, Associações Humanitárias e outras Instituições, com desempenho relevantes no combate à Covid-19. A Senhora Presidente, não achou relevante esta oportunidade legislativa, por julgar certamente que estas Instituições locais, tudo possuem para fazer face à pandemia.

Concluimos, e se dúvidas existissem, ficou agora claro que, nem durante este período difícil que vivemos, ser o bastante, para que a Senhora Presidente, *Júlia Rodrigues*, humildemente e de forma emocionada, relegasse para segundo plano o combate político e ideológico;

Perante tanta desgraça, a ser verdade, valha-nos os 2,5 milhões de euros de apoios estabelecidos à população e que mais viessem.

A Bancada do PSD, à semelhança dos Senhores Vereadores, votará favoravelmente esta Proposta, porque se não fosse a iniciativa do PSD, por conta deste PS, reativo e não proactivo, tínhamos uma mão cheia de nada.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação a este Ponto, quero só fazer meia dúzia de considerandos, uma vez que esta Proposta de Medidas Excepcionais parece-me bastante clara e não vou fazer aqui uma retrospectiva, porque tudo isto foi discutido com os Representantes dos Partidos, e vir agora dizer que foi A, B, ou C, que deu as ideias é manifestamente incorreto, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* diz que foi o PSD, nada lhe garante que o PS não tenha apresentado as mesmas Propostas, é a sua palavra contra a nossa, não quero entrar por aí e quero só fazer um pequeno apanhado e responder a meia dúzia de coisas que foram ditas aqui, até para esclarecer algum tipo de dúvidas, se assim se pode dizer.

Quero sublinhar aqui algumas destas medidas que estão aqui para serem votadas e refiro-me aqui a alguns excelentes exemplos que foram tomados, logo para começar, a ativação do Posto de Comando Operacional da Proteção Civil Municipal, isto foi o princípio e foi o que permitiu despoletar todo o resto.

Eu tenho aqui também que sublinhar e aqui foi um bom exemplo, sublinhando o que aqui já foi dito, desta parceria público privada entre o Município e o Hospital Terra Quente, isso serviu para suprimir uma necessidade que era momentânea no Serviço Nacional de Saúde, é para isso e é isso que eu defendo e defenderei sempre, que servem as parcerias entre o Estado e as Instituições Privadas, suprimir as necessidades momentâneas ou não, que existem no Serviço Público de Saúde. A partir do momento em que a ULS teve os testes disponíveis e teve toda a sua estrutura montada, foi desativada essa parceria e bem.

Refiro aqui também que de facto houve uma corrida como se fosse ao ouro, de ventiladores, EPI's e testes. Não nos podemos esquecer que os ventiladores são o último recurso, o que não nos podemos esquecer aqui é uma simples coisa mas muitíssimo importante, todos nós sabemos que foi difícil encontrar equipamentos de proteção individual, eu próprio no serviço onde estou e tal como os Senhores Presidentes de Junta, também não fui testado, tivemos dificuldades, se os ventiladores foram disputados a preço de ouro e só um, ou dois, ou dez, para o país inteiro vieram 1 000, imaginemos os milhões de equipamentos de proteção individual que todos os dias eram necessários e que eram disputados por meio mundo, ou seja, toda essa situação, é verdade que não foi a situação ideal, mas foi a situação que é perfeitamente compreensível, seja aqui, seja no Porto, seja em Espanha ou em Inglaterra, onde quer que seja.

Eu aqui também refiro uma coisa, de facto os testes foram feitos nesta medida que foi proposta pela DGS, as pessoas que apresentavam sintomatologia e que tinham estado em contacto ou não com alguém infetado eram testados, grupos de risco, lares e volto a sublinhar aqui, os lares de Mirandela foram todos testados pelo menos uma vez, alguns já foram testados duas vezes para confirmar que se mantêm negativos, funcionários, utentes e todo o tipo de colaboradores.

Esta é uma realidade que todos nós sentimos, estes três meses parecem-nos três anos, foram três meses em que todos nós passamos por algo que nunca esperamos passar, alteramos radicalmente os nossos hábitos de vida e de repente parece que nestes três meses temos de ter solucionado os problemas de um mundo inteiro, ou de três anos. Não é isso, e aqui eu louvo a atitude construtiva que o PSD teve durante a pandemia, o confinamento, mas eu vou lembrar-lhe uma coisa Senhor Deputado *Paulo Pinto*, a pandemia ainda não terminou, eu acho que sim, as críticas devem ser feitas de forma construtiva, todos nós devemos por um bocadinho a

*[Handwritten initials and marks]*

política de lado no que diz respeito a isto, e eu não vejo como é que este documento que vamos votar aqui hoje e que foi aprovado com contributos e que foi feito com contributos, sejam do PSD, sejam do PS, sejam do CDS, da CDU, ou dos Independentes, qualquer um de nós deu contributos nas reuniões que todos os Representantes dos Partidos tiveram, virmos armoriar que a decisão é nossa, ou que a ideia é nossa, não sabemos porque todos nós podemos ter a mesma ideia e isso é uma presunção que não deve ser tomada, a meu ver.

Sublinho aqui algumas medidas que foram importantíssimas, em primeiro lugar, além da desinfecção dos espaços, sublinho aqui a disponibilização de bens alimentares, a disponibilização e a manutenção das refeições para os alunos carenciados, esse é o gesto mais elementar e mais nobre de tentar mitigar a coisa mais terrível que existe, que é a fome e há efetivamente muita gente que perdeu poder económico, infelizmente e há gente que vai continuar com dificuldades.

Este plano de apoio à economia local, falamos aqui que 2,5 milhões de euros serão pouco e falou-se aqui que a redução da dívida ou pagar dívida aos fornecedores, que muitos desses fornecedores não são de cá, mas a nossa economia não é estanque, da mesma maneira que a autarquia de Mirandela pode estar a pagar a uns fornecedores de Vila Flor, também a autarquia de Vila Flor pode estar a pagar a outros de Mirandela, ou seja, isto é uma boa medida, isto injeta dinheiro na economia, injeta dinheiro nas micro e pequenas empresas e isso sim, é importante, assim como é importante esta medida do Cartão Municipal do Comércio, seja ela bem aproveitada e seja ela utilizada de forma correta, e são 300 mil euros que entram no comércio local. É pouco bem sei, mas também não nos podemos esquecer que a saúde financeira da Câmara Municipal de Mirandela não é a melhor, nem pouco mais ou menos.

Estas medidas de isenção durante este período inicial são importantes e permitiram a alguns dos comerciantes que viram a sua vida completamente parada, não serem tão prejudicados.

Em relação ao material informático para os alunos, esta é uma medida de uma justiça tremenda no bom sentido, o que há aqui é que a escola não serve só para educar, a escola serve também para nivelar e proporcionar a todos os alunos as mesmas condições, se esses mesmos alunos que ficaram em casa por uma razão qualquer, não têm os pais com os mesmos conhecimentos, com a mesma disponibilidade, com os mesmos meios para terem acesso às mesmas informações que todos, o mínimo que se pode fazer, é tentar reduzir a diferença entre todos. Essa também é uma das grandes condições da escola pública.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de começar a minha intervenção sobre este Ponto, queria deixar aqui um ponto claro a cerca da minha anterior intervenção e aquilo que é a intervenção do meu Partido nesta Assembleia Municipal.

Senhora Presidente, aquilo que eu mencionei há pouco não tem a ver, em termos de qualificação, do esforço que esta autarquia fez, aliás, como fizeram todas as autarquias deste país, perante este período da pandemia em que apanhou toda a gente de surpresa e só ficou patente e claramente patente, que o nosso país teve os resultados que teve à cerca desta pandemia, porque temos um Serviço Nacional de Saúde que serve e é para isso que está concebido, serve toda a gente, independentemente da cor, do género e da capacidade financeira. Isto fez toda a diferença no mundo ocidental, porque apesar de todas as tentativas que têm sido consequentes daquilo que é o tratamento do Serviço Nacional de Saúde, apesar de todo o desinvestimento ao longo destes anos, não só financeiro, como também humano, ainda assim conseguimos ter capacidade de resposta sobre este problema gravíssimo.

Eu quero deixar claro, que as críticas que fazemos são críticas avulsas, ou como alguém aqui já mencionou, vêm do diretório partidário, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, a CDU não tem diretório partidário. A CDU tem independência local, o PSD é que tem, provavelmente diretório partidário. Aquilo que lhe quero dizer, Senhora Presidente, é que esta consequência e o pedido que é feito e o esforço financeiro que é pedido às autarquias, vem na consequência daquilo que foi a transferência de competências, em que três Partidos estiveram na base desta essência, o PS, o PSD e o CDS, que aprovaram a transferência de competências, grave, aprovaram a transferência de competências naquilo que do pior tem a transferência de competências, que é exatamente as competências e o envelope financeiro Senhor Deputado *Paulo Pinto*? Não há, não há e quando os Senhores aprovaram sabiam muito bem disso e o que é grave nisso, passado este tempo da pandemia, é perceber a chantagem que foi feita pelo Poder Central sobre as autarquias, para que elas tivessem e procurassem num quadro de intervenção, junto dos lares, junto de entidades privadas, que suportasse aquilo que é da responsabilidade do Estado.

É responsabilidade do Estado e não das autarquias e aceitamos isto de bom agrado, porque estamos a viver numa situação de pandemia, mas nós vamos ter de pagar esta medida, porque o esforço financeiro que esta Câmara Municipal está a fazer, vai sair caro e aquilo que nós, desta Assembleia Municipal e voltando aqui novamente à Informação da Presidente, “kits para padres”, pagar a realização de testes à Covid-19, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* provavelmente não sabe, mas cada teste custou à Câmara Municipal 100 euros, feitos com dinheiro público a entidades privadas Senhor Deputado *Paulo Pinto*, veja o contrassenso, entidades privadas essas que têm lucros e que distribuem milhões aos seus acionistas em dividendos, mas tem de ser o Estado a suportar um custo que devia ser delas, ou seja, passou a ser a Câmara Municipal a suportar esse custo. Esta é que é a grande questão e o mais importante nisto é que ficamos a saber depois, não sei se se passou nesta Câmara, mas é uma resposta que vou precisar e vou querer da Senhora Presidente, que é saber quanto custou esta parceria público privada com o Hospital Terra Quente? Porque eu sei que os testes foram feitos lá, agora falta-me saber é quem é que os pagou, se foi a Câmara Municipal ou se foi o Hospital Terra Quente, como também os equipamentos de proteção individual que foram atribuídos à clínica de hemodiálise de Mirandela, gostava de saber se foi a Câmara Municipal que pagou ou se foi a clínica de hemodiálise de Mirandela?

Aquilo que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* disse e bem, que o Estado deu a oportunidade às Câmaras Municipais para se endividarem, nós já sabemos qual vai ser o reverso da medalha e vai ficar e fica aqui patente a posição do Partido Comunista Português e a preocupação, é que se vamos ter dinheiro para continuar a manter o funcionamento corrente da Câmara Municipal? Porque se estamos a suportar custos que não têm de ser suportados pela Câmara Municipal mas sim pelo Estado, vamos saber depois quem é que o vai pagar. Espero bem e fica aqui alertado aquilo que é o pensamento do meu Partido à cerca desta questão, porque aquilo que se pede e aquilo que se pedia, é que importa manter com clareza o que é necessário e adequado assumir no quadro das competências de cada um. Os Municípios manterão toda a disponibilidade para cooperar, apoiar na identificação das situações, no apoio logístico, incluindo em casos especiais a disponibilização dos EPI's, não suportar custos que não tem que suportar.

Falou-se aqui nas IPSS, com todo o respeito pelo trabalho que tiveram, mas as IPSS já recebem subsídios do Estado para este tipo de funcionamento e deste apoio que têm de dar, não têm de ser as autarquias a dá-lo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu solicitava um esclarecimento da Senhora Presidente, uma clarificação que a mim já foi dada, mas que convém aqui ser feita. Quando refere esses 2,5 milhões de euros, foi um desembolso imprevisto, não é um gasto..., um gasto adicional com o Covid-19. Temos aqui três questões, uma são essas despesas adicionais não previstas, outra são os pagamentos antecipados que teriam naturalmente que ocorrer e outros ainda serão investimentos preventivos, que podem nem vir a ser utilizados, podem até podem vir a ser devolvidos. Penso que é assim Senhora Presidente... e é bom ver que o gasto, para já, não é assim tão volumoso. Agradecia à Senhora Presidente o favor de clarificar.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às 43 medidas que foram apresentadas, foram apresentadas segundo três eixos, medidas de prevenção e contenção à propagação da pandemia, medidas de apoio às famílias e medidas suplementares de apoio à economia local.

Estas medidas foram sendo desenvolvidas pela Divisão de Administração Geral, pelo Senhor Vice-Presidente *José Cunha* ainda em março deste ano, estávamos também no pico da pandemia no concelho e foram coligidas todas, relativamente também ao impacto financeiro que iriam ter nas contas do Município, coligidas para que pudéssemos reunir com os Partidos políticos na apresentação destas medidas e as reuniões foram feitas no dia 15 de abril, em que todos os Partidos com representação na Assembleia Municipal, pudessem dar os seus contributos

Nessa reunião foram apresentadas propostas da parte de todos os Partidos políticos, antes desta reunião, reunimos em videoconferência com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de também colhermos soluções para estas medidas excepcionais, umas direcionadas às medidas sanitárias, outras direcionadas à economia e outras ao setor social.

E por isso, quando se fala em soluções e quando se chama os outros Partidos políticos ao debate e à discussão de ideias, julgo que é um avanço na democracia e que estamos a ouvir e acolher soluções. As reuniões foram muito produtivas, com todos os Partidos e também com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que reuniu os contributos durante o mês de março, de todos os líderes das Bancadas e por isso na reunião que tivemos e foi a primeira, com o Senhor Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Mirandela, foi-nos dito que teriam um pacote de soluções e nós dissemos que estaríamos naquela reunião também para apresentar as nossas e foi em simultâneo, ou seja, a apresentação das medidas por parte do PSD foi feita na segunda-feira seguinte e nós fizemos também depois a apresentação quando levamos à Reunião de Câmara para aprovação.

Não houve da parte do PSD a consensualização de propostas com a Câmara Municipal, no sentido de apresentarmos uma proposta comum, deixando de lado essa possibilidade. E por isso é uma injustiça quando se diz que não houve essa abertura, até porque se não houvesse essa abertura, não havia reuniões preparatórias com os Partidos políticos e tínhamos levado à decisão na Reunião de Câmara, como seria normal.

Dizer que, em relação ao dinheiro dado aos empresários, obviamente que o dinheiro é atribuído segundo determinados critérios e colocamos o Cartão Comércio a funcionar, juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela e temos a certeza de que o comércio aqui em Mirandela, poderá ser uma das áreas mais afetadas, porque quando falamos em funcionários públicos sabemos que até agora, não sabemos o que é que vem aí, mas até agora não houve felizmente quebra de rendimentos de forma significativa, mas todos os comerciantes estiveram impedidos de estar abertos e tendo o pagamento das rendas e o pagamento aos trabalhadores para serem efetuados, de facto há uma preocupação acrescida com o nosso comércio local, que ainda não recuperou e vai ser muito difícil esta fase de recuperação, para além das pessoas ainda terem algum receio, também se nota que há menos pessoas a visitar a cidade, vamos ver como é que correm os próximos meses.

Em relação à totalidade das verbas incluídas nestes três eixos, dizer-se que isto inclui a quebra da receita, falamos nas isenções de feiras, mercados, rendas sociais, desde que tenham comprovada a perda de rendimento, num aumento da despesa e falamos aqui em todos os custos adicionais e também nos pagamentos antecipados, que estão previstos a nível de empréstimo que aprovaremos, se tudo correr bem, no dia de amanhã no Ponto da Revisão Orçamental. Empréstimo que já estava aprovado e que é um empréstimo a curto prazo a pagar até ao final do ano. Optamos por não contrair novos empréstimos bancários uma vez que temos ainda empréstimos em pagamento e isso iria aumentar os custos mensais a nível de empréstimos.

O Executivo da Câmara Municipal foi proactivo, apresentou soluções, apresentou medidas e trabalhou de forma consentânea com as necessidades que conhecemos do concelho, obviamente não conseguimos chegar a todos, com a dívida que temos não conseguimos dar tudo aquilo que gostaríamos de dar, como cada um de vocês, tenho a certeza que todos gostaríamos de contribuir mais para a economia local, mas estamos certos de que também ainda vamos ter de ter algumas medidas de desconfinamento gradual, porque concordo com o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, quando diz que a pandemia ainda não parou, temos casos, vem agora o verão e temos os nossos emigrantes a regressar e temos de ter muito cuidado com esta situação, estaremos preparados para acompanhar todo o regresso, de forma a que não tenhamos novos casos.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, as questões de entidades privadas e eu concordo com aquilo que foi dito pelo Senhor Deputado *Rui Pacheco*, quando diz que o Serviço nacional de Saúde deve ser privilegiado e o privado dever ser complementar ao público, ou seja, quando não existe disponibilidade no público, devemos recorrer, se for esse o caso, ao privado, foi o que aconteceu. Não foram feitos testes a entidades privadas, foram feitos testes a IPSS, a Bombeiros e a funcionários do Município da Proteção Civil, segundo critérios da autoridade de saúde, que também nos aconselhou a fazer testes numa empresa que faz hemodiálise, eram doentes de risco, tinha havido um contacto com uma Senhora infetada de um Lar de Foz Côa, o público não tinha condições para fazer testes naquela altura e foi a Câmara Municipal que assumiu o pagamento dos testes aos trabalhadores dessa unidade de hemodiálise, sob pena de termos muitos doentes potencialmente infetados, porque não havia resposta pública para esta necessidade das populações e por isso foi serviço público esta execução destes testes.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:



Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sem rodeios, até porque nós estamos aqui, estamos cansados, estamos neste ambiente de Covid-19, a Senhora Presidente está com uma voz muito coloquial, está-nos a adormecer a todos, mas eu confesso que estou aqui muito a sério, muito profissional e isso não me comove.

Senhor Presidente, a sério mesmo, vamos monitorizar os 2,5 milhões de euros, no âmbito da Comissão Permanente? Sim ou não?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Com certeza que sim, embora me tenha sentido defraudado na Comissão Permanente e nem era para expor este assunto, mas já que estamos nesse âmbito, vou expô-lo, porque podíamos ter feito mais, podíamos ter contribuído de uma forma muito mais ativa e não tive resposta por parte de alguns Partidos políticos, naquele que foi o meu desafio.

Eu desafiei todos os Representantes políticos com assento aqui na Assembleia Municipal, para junto dos seus pares colherem ideias de combate à Covid-19 e com certeza que os Senhores não foram sobre tal nem ouvidos nem achados. Cada um de vocês, que representamos todas as frações políticas e sociais, todos os paços deste grande concelho, poderiam dar um contributo para ajudarmos o Executivo..., ele podia não nos dar ouvidos, mas pelo menos nós poderíamos pôr-lhe em cima da mesa essa alternativa... e, francamente, não tive a resposta que pensava, tive a resposta de alguns, mas não tive de todos, essencialmente daqueles com maior representatividade.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, eu faço *mea culpa* porque no âmbito da Comissão permanente eu não apresentei nenhuma proposta e as suas?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

As minhas propostas foram bater ao Executivo, a minha, a da Primeira Secretária, do Segundo Secretário, do representante do CDS/PP, do representante da CDU.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não soubemos Senhor Presidente, nem foram vertidas em documentos. A nossa está aqui a votação, Senhor Presidente, as suas propostas para votação, onde é que estão?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A Senhora Presidente referiu isso, houve um contributo da Assembleia, não foi um contributo total, porque me faltaram elementos de um Partido.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sabe como é que isto funciona aqui, é com propostas e têm de ser votadas. Vamos fazer outra? Votamos aqui uma Moção de manhã e para sermos coerentes, vamos nós aqui nesta Assembleia Municipal juntar 1,5 milhões de euros e fazer uma proposta de acordo com as micro, pequenas e médias empresas? Vamos fazer essa proposta aqui em conjunto, a uma só voz, envolvendo Presidentes de Junta, Membros da Assembleia, Membros da Mesa e os Senhores Vereadores?

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A função da Assembleia Municipal, como sabem, é deliberar e fiscalizar, não é apresentar propostas para execução, isto não é bem a Assembleia da República. Uma coisa para monitorizar dentro da Comissão Permanente, tudo bem, outra coisa para nós propormos e impor ao Executivo, não o podemos fazer. Nós podemos apenas fazer recomendações.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se a Comissão de Acompanhamento está endossada, como o Senhor Deputado *Paulo Pinto* endossou à Comissão Permanente, caberá à Comissão Permanente aprovar a proposta ou não aprovar a proposta da Comissão de Acompanhamento.

O que é que não percebe no Regimento, Senhor Deputado *Paulo Pinto*?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atenção às moratórias da água, porque a água custa 53 % do custo de exploração, há uma dívida enorme às Águas do Norte, estas moratórias que o Governo deliberou para que as Câmaras até novembro aceitem os atrasos do pagamento da água, pode ser uma coisa séria, não digam que foi o PSD e outra coisa Senhor Presidente, quem é o “pai da criança” no Cartão Municipal do Comércio? É que já há demissões na ACIM, porque um projeto da Câmara Municipal que pelos vistos era da ACIM e agora passou a ser da Câmara Municipal e mais não digo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Tivemos uma reunião da Comissão Permanente há bem pouco tempo, não caíram em cima da mesa estas propostas, eu penso que estas questões têm de ser ponderadas no lugar próprio, porque nós, Assembleia, estamos limitados a uma série de coisas, nós como digo, podemos fazer recomendações, podemos apresentar sugestões e até dar o nosso contributo

Com ideias, mas imposições não é bem o Órgão próprio para o fazer, não é de forma alguma.

A resposta que lhe dei inicialmente, sim vamos monitorizar, sim, essa é a nossa função, vamos continuar a fazê-lo em Comissão Permanente e aqui, vamos fazê-lo, naturalmente que sim, esse desafio nem era preciso fazê-lo.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* anda mais informado do que eu, há-de-me dizer quem é que lhe prestou tal informação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a Proposta de Medidas Excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social.**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

A minha Declaração de Voto é a favor, mas quero deixar bem claro, que a CDU repudia veementemente que a Câmara Municipal de Mirandela não seja ressarcida dos valores financeiros que a Câmara disponibilizou para além das suas competências.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

“Declaração de Voto a favor.

Apesar de, os Vereadores do PS e do PSD, não terem chegado a acordo no estabelecimento de uma proposta conjunta, por culpa sabe-se lá de quem, de mitigação de prejuízos provocados pelo efeito epidemiológico do coronavírus;

Não podendo enaltecere o momento, pela grandeza do poder político local, em se unir a uma só voz, na implementação de estratégias conjuntas;

Mas constatando que, as medidas aprovadas, ainda que de forma minguada, irão apoiar, as famílias, o comércio local e as empresas, que se viram privadas de realizar as suas atividades;

Considerando as medidas específicas, contemplarem, incentivos, subsídios, ora na redução de custos e isenção de impostos, traduzindo num apoio institucional, aos agentes locais, no qual teve o cunho do PSD;

Continuando a acreditar que, o combate a esta pandemia de dimensão sistémica, seria melhor combatida sem ideologias políticas, sem crenças religiosas, ou outras, pois, a força dos homens unidos e instituições a melhor venceriam.

Mas a Bancada do PSD, votou favoravelmente esta proposta, para a qual contribuiu politicamente.”

### **4.3 - Proposta de Regulamento Municipal de Fiscalização de Urbanismo e Ordenamento do Território.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Fiscalização de Urbanismo e Ordenamento do Território, para posteriormente ser submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não sei se este Regulamento que vão apresentar é mais um sem efeitos práticos, isto tem de se apresentar todos os anos? Isto é um “copy/paste” que foi feito em anos anteriores, isto é a mesma coisa que fizeram em 2016, em 2017, em 2018, agora em 2020, simplesmente mudam as letras, não fazem mais nada aqui.

Eu digo isto porque os Técnicos que estão na Câmara Municipal, são eles que fiscalizam e são eles que fazem os projetos e a Senhora disse aqui há dias, dia 28 de fevereiro e eu irei falar mais à frente sobre isso, que ela não é polícia, eu também não sou polícia e sei quem faz projetos na Câmara Municipal, manda-os assinar e o teletrabalho dele é feito no gabinete dele e a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador *Orlando Pires* passa lá todos os dias e se calhar nem repara para isso. Que sanções é que teve essa pessoas até hoje? Isto continua igual, é a desgraça exatamente igual, Senhora Presidente.

Eu tenho muita pena, até gostava que isto modificasse, mas não modifica, é tudo igual, o seu grande Arquiteto que trouxe de Bragança, tem um enchente de casas, de prédios que estão a ser construídos, que está tudo ilegal, eu não lhe vou dizer quais são. Eu aqui há dias enviei-lhe um e-mail e a Senhora perguntou-me quais eram os edifícios e eu não lhe respondi, porque eu não difamo as pessoas, elas fazem os projetos e quem está lá é que deve ver as infrações cometidas em termos de arquitetura.

É que eu ando nisto quase há 40 anos, não sou um Arquiteto de “meia tigela”, há 40 anos que ando nisto. Senhora Presidente eu até gostava muito que verificasse essas questões, mas não as verifica, é tudo igual, quando estava o *José Gama*, quando estava o *José Silvano*, quando estava o *António Branco* e quando está a Senhora, é tudo a mesma coisa, nada mudou, está pior ainda.

Eu não sei para que é que é isto, se é um “copy/paste”, pelo menos a letra que seja igual, assim já sabemos que é do ano passado. Por amor de Deus, a ver se nos entendemos de uma vez por todas, eu ando nisto e vou deixar de andar nisto, porque já estou cheio disto e as pessoas são incompreensíveis, não se retratam, penso que se deslumbram e parece que ganham tudo e têm tudo, mas não têm nada, de um momento para o outro vamos “acampar”, foi aquilo que quase me aconteceu a mim, e deixamos tudo, portanto não vale a pena andar aqui com isto, digo-lhe com toda a sinceridade, que o meu objetivo Assembleia Municipal para mim terminou e nem sei se acabarei o respetivo mandato, com toda a lealdade e com toda a honestidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Cumprimento a todos, ficando contente em sabê-los de saúde e espero que se mantenham porque a pandemia, pelos vistos ainda continua.

Vou falar de um tema que mexe com um setor de atividade, que envolve muita gente no país e que eu gostaria para eles que não pararam neste período de pandemia, como outros que já aqui foram focados, deixar aqui registado o meu apreço pela maneira histórica como atravessaram esta fase, onde falharam muitos serviços em que eles se apoiavam, serviços de logística, mas que eles continuaram a atividade para o bem económico do país.

Falando sobre o documento, eu enalteço a Câmara Municipal pela sua atitude de criar mais um instrumento de gestão autárquica, só nesta Sessão são três regulamentos a que se propõe e só valoriza e dá mérito à Câmara Municipal, se ele já existia antes, pois uma revisão traz sempre inovações, traz sempre melhorias, o que é de enaltecer.

“Hoje 05 de junho, é Dia Mundial do Meio Ambiente, e veio mesmo a propósito falar de Ordenamento do Território no qual o ambiente está na ordem do dia, ou do ano, pelas lutar que têm havido na sua defesa, nas alterações climáticas. É bom falar deste tema.

Quanto ao Regulamento:

A presente proposta, considerada já como a sua versão final, foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de 07 de maio de 2020, logo após a fase de consulta pública para recolha de observações e sugestões, em cumprimento do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), não tendo recebido qualquer observação ou sugestão.

Como já aqui foi dito, também fico na dúvida sobre o período de vigência deste instrumento, penso que será anual, mas gostaria de obter esse esclarecimento.

Trata-se de mais um instrumento de gestão autárquica, ele estabelece normas gerais e específicas a que deve obedecer a atividade de fiscalização administrativa, relativa a quaisquer operações urbanísticas no concelho.

Assim,

Ao definir claramente o âmbito e medidas de fiscalização a exercer, associando-lhe ações de formação, permite um melhor enquadramento das competências e deveres de fiscalização, bem como estabelece algumas condições relacionadas com os elementos de obra sujeitos a fiscalização. Aqui haverá, penso, margem para melhorar, conforme direi adiante.

Considerada como uma medida que vem colmatar a falta de um melhor instrumento, neste domínio da gestão da vertente urbanística do concelho, num tempo em que as questões da preservação do património edificado e a construir estão na ordem do dia, pela necessidade de assegurar a qualidade da construção com respeito pela paisagem e estilo arquitetónico do existente, para obras de restauro e dotar de conforto e segurança estrutural as obras novas, de tal forma que haja harmonia no meio que as vai integrar, mas... e isto é muito importante, o controlo da segurança da obra, particularmente durante a fase de arranque, quanto à estabilidade das fundações e da aptidão dos solos e taludes de contenção, devem estar sempre na linha da frente da fiscalização.

Esta atividade envolve uma área muito específica da gestão urbana – a construção civil (de pequena ou grande escala), e que congrega valores socioeconómicos e culturais muito singulares, tais como o património, o capital e a mão-de-obra, onde o cumprimento de prazos é sempre um fator importante na qualidade do produto final, é de extrema importância o modo e ação proactiva de um agente de fiscalização, prevenindo a ocorrência de situações dramáticas, como a de uma suspensão de obras.

Daí que ao incluir ações de formação aos seus Técnicos, seja um fator de mais-valia na sua carreira e contribui certamente para um desempenho mais eficaz, já que ao desenvolver estas competências técnicas, assegura e dá garantias aos interessados, num mais elevado grau de confiabilidade, clareza e capacidade de ação.

Eu como município, só posso ficar expectante no sucesso de tal medida de gestão, porque é inovadora e irá tornar mais transparente esta vertente de gestão autárquica.

Espero que este Regulamento venha dar algum contributo para incentivar a reabilitação do elevado conjunto patrimonial existente no concelho, algum em adiantado estado de ruínas, incluindo nas aldeias.

Feitas as honras ao documento, passo a referir algumas questões, umas que gostaria de ver esclarecidas, outras que deixo como sugestões:

- 1 – O documento não menciona o período de vigência do Regulamento;
- 2 – Esclarecimento: Artigo 2.º, ponto 1, onde é referido e cito:”... sem prejuízo do dever de colaboração e de participação que impende sobre os trabalhadores do Município.”

Sugestão:

- 3 – Alterar: Capítulo II, artigo 7.º, ponto 1:
  - a) Placard com identificação do autor do projeto, do construtor e alvarás, e do técnico responsável pela direção técnica da obra ou da fiscalização da obra;
  - b) Verificação de implementação dos alinhamentos e cota de soleira, a registar no livro de obra;

- c) Avaliar, quando aplicável, resultados de sondagens geotécnicas e das condições de estabilização de taludes, de aterros ou escavações para fundações;
- d) Criar um capítulo para definir os direitos e obrigações dos promotores e dos diretores técnicos de fiscalização da obra, como por exemplo:
  - A execução/desmontagem de estaleiros e instalações de apoio à obra, em conformidade com o plano de ocupação de via pública aprovado;
  - Do acesso à obra, em condições de segurança, aos agentes de fiscalização;
  - Das condições de substituição do técnico responsável pela direção de fiscalização da obra.
- e) Afixar listagens de contactos de entidades e organismos locais:
  - Câmara Municipal, hospital, bombeiros, farmácias, PSP, GNR, e outros.”

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não tenho o conhecimento sobre o assunto, que o Senhor Deputado *António Figueiredo* tem, mas as minhas palavras estão muito de acordo com a forma como se tratou o problema. Eu gostava de saber o que é que se pretende? Qual é o objetivo?

Os fiscais atuais estão a cometer erros? Não estão a ser responsabilizados pela sua função? E o Direito Administrativo? A Câmara Municipal está a ser obrigada a indemnizações por erros dos fiscais? É preciso um Regulamento para a Senhora que está no atendimento? É uma função administrativa, como outra qualquer.

Não entendo, Senhora Presidente, gostaria de saber melhor o que é que se passa, o que é que se pretende. Até agora não houve Regulamento nenhum? Estas funções estão sem papeis, sem saber o que é que devem fazer? Não acredito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à aprovação deste Regulamento, ele vem na sequência de um pedido do Chefe de Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, onde estão incluídos os Serviços de Fiscalização, chamando a atenção pela inexistência, como está referido no Relatório da Consulta Pública, pela inexistência de um Regulamento que trate as questões relacionadas com a fiscalização de urbanismo e ordenamento do território.

Foi feito pelos respetivos serviços, com os contributos de todos os fiscais e visa estabelecer as condições de atuação dos próprios agentes de fiscalização, no sentido de que esteja tudo regulamentado, conforme o modo de atuação, a área de atuação, as questões ligadas às fases da própria fiscalização designadamente, as questões sujeitas a fiscalização.

Confrontados com esta necessidade, abrimos o início do procedimento, fizemos o Regulamento com a participação de todos, foi aprovado em Reunião de Câmara, esteve em discussão pública, não houve contributos e temos agora um instrumento de controlo dos serviços de fiscalização municipal, proposta por necessidade dos próprios serviços.

Relativamente às questões da duração do Regulamento, o Regulamento entra em vigor após 15 da publicação em Diário da República, e depois só será alterado quando houver uma revisão do próprio Regulamento, segundo a evolução própria destes serviços de fiscalização.

Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado *António Figueiredo*, sobre as questões relacionadas com o urbanismo, apesar de serem as duas relacionadas com a mesma Divisão, Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, de facto são Divisões diferentes e essa Divisão é diferente da Divisão onde está, como teria de ser por causa da separação das competências, a fiscalização e por isso o Regulamento não é anual, é para aplicação natural e foi uma necessidade reportada pelos próprios serviços, no sentido de terem um instrumento de gestão da sua própria atividade, sendo que, nós iniciamos um projeto já há dois anos, que é, “Fiscalizar é Ajudar”, ou seja, uma fiscalização preventiva junto das obras particulares, no sentido de verificar que tudo o que está a ser solicitado, está a ser cumprido, quer pelo dono da obra da empreitada, quer pelo responsável do projeto, basicamente é esta a função deste Regulamento, que servirá a atuação dos próprios agentes de fiscalização.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente falou no Senhor Chefe de Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, por acaso eu sei quem é esse Senhor, é o que manda na fiscalização, ele é complacente com tudo o que se está a passar, o que é que a Senhora Presidente me diz a isto?

----- O Senhor Deputado Municipal *FAUSTINO CUNHA* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Era apenas um pedido de esclarecimento, na sequência dos esclarecimentos que a Senhora Presidente efetuou, porque deixou-me mais perplexo, na medida em que a partir de 15 dias depois da publicação no Diário da República e eu pergunto, e o que aconteceu até agora? Não há responsabilização? Era preciso o papel? É preciso a lei do Moisés a dizer “não matarás”! Se por acaso cometeu um erro administrativo, não cumpriu as normas internas, é responsabilizável e agora eu não tenho dúvidas nenhuma em assinar este Regulamento, ele já devia estar em vigor era há 20 anos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

As acusações que o Senhor Deputado *António Figueiredo* faz aqui, relativamente aos serviços, já não são de agora e são situações que já reporta há muitos anos, agora de forma mais evidente, mas temos tido diversas formas de comunicação, ou seja, sempre que

o Senhor Deputado *António Figueiredo* interpela o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os documentos são verificados, são enviados e também muitos processos, como sabe, junto de várias entidades nomeadamente, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e sobre os quais existem algumas queixas contra o Município de Mirandela e aquelas que nós temos vindo a responder têm sido arquivadas. Têm sido sempre facultados todos os documentos que o Senhor Deputado solicita aos serviços.

Por várias vezes foram disponibilizadas e temos registo dos contactos com o Senhor Deputado *António Figueiredo*, mostrando a disponibilidade para a revisitação de todos os processos que o Senhor Deputado *António Figueiredo* refere, não tendo essa disponibilidade e porque não tem horários compatíveis, foi também dito que havia a disponibilidade total de ao fim-de-semana, durante a noite, quando o Senhor Deputado estivesse disponível para consultar os processos, não existe mais transparência do que aquela que nós temos dado aos processos que o Senhor Deputado refere, no sentido de poder esclarecer cabalmente todas as situações.

Se me diz que existem situações irregulares a nível dos serviços de urbanismo, segundo é do meu conhecimento, foi também solicitado ao Senhor Deputado para fazer referência a essas mesmas incompatibilidades, a essas mesmas situações e o Senhor Deputado sempre negou essa informação.

Considero que este assunto deve ser resolvido de forma urgente e inadiável, no sentido de que o Senhor Deputado quando tiver essa disponibilidade poder consultar todos os processos de urbanismo nos serviços da Câmara Municipal, com o acompanhamento do senhor Presidente da Assembleia Municipal e dos serviços, que estarão disponíveis para facultar todos os processos de urbanismo.

Relativamente ao Regulamento, apesar de tudo o que está aqui até hoje está feito com base na legislação, este é um regulamento interno da Câmara Municipal, que regulamenta o controlo dos serviços de fiscalização e que veio da necessidade que os mesmos propuseram.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria dar uma explicação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu penso que o Senhor Deputado pode explicar, só que acho que podemos reunir quando o Senhor Deputado entender para esclarecer estes assuntos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho esse direito em termos públicos, eu tenho direito à informação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado, estamos numa Assembleia, em termos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, qualquer Deputado, via Mesa, pode fazer perguntas ao Executivo e o Executivo tem de responder, a partir do momento que não estamos a seguir a via da Assembleia Municipal, já é uma questão de direito público que o Senhor Deputado tem, isto não encaixa aqui. O Senhor Deputado tem que, como cidadão, fazer essas exigências junto do Executivo, ou então seguirá a via judicial, mas já não cabe aqui à Assembleia discutir esse assunto.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Fiscalização de Urbanismo e Ordenamento do Território.**

#### **4.4 - Proposta de Regulamento do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo da Maravilha – Mirandela.**

----- Foi presente à Reunião da Câmara Municipal de 07 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo da Maravilha – Mirandela, para posteriormente ser submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção vai mais num apontamento histórico do que é hoje o Parque da Maravilha e gostava de certa forma de elucidar a Câmara Municipal e não podia deixar passar esta oportunidade de dizer como é que nasceu o Parque da Maravilha.

Decorria o ano de 1980, um período político difícil para o PCP e na discussão interna do Partido, resolveu-se fazer da Maravilha aquilo que era a Festa da Alegria em Braga e a Festa do Avante em Lisboa e fizemos a Festa da Maravilha.

Para quem não sabe, aquele espaço estava completamente abandonado, era mato e foi exatamente com o trabalho de homens, mulheres e jovens, que se conseguiu, militantes do PCP e não só, com trabalho voluntário do distrito de Bragança, de Chaves, do concelho de Mirandela, de muitos pontos do nosso distrito, conseguiu-se fazer aquilo que era impensável naquela altura, que foi transportar a luz elétrica desde a Serralharia até onde é hoje o Parque de Campismo e Caravanismo de Mirandela.

*[Handwritten initials and marks]*

Foi exatamente com muito trabalho voluntário de muitos comunistas homens, mulheres e jovens, que fizemos o transporte e a aplicação dos postes de luz, cedidos por uma empresa que era a EDP, que era pública e que dizia que não punha lá luz, mas que punha os postes e os cabos elétricos e foi exatamente assim que nasceu aquilo que é hoje o Parque de Campismo de Mirandela.

Estamos a falar em 1980 e só depois e bem e congratulamo-nos com isso, o executivo da Câmara Municipal aproveitou esse trabalho de voluntariado dos comunistas e resolveu fazer ali a implementação do Parque da Maravilha e assim nasceu o Parque da Maravilha de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta aprovação do regulamento do parque Municipal de Campismo e Caravanismo da Maravilha, houve a necessidade também de regular este equipamento que já esteve na tutela da Câmara Municipal, que passou para a gestão do Clube de Campismo e Caravanismo e depois para os Bombeiros Voluntários de Mirandela e neste momento está novamente na gestão do Município e este regulamento visa também a reorganização de todos os serviços da lei habilitante, dos requisitos de admissão, de formas de pagamento, regulamenta a atividade do Parque para melhor assumirmos estas responsabilidades e tudo aquilo que diz respeito ao funcionamento e organização do Parque de Campismo e Caravanismo da Maravilha.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo da Maravilha – Mirandela.**

#### **4.5 - Proposta de Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite.**

----- Foi presente à Reunião da Câmara Municipal de 21 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite, para posteriormente ser submetido à apreciação e votação da Assembleia Municipal de Mirandela, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Pessoalmente sinto-me muito ligado a este Museu da Oliveira e do Azeite, não só pela forte relação de amizade com o seu grande mentor e ideólogo *Roger Teixeira Lopes*, mas também porque tive oportunidade e o privilégio de dar o meu modesto contributo, para gizar esta ideia que se transformou em projeto e em obra construída.

O Regulamento que hoje é aqui apresentado, faz a meu ver, todo o sentido e deve merecer a nossa atenção e voto favorável. Contudo, e apesar de ter estado em consulta pública, não houve sugestões, de modo que, como esta Assembleia Municipal é soberana quanto a esta matéria, quanto à sua apreciação, proponho uma pequena alteração.

Logo na primeira linha do preâmbulo, onde se lê: “foi inaugurado”, que seja substituído por: “abriu ao público”. É que, tanto quanto sei, o Museu da Oliveira e do Azeite ainda não foi inaugurado, simplesmente abriu naquele dia e para quem não saiba, informo também, que este Museu foi reconhecido pelo Conselho Oleícola Internacional, o organismo que, com sede em Madrid, promove o azeite em todo o mundo, as suas características e as suas qualidades.

Eu aproveito também para propor uma recomendação à Direção deste Museu, que no âmbito das suas atribuições e competências, que estão bem explícitas no dito Regulamento, o Museu retome a publicação da sua Revista, eu penso que todos conhecem a “Ouro Virgem”, que teve uns oito ou nove números e por morte do referido mentor, deixou de ser editada.

Será uma homenagem merecida, a este nosso mirandense, apesar de já ter o seu nome no Auditório. Permita-me ler a apresentação que consta deste n.º 1 da “Ouro Virgem”, “Ouro Virgem, publicação semestral do museu da Oliveira e do Azeite de Mirandela, pretende, através de textos e imagens, entre os quais se respira uma certa identidade de ideias, sensações e intenções, indagar comportamentos, práticas sociais, memórias e imaginários da nossa terra. Antropologia, história, sociologia, são bem-vindas, assim como, a zoologia e a botânica, ciências da vida e ainda, porque mais importante, as pessoas vivas com o seus relatos e vivências. Também o belo, através dos segredos partilhados entre a natureza e as artes, a fotografia, o desenho, a pintura e a escultura, terá nestas páginas um espaço privilegiado. Acreditamos que, com a vossa participação, a Revista “Ouro Virgem” acolhida na sombra benfazeja da oliveira e na luz do azeite, dê frutos de solidariedade e conhecimento”, assina *Roger Teixeira Lopes*.

Por último, quero lembrar que se encontra em consulta pública outro importante regulamento, o do Conselho Municipal de Agricultura, para o qual peço os vossos contributos. Já foram recebidos alguns, mas penso que todos serão úteis.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só tenho aqui um ponto a referir, em relação ao artigo 10.º do Regulamento que é segurança e diz o artigo 10.º: “O MOA deve implementar as condições de segurança indispensáveis, para garantir a proteção e integridade dos bens nele incorporados, ou depositados, bem como dos visitantes, do respetivo pessoal das instalações, de acordo com o Regulamento de Segurança em fase de regulamentação”. O que é isso de Regulamento de Segurança? Não sei o que é, um Regulamento de Segurança, é um regulamento em que se põe lá a pessoa.

Eu acho que aquele edifício é único, o Arquiteto faleceu há relativamente pouco tempo e seria uma memória importante para Mirandela, o reconhecimento daquele edifício como património municipal e além disso, como andam também a vandalizar edifícios do modernismo português dos anos 50, realizado pelo Arquiteto *Albino Mendo*, estão a vandalizar edifícios, que há uma tese de doutoramento de uma Arquiteta para edifícios de interesse municipal e andam a vandalizá-los, eu não percebo.

Eu também aqui acho que não tem culpa o meu colega, porque o meu colega que está na Câmara Municipal não conhece Mirandela, essa é que é a realidade, não conhece Mirandela e tudo o que lhe lá aparece é “bota para a frente”, agora eu pergunto, este edifício do Arquiteto *Manuel Graça Dias*, tem medidas de autoproteção? E o que são medidas de autoproteção? É um SCIE – Segurança Contra Incêndios e Edifícios, que é a Portaria 1532/2008 de 29 de dezembro, que diz, no seu artigo 10.º, “medidas de autoproteção e tem 12 pontos, alguém fez as medidas de autoproteção para o edifício? Fazem simulacro de incêndio uma vez por ano? Tudo isso é necessário fazer, na Câmara Municipal algum dia fizeram simulacro de incêndio? Aqui no Auditório algum dia fizeram simulacro de incêndio? Se uma pessoa tem dificuldades em termos de acessibilidade ao palco, como é que a pessoa vai para o palco?

Eu não estou a culpar esta Câmara, estou a culpar a Câmara no abstrato, devia preocupar-se com estas situações e não se preocupa, é por isso que, o pensamento político a mim não me interessa, é a mesmíssima situação, eu não sou inimigo, tenho uma prática política diferente da sua, mas eu não sou seu inimigo Senhora Presidente, não pense isso.

Era conveniente que estas situações fossem devidamente esclarecidas, para o bem da minha terra, é aquilo que eu quero, é o bem da minha terra.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

É um facto que é um alerta importante, no que diz respeito à segurança, mas eu fiquei aqui com uma questão que gostava que me esclarecesse, diz que há edifícios classificados que estão a ser vandalizados? Mas já estão classificados esses edifícios?

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, mas há uma tese de doutoramento que foi acompanhada por um grande Arquiteto do Porto, que já faleceu e esses edifícios do Arquiteto *Mendo* estão a ser completamente vandalizados, mas a Arquiteta que fez isso, fez uma recomendação à Câmara Municipal, mas a Câmara Municipal “chutou” para trás e não devia ter feito isso, não foi concretamente esta Câmara, foi a Câmara no seu abstrato.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Nunca é tarde para a Assembleia Municipal ou alguém da Assembleia fazer recomendações desse género e de facto acho que seria importante, devido à memória, alguns edifícios serem classificados como património municipal, fica no ar essa proposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que no MOA – Museu da Oliveira e do Azeite, há um livro da tese de doutoramento dessa Arquiteta.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão que está em discussão, nós víamos com bons olhos que fosse possível fazer a aplicação, Senhora Presidente daquilo que diz respeito ao artigo 15.º Isenções e Descontos, diz este artigo que: “Estão isentos de pagamento do ingresso no Museu da Oliveira e do Azeite, as crianças com idade inferior aos 12 anos, a população com idade superior aos 65 anos, os voluntários do Museu, as instituições escolares públicas mediante agendamento prévio, as instituições de solidariedade social mediante agendamento prévio, com uma taxa de redução de 50 % do pagamento de ingresso no Museu os funcionários do Município de Mirandela, os membros das Associações de Amigos dos Museus, a população portadora de cartão identificador de situação de aposentado, a população com Cartão Jovem, ou Cartão de Estudante” e depois no terceiro ponto do mesmo artigo, diz: “poderão ser estabelecidos protocolos ou acordos, com instituições, associações e entidades de diversas índoles, com vista à isenção ou redução do valor de ingresso para a visita do Museu”.

Senhora Presidente, não sei se sabe, mas em 2017 visitar os Museus nos domingos e feriados de manhã, voltaram a ser gratuitos, a proposta partiu do PCP e foi aprovada na Assembleia da República, no segundo dia de votações na especialidade de várias propostas de alteração e da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2017. A gratuitidade nos Museus nos domingos e feriados de manhã, não é uma grande novidade, não é de certeza, existia até 2011, quando foi removida pelo Governo do Dr. *Passos Coelho* e Dr. *Paulo Portas*, PSD e CDS em 2011 e que restringiu a medida ao primeiro domingo de cada mês.

Em 2017, visitar Museus e monumentos nacionais nos domingos e feriados até às 14.00 horas, será novamente gratuito para todos os cidadãos residentes no território nacional. E aquilo que nós propúnhamos à Senhora Presidente e se fosse ainda possível, era que o Museu da Oliveira e do Azeite, sendo ele municipal não pode estar de certa forma abrangido pela lei nacional, que propusesse para este artigo 15.º do regulamento, exatamente aquilo que é a lei nacional, que o Museu da Oliveira e do Azeite, aos domingos e feriados de manhã seja gratuita a entrada, desde as 10.00 horas até às 14.00 horas. Acho que é um ato positivo e deixava o Município, juntamente com aquilo que é a lei nacional, a gratuitidade dos Museus ao domingo e feriados de manhã.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões que foram colocadas, em particular à intervenção daquilo que é, não só a questão deste Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite, mas a garantia de determinados edifícios com história em todo o concelho, é e deve ser uma preocupação deste Executivo e deve ser uma preocupação de todos aqueles que respeitam e querem conservar a história e a

identidade do nosso povo, partilho as preocupações do Senhor Deputado *António Figueiredo* e partilho também a preocupação das acessibilidades em todos os edifícios municipais, incluindo neste Auditório que está a concurso para execução da obra de requalificação, é uma obra urgente e inadiável e que está incluída no Plano Estratégico, que foi reformulado em outubro de 2019 e que estão agora a chegar as Candidaturas aprovadas.

A fase de contratação pública demora algum tempo, é preciso uma série de procedimentos, de qualquer forma julgamos poder anunciar as obras neste Auditório.

Relativamente às questões de segurança que colocou, relativamente ao artigo do Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite, dizer-lhe que estão incluídas as medidas de autoproteção, a Câmara Municipal e a Associação de Municípios estão a preparar para outros edifícios e já foi feito um simulacro, no sentido de cumprirmos tudo aquilo que está estabelecido.

Como sabe, não tínhamos nenhum instrumento municipal no sentido de reconhecimento do valor histórico municipal a alguns edificadros, vamos verificar se neste novo regulamento que foi ontem aprovado em Reunião de Câmara a Comissão Técnica de Análise das Candidaturas, o Regulamento de Estabelecimentos e Entidades de Interesse Histórico, Cultural e Social Local do Município de Mirandela, que foi também suscitada pela necessidade de reconhecer o Museu das Curiosidades, como de interesse municipal, se podemos também incluir outros edificadros que devem ficar também classificados de interesse municipal garantindo a sua identidade.

Temos de ter um regulamento habilitante para que o possamos fazer e só com a aprovação deste Regulamento e agora com a Comissão Técnica, em que temos como Coordenador da Comissão o Dr. *Isidro Gomes*, o Dr. *Armando Sousa*, o Arquiteto *Henrique Pereira*, o Dr. *João Sequeira*, a Dra. *Manuela Teixeira* e o Cónego *Silvério Pires*, como membros da Comissão, este último como personalidade convidada. Julgo que é um elenco que nos pode ajudar a resolver estas questões de salvaguarda do património histórico de Mirandela e do concelho.

Aproveito para dizer ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, como sabe e já que referiu que não é meu inimigo, certamente que reconheço a amizade das nossas famílias há muitos anos e portanto, um reconhecimento dessa situação.

Relativamente às questões da gratuidade, vamos confirmar a possibilidade de inclusão desse ponto, apesar de esta versão já ter estado em discussão pública, não sei se será possível, ainda, ser feita essa inclusão, uma vez que a versão final é esta que está aqui a ser apresentada. Mas iremos verificar com o Gabinete Jurídico essa possibilidade de inclusão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu não sei se a proposta do Senhor Deputado *Jorge Humberto* tem viabilidade, estamos a falar de um Regulamento que esteve em discussão pública, já não pode ter alterações.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que eu quero alertar o Executivo, é que se este Regulamento não choca com a lei nacional, há um Decreto-Lei que foi aprovado na Assembleia da República que diz que os Museus têm a gratuidade da sua entrada aos domingos e feriados de manhã e a minha proposta, ou recomendação é se este Regulamento no artigo 15.º não vai de encontro aquilo que é lei nacional.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como recomendação acho que estaria mais enquadrado.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só quero é que se perceba que pode haver aqui uma questão jurídica que impeça esta questão.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

No âmbito de recomendação, eu entendo melhor.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fica então apresentada a recomendação feita ao Executivo de adequar o Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite, em conformidade com a Lei-Quadro n.º 47/2014, que prevê e estabelece a gratuidade aos feriados e domingos de manhã até às 14.00 horas.

----- A Senhora Deputada Municipal *OTÍLIA LIMA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não sei se vou contribuir para esclarecer alguma coisa, mas penso que sim, na minha opinião, que é o seguinte, todos os Diplomas nomeadamente, os Regulamentos que estão aqui a ser aprovados, é um pormenor que podia estar lá rebatido, mas não está, ou seja, todos os Regulamentos que se fazem em termos particulares ou institucionais, mas mais de cariz particular, deverão sempre ter um artigo que diz: “Em casos omissos o Regulamento rege-se pela Lei Geral”. O que eu penso é que se pode eventualmente acrescentar, nas situações anteriores eu não disse nada porque eventualmente não seria muito pertinente, mas aqui dado que foi feita uma recomendação, no sentido de ir de encontro à Lei geral, que é o Diploma do Governo, penso que se poderá incluir isso, nomeadamente..., não sei se em termos jurídicos, se isto é possível, mas penso que sim, eu não sou jurista, mas penso que será possível salvaguardar esta situação neste sentido, colocando que, “Em casos omissos este Regulamento rege-se pela Lei Geral, nomeadamente o diploma X”, é uma sugestão que vem contribuir para que possa ser incluída.



----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu penso que nem é necessário, porque isso está mais que previsto na Lei, mas agradecia ao Senhor Secretário um esclarecimento.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhora Deputada *Otília Lima* pela sugestão de facto muito pertinente e quando os Regulamentos incluem que em casos omissos reme-te para a Lei Geral, esse percurso que seria feito *à posteriori* por essa remissão iria conduzir-nos na Lei Geral, na Lei geral iríamos encontrar que apenas a gratuidade aos feriados e domingos de manhã é dos Museus que integram a Rede Nacional de Museus, criaríamos aqui outro impasse, impasse esse que só pode de facto ser desfeito, uma vez que este Museu não integra a Rede Nacional de Museus, não está obrigado pela Lei/Quadro 47/2004, apenas aqui acolhemos a recomendação, sensibilizando o Executivo para, à luz daquilo que está definido para a Rede Nacional de Museus acolher também esta possibilidade de gratuidade aos feriados e aos domingos de manhã.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria apenas dar um esclarecimento. De facto no Capítulo IV no Artigo 22.º Dúvidas e Omissões, diz: “Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão submetidos para decisão do Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, ou a quem este delegar, nos termos gerais do Direito”.

No artigo 23.º Revisão do Regulamento, diz: “O presente Regulamento deve ser revisto sempre que surja matéria que o justifique”, ou seja, está salvaguardada esta situação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Podemos também submeter a recomendação do Senhor Deputado *Jorge Humberto* para efeitos de votação por parte do Plenário. Toda a gente acolhe a recomendação feita pelo Senhor Deputado?

Não havendo qualquer obstaculização a essa apresentação, pergunto se alguém vota contra essa recomendação da gratuidade aos domingos e feriados de manhã?

Alguém se abstém?

É aprovada por unanimidade a recomendação endossada ao Executivo, para conciliar este Regulamento com aquilo que está expresso para a Rede Nacional de Museus, na Lei/Quadro 47/2004.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a Proposta de Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite.

#### **4.6 - Proposta de Minuta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de maio de 2020, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Minuta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama;**
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Vem hoje a Plenário, a votação de um Protocolo de Cooperação entre o Município de Mirandela e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama. Na senda de apoio às atividades que o Gabinete de Apoio ao Município, instalado na vila de Torre de Dona Chama presta aos habitantes da Freguesia e das Freguesias circundantes, algumas delas dos concelhos vizinhos de Macedo de Cavaleiros, e Vinhais, uma vez que a nossa vila é central e equidistante das mesmas.

O denominado Mini-Gam, que de mini só tem mesmo o nome, presta serviços úteis e indispensáveis, num vasto leque de possibilidades, permitindo aos que lá habitam, proximidade dos mesmos.

Tendo como espetro uma abrangência de 13 Freguesias e estando ao serviço e para servir mais de 4 500 pessoas, o Gam da Torre, excetuando questões urbanísticas, presta serviços tão necessários como a renovação do Cartão de Cidadão, as Cartas de Condução, os pedidos de novos contadores de água, os pagamentos de alimentação escolar, os pedidos de ligação de saneamento, e agora e tão oportunamente, as matrículas escolares, etc.

Ultrapassando um volume de faturação na ordem dos 25.000 mil euros por ano.

A Torre de Dona Chama apesar de ter perdido população ao longo das últimas décadas, continua a contar com mais de 1 milhar de pessoas. A nossa Freguesia é rural, mas na Torre há escolas, há comércio, há serviços, há indústrias de transformação, unidades de

agropecuária, entre outras. Mas a Torre é sobretudo, a sua população que reclama para si e bem, um conjunto de ferramentas para não se sentir objeto de exclusão ou desigualdades sociais.

Por todos estes argumentos é possível compreender o caráter de justiça e equidade no estabelecimento do Protocolo que hoje vem para apreciação e votação, contando hoje, como sempre, com o total apoio da Bancada do Partido Socialista.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Referir que em relação a esta Minuta de Protocolo que já foi aprovada em Reunião de Câmara, foram contabilizados todos os custos associados ao funcionamento, previsivelmente do valor justo que estamos agora a aprovar. Trata-se de um Protocolo justo, no sentido de uniformizar o funcionamento do Mini-Gam da Torre de Dona Chama.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Mirandela e a Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama.

## Outros Assuntos de Interesse para o Município

### 5. Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No seguimento do que vim aqui falar logo no início desta Assembleia, queria deixar aqui um reparo à comunicação social de Mirandela, pelos vistos também não está aí ninguém, mas depois eles que leiam a Ata ou alguém que lhe faça chegar o que aqui foi dito.

Eu achei deprimente, durante o Estado de Emergência assistir que a comunicação social de Mirandela eclipsou-se, ela desapareceu por completo. Eu sei que eles estavam em confinamento, consegui perceber isso e acataram muito bem a decisão e acataram bem a decisão também, de transmitir sempre aquilo que era necessário por parte da Câmara, o Alerta Municipal diz exatamente isso, mas não consegui perceber porque é que a comunicação social não fez eco de nada que as Freguesias fizeram, mas no entanto, conseguiram dar eco aos pseudocandidatos à Câmara Municipal, quando foram levar a Pereira um computador, um tablet ou seja o que for, ignorando por completo o trabalho que Presidentes de Junta fizeram durante este tempo.

Eu acho que quando estamos perante isto, não sei se há liberdade na comunicação social, não sei se há independência de pensamento na comunicação social, mas não me revejo nessa posição que a comunicação social teve. Era importante, a comunicação social, à semelhança daquilo que se passou a nível nacional, ter tido aqui um papel muito diferente durante a gestão deste processo, daí o meu reparo, que já o fiz pessoalmente e não ficava bem comigo mesmo, se não o fizesse aqui nesta Assembleia, porque mais uma vez, à semelhança daquilo que eu fiz no ano passado, existe alguém que é pago para publicitar o que a Câmara faz e que as Juntas de Freguesia fazem, não nos devemos esquecer disto e não nos devemos esquecer, quando li uma Ata do ano passado que por curiosidade tive de ir lá ver uma coisa, em que toda a gente ficou surpreendida porque alguém ganhava dinheiro com isto e eu pergunto, onde é que esse alguém andou durante este tempo? Devia ter estado confinado, com toda a certeza.

Queria deixar aqui duas notas, porque eu acho que esta Assembleia hoje cometeu aqui um erro crasso e eu faço a minha *mea culpa*, devíamos ter feito um minuto de silêncio pelas vítimas da Covid-19, por isso quero-lhe colocar esta sugestão Senhor Presidente da Assembleia, no final fazíamos um minuto de silêncio e pedia também ao Senhor Presidente da Assembleia, porque eu não o fiz e também não estamos aqui preparados para o fazer, faleceu uma pessoa que de alguma forma tinha um grande simbolismo em Mirandela, uma Farmacêutica e acho que devíamos tomar nota nesta Assembleia desse momento, porque é uma perda irreparável aqui na nossa região, independentemente de outras que houve, de ser feito um Voto de Pesar da Assembleia Municipal e endereçá-lo à família, acho que ficava bem da nossa parte fazer isso, porque é uma referência, não só na área farmacêutica, mas também uma pessoa que foi um símbolo em Mirandela e um símbolo vivo até há bem pouco tempo, não foi vítima de Covid-19, mas infelizmente o clico da vida é este.

Deixava estas duas recomendações, se no final podíamos fazer um minuto de silêncio por estas duas situações.

Para terminar e para que não fiquem dúvidas, eu disse-o aqui quando cá vim, agradecer à Câmara Municipal todo o esforço que teve neste processo, nada é perfeito, nós temos de reconhecer isso, até nós, no dia em que formos chamados ao julgamento popular ou à discussão popular, também irão dizer da justiça do trabalho que nós desenvolvemos, não estamos aqui a criticar o trabalho de ninguém, nem estamos a deitar abaixo as medidas de ninguém, estamos a deixar recomendações e reparos para o futuro.

A Covid-19 ensinou-nos uma coisa, só se supera em grupo, a trabalhar em conjunto, não há volta a dar e não se percebeu isto a nível mundial quando não se quis fechar fronteiras a tempo e horas e a discutir o problema e nós aqui no concelho não podemos fazer o contrário, é trabalhar em grupo, em conjunto e é legitimamente que nós dizemos que queremos fazer parte da discussão, acho que tem de ficar o reparo, porque a pandemia não acabou e irão haver outros problemas e os Presidentes de Junta, muitas pessoas esquecem-se disto, estão na Lei de Bases da Proteção Civil referenciados como a unidade mais próxima local da população.

*[Handwritten initials and marks]*

Não nos peçam só para referenciar quando alguém se porta mal, não nos peçam só para distribuir folhetos, integrem-nos nestas estruturas, falem connosco, ninguém conhece melhor o nosso território do que nós próprios e é isso legitimamente que nós pedimos e deixo este reparo, não é nenhuma crítica, de futuro discutam connosco, falem connosco, não custa nada.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO FIGUEIREDO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Cedilhavulso Unipessoal Lda., eu pedi à IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território que me enviasse informação se o licenciamento estava em conformidade, a IGAMAOT respondeu-me e disse que passados uns tempos a CCDR-N me responderia e eu fiquei um pouco estupefacto com aquilo que me disseram, esta situação não é de inimigo político, mas é a verdade política e quanto à verdade política, a mim ensinaram-me sempre que em primeiro lugar está a verdade e é aqui que eu trago a verdade, naqueles discursos que fazem aos sábados na rádio, só diziam barbaridades sobre a Cedilhavulso Lda. e sobre o projeto da Cedilhavulso de 60 milhões de euros.

Não sei se a Senhora Presidente se recorda, nessa mesma Assembleia Municipal, eu pedi à Senhora Presidente que era conveniente primeiro pensar maduramente no assunto e depois sim, convocar a Cedilhavulso Lda. para virem aqui a esta Assembleia Municipal. A Senhora Presidente queria a todo o custo que a situação se resolvesse nessa Assembleia, passando por cima de todos, dos Deputados Municipais, do Presidente da Assembleia Municipal, dos Vereadores, todos, queria e estava obcecada pelos 60 milhões de euros, deslumbrou-se com isso, eu também concordo que eram importantes os 60 milhões de euros, mas eu já participei em muita coisa e vi logo o logro, a Senhora Presidente queria a todo o custo a aprovação, dizendo que era uma prioridade para o desenvolvimento do turismo.

Eu concordo com isso e também queria isso, mas não dessa maneira, há e eu digo que há, dentro da minha ética política, há ética republicana, eu também sei e julgo que a Senhora Presidente também terá ética republicana, mas pôs acima de um Órgão supremo da Câmara Municipal que é o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é o Órgão supremo da Câmara Municipal, não é o poder executivo, é o poder deliberativo que está acima de tudo e das regras de funcionamento da Câmara Municipal e a Senhora Presidente fez um pouco de “batotinha” com o Senhor Presidente, essa é a verdade.

Senhora Presidente, devia ter levado à Assembleia Municipal depois de submeter pareceres na Plataforma, conforme tinha dito eu aqui, o mal-educado, o mal criado, como a Senhora me chamava, eu nessa altura era o mal-educado, o mal criado, o cínico, entre outros, porque não estava em consonância com a vontade da Senhora Presidente.

A CCDR-N já se pronunciou e achou aquele Estudo vergonhoso, eu tenho lá um amigo que andou comigo a estudar e disse-me que era um descalabro a Câmara Municipal dar um RIP – Reconhecimento de Interesse Público a um projeto daqueles, estou-lhe a dizer isto com toda a sinceridade.

Foi um descalabro aquilo que a Câmara Municipal fez, sem primeiro colocar todo o processo na Plataforma e pedir à CCDR-N em relação ao projeto e aos “pecados originais” que o mesmo tinha, aquilo eram folhas vazias, não prestavam para nada, não teve parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, não teve AIA – Avaliação de Impacte Ambiental, não teve nada, aquilo foi simplesmente para conseguirem um RIP não sei para quê, não sei se eles com os malabarismos que estes Senhores têm, não sei se ainda vão fazer qualquer coisa, mas não aqui em Mirandela, mas utilizando o RIP da Câmara Municipal de Mirandela, não sei se isso vai ou não acontecer.

Eu acho que a Câmara Municipal se deveria acautelar, porque isto dá procedimento criminal, tanto à empresa, como à própria Câmara Municipal.

Senhora Presidente, eu acho que as questões devem ser amadurecidas, devem ser pensadas, não se podem fazer em cima do joelho e aquilo que eu sei, é que eles se desinteressaram pura e simplesmente do projeto.

O que é que irão fazer com o RIP? Não faço a mínima ideia, não me pergunte que eu isso não sei, mais uma vez, se a Senhora Presidente nas próximas eleições autárquicas ganhar, tem que ponderar estas circunstâncias, ponderar seriamente, não fazer as coisas em cima do joelho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes de mais, fazer aqui alguma retificação e dado que o Senhor Deputado falou na Assembleia Municipal e no Presidente da Assembleia Municipal, nós de facto somos um dos Órgãos do Município, o Município tem dois Órgãos, o Executivo e o Deliberativo, cada um com as respetivas responsabilidades, nós sabemos quais são as nossas, mas não posso concordar com o que diz o Senhor Deputado *António Figueiredo*, quando diz que a Senhora Presidente foi contra tudo e contra todos.

A Senhora Presidente apresentou aqui uma Proposta, claro que mostrou algum empenho, quem é que não tem empenho no investimento e a verdade é que ela foi aprovada, foi aprovada por maioria nesta Assembleia Municipal e se aqui há algum dedo a apontar, é a nós, Assembleia, que permitimos que ela passasse. Isto deve ser bem definido, eu não votei favoravelmente, o Senhor Deputado *António Figueiredo* também não votou favoravelmente, mas a maioria votou e o que vale, nesta Sessão magna e soberana, é o que a maioria determina e temos de agora assumir. Que fique isto muito claro e “mea” culpa nossa, não vamos continuar a debater isto.

Quanto aos cuidados que alerta, faz muito bem alertar, eu acho que a Senhora Presidente vai estar atenta a isso, há alguns estudos que há a fazer se isto avançar e naturalmente que não vai permitir que se passe por cima deles.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais, revejo-me nas palavras do meu colega Presidente de Junta de Cedães *António Martins*, quando diz que nunca fomos contactados, mas teve mais sorte do que eu, ainda recebeu duas mensagens para levantar dois kit’s e eu só tive uma mensagem nesse sentido e eu questioneei a Senhora Presidente sobre a fotografia do cemitério e a mim não me respondeu a si sim, o Senhor Presidente *António Martins* é um homem privilegiado!

Queria retomar a minha intervenção de há pouco e só para clarificar a Senhora Presidente, permita-me recuperar um pouco atrás e dizer-lhe que eu não estou aqui para brincar, a Senhora Presidente pode ser séria, mas não é mais séria do que eu.

Relativamente à habitação do Cachão, o freguês não o fez, porque reportou a situação à Junta de Freguesia de Frechas, então as Juntas servem para representar o povo, ou para algumas coisas servem e para outras não servem?

A minha questão é a seguinte, se não serve, a resposta do Senhor *Agostinho Beça* no dia 30 de dezembro de 2019, num e-mail, quando diz que “está entregue à entidade competente”, porque é que não disse logo que tinha de ser o freguês e expor a situação? Porque é que após a minha intervenção recebi logo um e-mail da Câmara Municipal a dizer que o assunto vai ser tratado?

Relativamente aos 36 dias isolados, não fui eu que estive isolado, foi o primeiro caso de Covid-19, que a Senhora Presidente não se lembrou de ligar, teve perda de rendimentos e a esse não lhe deu nenhum cabaz, nem se preocupou com ele, nem com o apoio psicológico.

Quanto à caixa de máscaras e ao desinfetante que foi oferecido para a Junta de Freguesia, foi oferecido porque no dia 18 de maio, às 10.37 hrs. a Senhora Vereadora *Vera Preto* ligou-me por outro assunto e eu fiz questão de mostrar o meu descontentamento e dizer-lhe que até aí estava a ser discriminado e depois de almoço o carro da Proteção Civil levou-me o desinfetante e as respetivas máscaras, eu entendi que estava fora de tempo e não aceitei, acho que até fui simpático e assim podem oferecer a outro.

Relativamente aos desinfetantes que a Junta usou para desinfetar as ruas, foi tudo adquirido pela Junta de Freguesia, porque o fizemos durante o mês de março e início de abril, porque o primeiro e-mail que recebi do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, a dizer que se podiam levantar os desinfetantes na Reginorde às terça e quintas-feiras, recebi-o no dia 17 de abril, ou seja, primeiro vocês deram a quem queriam e depois quando sobrou é que já dava para todos.

Já se falou aqui na água, mas ainda não estou totalmente esclarecido, eu tenho aqui algumas faturas de alguns consumidores, tenho uma do dia 18/03/2020, a leitura era 162 m<sup>3</sup>, dia 07/05/2020, a leitura era 162 m<sup>3</sup>, consumo no período, 4,5 m<sup>3</sup>, não entendo esta matemática!

Depois temos outra fatura que tinha 157 m<sup>3</sup>, no dia 20, consumo 4,5 m<sup>3</sup>, leitura atual 162 m<sup>3</sup>, segundo sei dá 161,5 m<sup>3</sup>, também não percebo este valor da leitura atual, nem percebo porque é que aparecem os 0,5 m<sup>3</sup>, quando foi a própria Câmara que enviou um folheto, onde diz para se dar a contagem, mas apenas os números pretos do contador, por isso não sei onde foram buscar estes 0,5 m<sup>3</sup>, nunca houve isto.

Relativamente à oferta da fatura do mês de março do consumo da água. Só quando vir, porque eu não acredito, tenho aqui uma fatura que no dia 18/03/2020 a leitura era 1838 m<sup>3</sup>, dia 07/05/2020 a leitura era é 1838 m<sup>3</sup> e agora no dia 26/05/2020 o consumidor deu a leitura e são 1863 m<sup>3</sup>, ou seja, são 25 m<sup>3</sup> de consumo, veja os escalões que isto vai atingir, se a Câmara Municipal lhe ofereceu alguma coisa, só lhe ofereceu desgraças de certeza.

Ainda em relação à água, eu estou a falar aqui desta Câmara, mas já estou como disse o Senhor Deputado *António Figueiredo*, estou a falar da Câmara no seu abstrato, quando se faz a alteração de titular de contador, ou seja, quem vai adquirir o imóvel e o antigo proprietário vão os dois ao GAM, em cinco minutos passa de um para o outro, e cobram uma taxa de 46,02 €, até aqui não vejo nada de errado, o que eu acho é que há aqui um pouco de malabarismo, para não dizer aqui outro nome, é que diz: taxa de ligação de água – 12,47 €, taxa de colocação de contador – 12,47 €, taxa de ensaio de canalização – 12,47 €, isto mais IVA dá os 46,02 €, ou seja, eles nem saem do GAM, aquilo faz-se em 5 minutos, é feito no computador, não percebo onde vão buscar aqui isto, a ligação, o ensaio. Este mesmo consumidor, no entender dele, não concorda, não é com a taxa, mas com a forma que vem discriminada a fatura, porque nós temos de discriminar na fatura aquilo que vendemos, se vendemos pregos, não pomos lá parafusos, o consumidor já enviou uma carta para a Câmara Municipal a mostrar o seu descontentamento, há seis meses e ainda não obteve qualquer resposta.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *PAULO PONTES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Começava por dar aqui uma resposta ao meu colega Presidente de Junta *António Martins*, isto tudo é política, na comunicação social também, se não viram podem aproveitar para ver, que está muitíssimo bem escrito, saiu um artigo na Revista Sábado sobre a Freguesia do Franco, na altura da Covid-19, há cerca de um mês, a Senhora Jornalista da Sábado foi lá à Junta de Freguesia entrevistar-me, esteve lá cerca de uma hora, entretanto eu telefonei para a Câmara, ela é testemunha disso, telefonei para a Câmara muito chateado, esteve lá a entrevistar-me e eu a responder, resultado, chegou-me o artigo da Revista, através de um sobrinho meu que está na Alemanha, fui ler o artigo, muitíssimo bem escrito, não fala nem na Junta de Freguesia, nem no Presidente da Junta, não fala em ninguém, em quem é que fala? Nos voluntários, voluntários que se constituíram para ajudar as pessoas idosas, não sei o que é que eles fizeram, o que é que fazem, ainda hoje não sei. É só para dizer que tudo isto é política.

Por acaso confrontei a Senhora por terceiros, e a resposta dela foi que eu não tinha sido simpático com ela. Eu normalmente quando estou no exercício das minhas funções levo a coisa muito a sério, se calhar por isso ela viu-me muito sério e achou que não fui simpático o suficiente. Este foi o resultado.

Queria lembrar quer à Senhora Presidente da Câmara, quer ao Senhor Vice-Presidente, que de manhã não me responderam à pergunta que fiz sobre a calçada isto pode-se tornar rotineiro e monótono, mas eu também disse aqui numa Assembleia Municipal já há bastante tempo, que irei trazer à Assembleia Municipal sempre todas as questões de que não obtive resposta e acrescentarei mais algumas.

Continuamos também, eu e todos os Presidentes de Junta sem ter uma resposta objetiva, à solicitação que nos foi feita sobre os pontos de luz, depois, continua por fazer a limpeza, na Freguesia do Franco e de Vila Boa, da estrada e dos caminhos que ficaram à responsabilidade da Câmara Municipal. Os que eram da responsabilidade da União de Freguesia sei que estão limpos e bem limpos.

Quanto à autoestrada, eu não me esqueço da autoestrada, a Senhora Presidente ia reunir e reuniu com os Senhores responsáveis pela autoestrada e quando falo da autoestrada estou a falar dos trabalhos paralelos relativos à autoestrada que eles se comprometeram a fazer, o alcatroamento dos caminhos com mais de cerca de 10 %, que não foram alcatroados, que não foram reparados, também tenho a certeza que na altura e aí até o Eng.º *Guedes Marques* participou em algumas reuniões, que seriam os

*[Handwritten initials and marks]*

responsáveis da autoestrada que teriam que limpar e fazer a manutenção dos caminhos rurais, não me recordo que tenham feito alguma limpeza, mesmo quanto às rotundas é preciso estar sempre a telefonar para fazer a limpeza das rotundas.

O Franco é o início, ou o fim do concelho e do distrito e por acaso passa lá uma ribeira que toda a gente conhece, que é a Ribeira D'Aila, que nunca me lembra que ela algum dia tenha secado e na autoestrada quando passa lá uma ribeira ou um rio, costuma ter lá uma placa com o nome da ribeira ou do rio, coloquei a questão aos responsáveis pela autoestrada e dizem que isso não é verdade, que só existem placas quando há uma ponte, houve um engenheiro que me prometeu colocar lá uma placa, até porque faz a divisão do concelho e do distrito, com o nome de Ribeira D'Aila. Isto já foi há cerca de três ou quatro anos e até hoje nunca foi posta lá a placa.

Gostava também de saber em que ponto está a situação do polidesportivo? Se não fosse agora a questão da Covid-19, no próximo verão iria lá atuar o Quim Barreiros, não sei se vai acontecer ou não devido à pandemia, mas duvido muito que o polidesportivo que aquela parede lateral comporte uma multidão de gente, mas nós vamos avisando.

Em que ponto está a situação do projeto da Ribeira D'Aila, o intermunicipal entre a Junta de Freguesia do Franco, Palheiros, Câmara Municipal de Mirandela e Câmara Municipal de Murça? Tivemos uma reunião onde estivemos todos presentes, houve algumas, mas nunca mais tivemos nenhuma, eu se tivesse autoridade já as tinha convocado, mas não tenho, por isso faço perguntas apenas, que é aquilo que posso fazer.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CLEMENTE* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de colocar duas questões à Mesa, para Senhora Presidente da Câmara poder responder, em relação ao Parque de Campismo, sabemos que a Câmara "rompeu" o Protocolo com os Bombeiros e fê-lo porque adquiriu mais equipamento turístico para o nosso concelho e isso é de louvar, gostava de saber se está prevista a abertura a curto prazo? Dado que é um equipamento que necessita de obras, uma vez que houve cheias no inverno, mas é um equipamento que é procurado por muitos turistas.

Em que estado é que estão as obras da linha do Tua? O operador vai abrir prontamente ou não a exploração da linha?

Algo também que tem a ver com o turismo e eu preocupo-me também com essas questões, tudo o que tenha um impacto arquitetónico, tudo o que seja jardins de Mirandela são sempre bem vistos pelos turistas e também já falamos no edifício da Estação e bem perto da Estação existe ali uma urbanização que foi feita junto à Rotunda da Geografia e vejo com bons olhos que houve ali uma preocupação naquela urbanização de manter um certo traço, com granito, com uns painéis metálicos e depois há um último prédio que optou por não colocar os painéis de alumínio, mas pintou, no geral não fica mal, mas parece-me que se houvesse algum pormenor em que a Câmara exigisse de alguma forma que toda aquela fachada que dá para aquela alameda houvesse uma harmonia mais clara, seria útil, mas em todo o caso eu acho que se a Câmara aprovou aquela urbanização com esse intuito de manter ali uma certa uniformização que é saudável, eu acho que essa prática deve ser tida em conta e deve ser praticada noutras situações.

Para terminar, só uma questão que tem a ver com o património. Na Praça Velha existe um edifício que está em ruínas, existe a possibilidade alguma da Câmara poder exercer o direito de opção e adquirir esse edifício para fins turísticos, ou para colocar algum serviço da própria Câmara? Porque, infelizmente temos pouco património arquitetónico histórico, à exceção de dois ou três monumentos. Temos muito e riquíssimo património imaterial, mas também devemos cuidar do pouco património monumental.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Apenas colocar aqui algumas questões do interesse da Freguesia de São Pedro Velho e do interesse do Município, no ano passado fui muito crítico em relação à limpeza das bermas na Estrada Municipal de São Pedro Velho, que tem bastante movimento, este ano da mesma forma que o fiz no ano passado, este ano foram limpas atempadamente, prevenindo assim a segurança de quem passa por ali, recordo que aquilo não é uma ligação apenas à aldeia, é uma estrada de passagem da Torre para Vinhais, Rebordelo, Chaves, com bastante trânsito, a "cereja no topo do bolo" será quando for alcatroada, que é o que nos falta ali, mas há essa promessa verbal, vamos aguardar.

O meu colega Presidente de Junta *António Martins*, falou aqui no problema da iluminação, também já falei sobre o assunto e enquanto as coisas não estiverem resolvidas voltarei a falar sempre, eu na altura pedi ao Executivo se podia pressionar a EDP, porque nós continuamos, na Assembleia de fevereiro eu fiz aqui menção que já tinha feito três pedidos à EDP por causa dos pontos de luz, reforcei esse pedido esta semana e ainda não conseguiram arranjar, ainda não foram a São Pedro Velho arranjar cinco pontos de luz, é uma situação vergonhosa, não sei se a Câmara conseguirá fazer alguma pressão sobre a EDP, porque de facto não se compreende.

Outro pormenor que eu me apercebi, a iluminação em São Pedro Velho, não sei se acontece o mesmo em todas as Freguesias, acende por volta das 20.30 hrs., parece-me cedo, penso que se justificava acender meia hora mais tarde, seguramente seria uma poupança bastante considerável no concelho todo, não sei se isso poderá ser alterado.

Outro assunto, falou-se aqui muito hoje do papel dos Presidentes de Junta, eu reforço esse certo papel, notou-se principalmente durante o confinamento, refiro-me a São Pedro Velho e penso que às outras Freguesias, nós funcionámos como um Mini Gam, uma vez que o GAM estava fechado, Finanças fechadas, Segurança Social fechada, muitos serviços foram feitos na Junta de Freguesia, houve muita exposição por parte dos Presidentes de Junta, a ida às compras, à farmácia, entre outras, sendo que 60 % da população da nossa Freguesia tem mais de 65 anos, muitos sem multibanco, sem transporte. Talvez devido a esse serviço que nós prestamos fomos aumentados, 0,81 cêntimos, desde 2009, há 11 anos que sou Presidente, o nosso aumento foi cerca de 1.00 €, é para que vejam a importância que nos dão!

Gostaria de saber em que ponto está o Projeto da CIM-TTM relativamente ao transporte das Freguesias para a cidade, penso que era para iniciar no segundo trimestre de 2020, mas certamente com esta pandemia as coisas atrasaram, nós somos os grandes prejudicados nesse sentido, porque não temos transporte público para Mirandela.

E por fim, agradecer, durante este tempo de confinamento, como Presidente de Junta colaboramos mais afincadamente com algumas instituições, Câmara Municipal, Proteção Civil, Bombeiros da Torre, GNR da Torre, GNR de Mirandela, Farmácia da Torre de Dona Chama, Centro de Saúde da Torre, entre outras, agradecer todo o apoio que nos foi prestado.

Queria também agradecer a todos aqueles que nos ajudaram na promoção do morango, funcionou muito bem, aquilo que nós pensávamos que ia ser um problema, acabou por ser um “sucesso”, foi o melhor ano para eles em termos de vendas, em termos de clientes, funcionou muito bem.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção estava condicionada por aquilo que dissessem os meus colegas Presidentes de Junta, porque eu no fundo, acho que esta situação da pandemia aquilo que veio a demonstrar é a essencialidade daquilo que nós sempre fomos, os Presidentes de Junta não passaram a ser heróis ou indispensáveis para a população local com a Covid-19, já o eram. Todos os meus colegas Presidentes de Junta e era isso que eu estava à espera de ouvir dizer aqui, é que o que aconteceu durante a pandemia não é uma situação assim tão excepcional em relação ao que nós fazemos no dia-a-dia, passamos a fazer mais, mas não foi novidade, porque desde arranjar medicamentos às pessoas, fazer pagamentos, ir às compras, permitir-lhes um dia a dia mais fácil às pessoas que mais precisam, isso faz parte do dia-a-dia de todos os meus colegas Presidentes de Junta e por isso eu concordo com o que disse o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quando disse que devia haver um retrocesso na lei quanto à diminuição do número de freguesias a nível nacional, porque a última coisa que resta à interioridade, é a representatividade que têm dos Presidentes de Junta, que não se atrevam a retirar isso às populações.

Eu não posso concordar com o que diz a minha colega Presidente de Junta *Lúisa Deimãos*, porque efetivamente esse argumento de quanto maior for a população, maior o rendimento e maior efetividade há no serviço, isso só se traduz numa coisa, na perda de qualidade de vida das populações mais envelhecidas e de pequenas localidades, porque quando mais disperso estiver o poder local melhor e mais eficazmente serão satisfeitas as necessidades coletivas.

E só um último apontamento, quando o Senhor Deputado *Jorge Humberto* estava a dizer que foi o PSD que diminuiu o número de freguesias a nível nacional, eu só queria recordar uma coisa, que em 2016 quem fez uma proposta para que a mínima pudesse funcionar fosse com mil habitantes, a não ser que distasse mais de 10 km da sede do concelho foi o PS e essa proposta só não foi para a frente porque o PSD votou contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *PEDRO BEATO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou começar por agradecer, de manhã na minha intervenção, o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* chamou a atenção a um pormenor que está absolutamente correto, eu generalizei, facilitei porque estava a fazer um enquadramento de tempo entre 1810 e 1856 e vários dos nossos concelhos, nessa altura já não existiam, eu facilitei, ele corrigiu e bem, muito obrigado.

Esta minha intervenção tem a ver com o ponto de chegada de vários aspetos das minhas intervenções ao longo deste tempo e hoje vem a propósito, porque hoje aconteceram duas coisas nesta Assembleia que eu achei muito interessantes, várias intervenções a falar da cultura, um aspeto que eu gostei muito e essas intervenções tiveram, por exemplo, a intervenção do Senhor Deputado *António Figueiredo*, a intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, uma das últimas intervenções da Senhora Presidente da Câmara nos esclarecimentos e que tocaram na cultura de uma maneira que eu gostei, embora fique triste por outros aspetos dessas mesmas intervenções.

Mas há um pormenor que gostei particularmente e que se enquadra na minha preocupação, que foi a intervenção da Senhora Deputada *Rita Messias*, que a determinada altura, quando falava de cuidadores informais, eu gostei imenso desta expressão e na relação que os cuidadores informais têm com aquilo que se chama a qualidade de vida e o bem estar.

A Senhora Presidente da Câmara quando fez também uma intervenção, falava no Senhor Cónego *Silvério* como uma inclusão numa equipa, que eu gostaria imenso de fazer parte, mas nunca faço parte destas coisas, mas a maneira como ele é feito é interessante.

Vou passar à minha intervenção, eu gostava de dizer que hoje, na Ordem de Trabalhos, falou-se em Regulamento Municipal da Fiscalização do Urbanismo, falou-se em Regulamento Municipal do Parque de Campismo, falou-se em Regulamento Municipal do Museu da Oliveira e do Azeite, falou-se inclusivamente em Regulamento do Conselho, regulamento, regulamento e eu fico a pensar para quando um Regulamento do Património Histórico Artístico e Cultural de Interesse Municipal? E esse era o meu grande objetivo desde que entrei nesta Assembleia Municipal e seria o meu grande objetivo como cidadão de Mirandela.

No entanto, vou tecer algumas palavras sobre este contexto, a responsabilidade de proteção do património de interesse municipal dispersos pelo concelho deve estar devidamente classificado, como é natural e investigado, classificado ao nível local e impedir a sua degradação nas várias formas, é também uma preocupação correta dos representantes locais, Câmara, Juntas de Freguesia, entre outras.

A Câmara tem uma rede de equipamentos culturais dinâmica, uma relação com o movimento associativo, com as associações, com a comunidade educativa, os equipamentos culturais vão continuar a crescer em Mirandela, eu sei isso muito bem e acho bem que continuem a crescer, no entanto a minha opinião tem a ver com uma aposta complementar e aqui é que eu incluiria os tais grupos informais de indivíduos, aspeto pelo qual me debato desde que cheguei a esta Assembleia, o grupo de cidadãos informais quando existem, acabam por ser mais um espaço, os que existem, em vez de serem informais e de manterem a sua vontade, porque são sempre escolhidas pessoas que normalmente estão com uma carga administrativa muito grande, acabam por ser um espaço associativo à procura de instalações, em vez de ser fundamental para uma ligação de interpretação do nosso território, como vou tentar dizer de uma forma muito simples.

A cultura expressa formas de sentir a vida e preenche o sentido e dá sentido à sua existência. A nossa cultura e a nossa identidade são protagonistas de uma relação comunicacional, *José Saramago*, no seu livro “Ensaio sobre a Cegueira”, escreveu como uma epígrafe que retirou do “Livro dos Conselhos” o seguinte: “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”. Ainda que administrativamente, se defenda interpretação diferente e as modernas ciências do património, entre elas a museologia, com

*Handwritten marks:*  
A  
B  
7/7

eficientes contextos interpretativos e os documentos emanados da igreja, como os Tombos, antigos registos civis, a realidade é que estes bens culturais continuam a não dissipar o fosso grande entre o património e a maioria dos usufruidores que se posicionam de forma longínqua relativamente à cultura e vamos continuar, na minha opinião, neste contexto e é por isso que eu estou triste.

A ausência de cultura histórica, prejudica uma cidade, um concelho identitário, a nossa comunidade é herdeira de um património, é dever daqueles que a dirigem, entender o valor desse legado impar, que inspirou e inspira a nossa vida comunitária. Uma pedagogia necessária a cada comunidade e em particular à nossa, para instruímos a herança e o diálogo entre os seres humanos do mundo contemporâneo.

Agora a parte final, devemos saber relacionar a nossa história, um exemplo muito simples do nosso património religioso, um observador que olha para o crucifixo e quantos de nós não trazemos um crucifixo no pescoço, no carro pendurado, em tanto lado, um observador que olha para um crucifixo, não vai discutir problemas da ressurreição, como eu tenho medo que vá acontecer, não, um crucifixo não é para discutir problemas da ressurreição, mas sim para ver naquela representação, aspetos muito importantes da nossa vida, da nossa história, da nossa cultura, das dificuldades de isolamento em que nós vivemos em Trás-os-Montes, vai ser a imagem dos homens caídos e que se levantaram, Cristo caiu mas levantou-se.

Um crucifixo é isso, é a imagem dos homens caídos que se levantam e liga-nos com outros que mais tarde também se levantarão, quando nós já não o pudermos fazer. É isto que está a falhar na nossa cultura em Mirandela, é esta visão e quero-vos dizer, é um legado com continuidade, é isto que tem de ser a nossa cultura e eu não consigo fazer compreender isto e vou perder esta luta, mas vou continuar a escrevê-la a deixá-la à minha neta.

A imagem de São João da Mata e de São Félix de Valois, que estão na fachada da Igreja da Misericórdia, olham para nós com os seus olhos de pedra, ou seremos nós que temos olhos de pedra e continuamos a ter olhos de pedra?! Dificultando o que disse *José Saramago* ao referir o “Livro dos Conselhos”.

----- O Senhor Deputado Municipal *NUNO MAGALHÃES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais dizer-lhes que é bom estarmos aqui novamente e é bom revê-los com saúde e espero que assim continuem, tanto vocês, como as vossas famílias.

Sendo muito telegráfico sobre alguns assuntos que eu quero falar, os dois primeiros estão relacionados com a rua da Cruz Amarela que é a rua onde se localizava antigamente a Segurança Social, em que há dois problemas que subsistem já há algum tempo, um deles tem a ver com a questão da desbaratização, há dias em que é insuportável o volume de baratas que se encontra na rua, que obriga muitas das vezes as pessoas a saírem do próprio passeio e terem de se deslocar pelas estradas e por isso, eu vi na Informação da Senhora Presidente que já houve um início deste plano de desbaratização dia 29 de março, mas não sei se falhou ou se não passou por ali, por isso quero deixar essa nota.

A segunda nota também ainda relacionada com a rua da Cruz Amarela, tem a ver com a limpeza da própria rua, há uns tempos a equipa de jardinagem esteve nesta rua, onde estive a aparar todas as ervas e arbustos que ali se localizam e obviamente que esta limpeza deixa algum lixo que fica acumulado na rua, o habitual seria passar alguém para fazer essa recolha, mas aquilo que aconteceu é que passou quase uma semana e essa recolha não aconteceu e também provocou alguns problemas de mobilidade no passeio e deixar também essa nota.

Outra nota tem a ver com um pequeno pormenor, isto tem mais a ver com o varrimento da própria rua e que aconteceu à minha porta e por isso eu posso falar sobre isso, o varredor que esteve por ali, fez a limpeza e fez uma acumulação das beatas de cigarros junto do passeio em frente a minha casa e certamente, poderá ter sido por lapsos, a qualquer um de nós poderia acontecer, deixou aquela acumulação de lixo ali, durante dias a fio, o que também causa algum transtorno e demonstra alguma imagem de pouca salubridade, o que é de destacar.

Também relativamente a limpezas, na rua *Eusébio da Silva Ferreira*, a passagem de varredores tem sido um pouco escassa e por isso também deixar essa nota, para que tenham em conta este assunto.

Sobre limpezas, neste caso sobre as estradas, falar também da Estrada Municipal 603, que faz a ligação entre o Cachão e o aterro sanitário, em que a vegetação já começa a vir para cima da estrada. Sabemos que aquela estrada já por si é um pouco perigosa, é estreita, o que obriga ainda mais a condicionar a manobra e pode provocar alguns acidentes e por isso também chamar-vos a atenção para isso.

Outra questão tem a ver com a reta, conhecida por nós como a reta da Total, onde sabemos que há ali alguns problemas de velocidade, que estão relacionados com a extensão da reta, contra mim poderei falar, não sou isento dessa questão, mas penso que se devia pensar para ali algum tipo de dissuasor, ou algum tipo de controlo de velocidade, lombas ou algo do género, para acautelar estas situações.

Para concluir, dizer que acompanho aquilo que o Senhor Presidente da Junta de Cedães *António Martins* aqui referiu, relativamente ao minuto de silêncio, tanto pelas vítimas da Covid-19, como pela Dr.ª *Alzira Lemos* que faleceu e acho que devíamos efetivamente fazer esse minuto de silêncio e também fazer outro apelo, que depois do minuto de silêncio culminássemos com um aplauso para todos os profissionais de saúde, todos os professores, todos os distribuidores, toda a gente que esteve na linha da frente, para continuar a fazer o país mexer enquanto muitos de nós, como foi o meu caso, teve a oportunidade de ficar em casa e em segurança.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Normalmente neste ponto tenho sempre qualquer coisa para dizer, mas com o avançar da hora tenho-me recusado nas últimas Assembleias usar este tempo, mas para acabar em beleza, até porque o debate foi muito intenso, houve aqui excelentes intervenções, esta questão da Covid-19 doutorou-nos a todos, o que é que verdadeiramente andamos a fazer nesta luta contra a Covid-19 e qual o nosso papel, mas há uma coisa que acho que devemos por um ponto final e se me permite a família *Brízido* e também com o Senhor Vice-Presidente José Cunha, até porque fez declarações públicas, tais como: “O próprio laboratório não sabe

como foi captada a água, se foi captada mesmo no Cobro, como foi transportada e há quantos dias estava dentro da garrafa”. Senhor Vice-Presidente, pergunto-lhe se não há espaço a um pedido de desculpa público e assim enterrarmos de uma vez por todas esta questão da água do Cobro, porque tanto quanto sei a água do Cobro segundo o resultado das análises a água está boa e esperemos que continue e se porventura há alguma retificação a fazer nos ramais da água, percebi também que a Câmara Municipal está inteiramente disponível.

Pergunto-lhe com esta declaração pública, eu acho e não fui só eu, que há aqui um duvidar da honestidade desta família, especialmente de *Manuel Brízido*, se não se predispõe a fazer um pedido de desculpa público e nesse sentido eu disponibilizo-me nos próximos tempos, naquilo que são questões políticas e porventura pessoais, para interceder junto de ambos, para que estas questões sejam resolvidas, porque muito maior é aquilo que nos une, do que aquilo que porventura nos divide e nesta questão muito em particular.

Só para terminar, “O socialismo dura até acabar o dinheiro dos outros” *Margaret Thatcher*.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Findas as intervenções neste Ponto de Outros Assuntos de Interesse para o Município e dando seguimento às propostas apresentadas na Mesa, que passo a apresentar, por parte do Senhor Presidente de Junta *António Martins*, foi sugerido um minuto de silêncio relativamente às vítimas da Covid-19 e em homenagem à *Dr.ª Alzira Lemos* farmacêutica, figura de referência na área da farmácia, a mais antiga Diretora Técnica em exercício, seguido do envio do Voto de Pesar à família.

A proposta por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela Senhora Deputada *Patrícia Bernardo* e pelo Senhor Deputado *Nuno Nogueira*, Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, também um Voto de Pesar à *Dr.ª Fernanda Pires*, também ela farmacêutica, também figura de referência na área da Torre de Dona Chama, falecida na semana passada com a bonita idade de 100 anos e por fim, no final deste minuto de silêncio, em seguimento da proposta do Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, a Assembleia Municipal emitirá um aplauso a todos os profissionais de saúde e aos professores que desempenharam as suas funções neste tempo difícil e em franca dificuldade e entrega e apreço que merecem da nossa parte.

Vamos então proceder ao minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19, à *Dr.ª Alzira Lemos* e *Dr.ª Fernanda Pires*.

----- A Assembleia Municipal efetuou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da Covid-19, à *Dr.ª Alzira Lemos* e à *Dr.ª Fernanda Pires*.

----- A Assembleia Municipal aplaudiu todos os profissionais de saúde, professores, Proteção Civil, forças de segurança e todos que estiveram envolvidos na chamada linha da frente no combate à pandemia Covid-19.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou tentar ser o mais sucinta possível, no sentido de dar um esclarecimento cabal a todas as situações colocadas, mas fazendo também a referência que há aqui a meio da intervenção, quando se colocaram dúvidas relativamente à faturação da água, peço ao Senhor Vice-Presidente que tem o Pelouro da água para nos fazer essa explicação.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães *António Martins* e às questões relacionadas com a discussão na participação do trabalho em grupo com as Juntas de Freguesia, esta questão já foi respondida na minha primeira intervenção relativamente à Covid-19, ou seja, que o trabalho foi feito nas questões da Comissão, com a representação das entidades que estão representadas, as decisões foram tomadas, obviamente que esta proximidade com as Juntas de Freguesia foi conseguida em praticamente todas as Juntas e que muito agradecemos o trabalho que executaram.

Relativamente ao Senhor Deputado *António Figueiredo*, a Cedilhavulso Unipessoal Lda., que é aquele investimento em Barcel, dizer-lhe que não foi obsessão, eu não conheço sequer os investidores, conheci-os na altura em que eles adquiriram as parcelas de terreno, quem comprou os terrenos foi o investidor e a Câmara Municipal fez a proposta baseada naquele projeto relativamente ao possível investimento, que se note que não houve má-fé relativamente a esta questão, houve e quando falou na educação, de facto a educação cabe a todos, ou seja, cabe aos Senhores Deputados, cabe-me a mim, cabe no respeito pelas opiniões diferentes uns do outros, de facto o único objetivo que nós tivemos e mantemos e temos outros investidores para empreendimentos turísticos, será sempre fazer o melhor acolhimento de forma a que os investidores, que como sabem são poucos e são muito concorridos entre os Municípios deste país, nós não sejamos preteridos por não fazermos tudo para que o investimento, essencialmente no mundo rural, onde temos poucas pessoas, poucos investimento e pouco emprego e quando falamos de emprego, estamos a falar de desenvolvimento e quando falamos de desenvolvimento é o que nós queremos para o nosso concelho, é qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e atrair pessoas e sem emprego não há pessoas e não há desenvolvimento.

Foi neste espírito que foi feito tudo aquilo que foi possível da parte da Câmara Municipal. Foi encaminhado para o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, foi encaminhado também para a CCDR-N, neste momento não existe nenhum RIP – Reconhecimento de Interesse Público aprovado, foram enviados os pedidos de parecer a todas as entidades e já foi também informada a CCDR-N, quanto a todo o calendário que aconteceu relativamente a este investidor, desde o dia 18 de setembro de 2019 em que deu entrada na Divisão de Obras Municipais, até aos pedidos de pareceres externos à Entidade Regional da Reserva Agrícola do Norte, à CCDR-N, à Comissão Municipal, ao Turismo de Portugal, à Agência Portuguesa do Ambiente, ao Parque Natural Regional do Vale do Tua, são uma série de entidades que têm de ser consultadas para parecer prévio relativamente aos estudos.

Foi também mencionada a necessidade do estudo de Avaliação de Impacte Ambiental e isso é uma obrigatoriedade, em dezembro notificamo-lo sobre a resposta da CCDR-N e da APA e foram satisfeitos todos os preceitos legais, regulamentares e regimentais, em matéria de urbanização e edificação, comprovando-se que a Câmara Municipal cumpriu de forma meticulosa a legislação em vigor, nomeadamente, informando o requerente da necessidade de Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental, não há neste momento qualquer aprovação do Pedido de Informação Prévia e também a viabilidade de realização de qualquer operação



*[Handwritten initials and marks]*

urbanística é, como compete, sempre avaliada pela equipa da Divisão de Obras Municipais e Urbanismo da Câmara Municipal, após obtenção de todos os pareceres externos necessários.

Sabemos que o Reconhecimento de Interesse Municipal, não se sobrepõe a qualquer outra legislação em vigor, nomeadamente, o cumprimento do PDM, o RJUE e todos os instrumentos de ordenamento do território, quanto à Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Este é o ponto de situação deste processo e aquilo que lhe posso dizer é que estou de consciência tranquila naquilo que foi o objetivo da Câmara Municipal de acolher investimentos, tivemos também a apresentação de um outro investimento muito importante para o concelho, estes investidores conhecidos e que querem fazer um projeto mais pequeno, mas também com muito impacto sob o ponto de vista do desenvolvimento territorial e vamos tratá-los da mesma forma, no sentido de que possam ser recebidos, acolhidos e possam criar postos de trabalho.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, eu partilho consigo a intenção de que nós não estamos aqui para brincar, estamos aqui para trabalhar e estamos aqui para trabalhar sério, de forma transparente e de forma honesta como eu tenho feito até aqui, sem privilegiar nenhum Presidente de Junta, mas também tratando todos de igual forma.

Da parte do Executivo da Câmara Municipal nunca houve nenhuma discriminação relativamente aos eleitos locais, se foram eleitos pelo PSD, ou pelo PS, ou se são independentes, houve sempre um tratamento igual, não conseguimos responder de forma atempada a todas as situações, é verdade, não conseguimos dar tudo aquilo que é solicitado, é verdade, é certo que durante os últimos três anos eu nunca vi tantas obras executadas pelas Juntas de Freguesia e isto porque neste momento têm uma capacidade financeira completamente diferente daquilo que existia nos mandatos anteriores. Têm uma autonomia diferente e por isso esta autonomia também vos dá a capacidade de realizar.

De qualquer forma, dizer-lhe que em relação à discriminação, não é verdade, aliás, tudo aquilo que nós conseguimos fazer e dar resposta, fazemo-lo de forma a que também possamos cumprir o nosso objetivo de que as Freguesias tenham um desenvolvimento como tem, por exemplo Mirandela, de uma forma diferente, com objetivos diferentes, mas que tenham qualidade de vida, que têm certamente.

Em relação à questão da Ação Social, de facto o processo foi encaminhado para os Serviços de Ação social, perguntei já durante esta Assembleia Municipal onde é que estava o processo, pois como sabe Senhor Presidente de Junta, eu não consigo decorar todas as datas em que falo com o Senhor Presidente de Junta, ou com qualquer um de vós, mas nunca me esqueço de que se eu não telefonei nos dias em que estive isolado, ou se não contactei nenhuma pessoa que esteve com Covid-19, é porque eu sei que essas pessoas tiveram ao longo de todo esse processo o contacto com a autoridade de saúde e a autoridade de saúde reportava-nos sempre, sem identificação dos casos, se havia dificuldades ou não e remetia para a Segurança Social e portanto a exposição dos casos infetados é sempre muito complicada de se fazer e sei que foram penalizadas algumas Câmaras por estarem a expor os casos infetados, sob o ponto de vista da proteção de dados e sob o ponto de vista da saúde individual de cada um.

Os únicos que tinham acesso aos dados eram as autoridades de saúde e as forças de segurança.

Quanto à questão da água, vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, no sentido de esclarecer a faturação, de acordo com aquilo que solicitou.

----- O Senhor Vereador *JOSÉ CUNHA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à faturação da água sei que têm havido algumas dúvidas da população, por isso é que enviamos alguma explicação e a dúvida é sobre se foi ou não oferecida a faturação do mês de março, o que eu quero transmitir é que realmente numa dessas faturas que referiu que tinha 162 m<sup>3</sup> e no mês seguinte voltaria a ter 162 m<sup>3</sup>, o que é que acontece na fatura da água, só há uma evolução dos m<sup>3</sup> quando a leitura é fornecida ou lida, sempre que é feita a média esse valor mantém-se, estando à frente os m<sup>3</sup> que foram considerados. O que é que acontece, esse consumidor fica com uma “bolsa de m<sup>3</sup>”, quando for feita a leitura ou se for dada, por exemplo estava aqui nos 162 m<sup>3</sup> e a seguir era 170 m<sup>3</sup>, se pagou 10 m<sup>3</sup> já tinha 10 m<sup>3</sup> e colocar-se-ia o pagamento e tinha um crédito de 3 m<sup>3</sup>, isto porque nós não poderemos colocar os m<sup>3</sup> da estimativa, porque depois não bate certo com o que está no contador, se nós formos incluir na fatura da média 10 m<sup>3</sup> de 162 m<sup>3</sup> para 172 m<sup>3</sup>, essa informação não é correta, porque estamos a falar de uma média porque não foi feita a leitura e por esse motivo é que não há uma evolução dos m<sup>3</sup> nesses meses e se reparar nessa fatura deve dizer estimativa e não leitura dada, nem recolhida pelo leitor.

Disse que alguém no Município devia ter feito esse serviço, eu creio que os funcionários do Município também são seres humanos e também têm direito ao confinamento e à proteção da sua saúde, sabemos que há serviços que estiveram encerrados e pagaram o valor de água estimado, uma média, porque não foi dada a contagem, nem foi lida, agora irá ser restituído esse valor nas faturas relativas ao consumo do mês de maio e de junho, vai haver esses acertos porque durante o mês de maio os colegas já iniciaram a leitura dos contadores, nestes dois meses tudo será restabelecido a nível das leituras no nosso concelho, à exceção dos contadores que se encontram no interior das habitações, que por segurança tanto do consumidor, como do funcionário não serão feitas essas leituras até serem aliviadas as diretivas da Direção Geral de Saúde.

Em relação à contabilização dos 0,5 m<sup>3</sup>, os 0,5 m<sup>3</sup> não são considerados, mas informaticamente quando é considerada a média o sistema calcula os 0,5 m<sup>3</sup>, por exemplo, se tinha um consumo de 10 m<sup>3</sup> e outro de 11 m<sup>3</sup> dos últimos dois meses lidos, dava um consumo de 10,5 m<sup>3</sup>, neste caso faz-se o pagamento dos 10,5 m<sup>3</sup> e lê os 0,5 m<sup>3</sup>, os 0,5 m<sup>3</sup> só são considerados quando é feita a média matemática através da aplicação que faz o processamento da faturação.

Se a Senhora Presidente me permite, dava apenas duas notas muito rápidas, uma em relação ao Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, dizer que em relação a esta situação na rua da Cruz Amarela, eu próprio sei que houve queixas, estive no local em relação à sebe e foi constatado que aquela sebe não foi bem cortada, como também não está já em bom estado, ficando já tratado com os serviços a sua substituição na totalidade daquele espaço. Poderá não ser feito já devido às condições climáticas, mas em setembro, outubro será substituída.

Em relação à limpeza, pedir em nome do Município desculpas ao cidadão *Nuno Magalhães* se não ficou algum problema de limpeza à sua porta resolvido, com certeza que não foi propositado, foi algum descuido ou foram chamados para outra ocorrência, por isso peço as desculpas por essa situação ocorrida.

*[Handwritten initials and marks]*

Em relação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, solicitou-me que eu fizesse um pedido de desculpas público, eu não considero que o devesse fazer, porque eu referi palavras ditas pelo laboratório quando consultei o laboratório para saber o que se passava, o laboratório disse-me que não tinham sido eles a fazer a recolha da água, que tinha sido o cidadão a levar a água e que não sabiam se a água era daquele local, como tinha sido feita a recolha, como foi transportada, esta foi a explicação que me deu o laboratório e quando me foi solicitada uma explicação pela Rádio Terra Quente, expliquei os parâmetros do que sabia e por isso não acho que tenha ofendido diretamente nem esse Senhor, nem a sua família, apenas expus o que me foi transmitido, mas gostaria que ficasse indignado e que também pedisse ao contrário, quando hoje aqui foram ditas palavras menos agradáveis à minha pessoa, mas acho que isso não o indignou.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Franco e Vila Boa *Paulo Pontes*, esta questão dos pontos de luz é uma questão preocupante, nós já reunimos com a EDP Distribuição eles agora têm um interlocutor direto para as autarquias, existe muita demora na resposta dos pedidos de ampliação da rede de iluminação pública, é certo que nós quando estamos a falar de ampliação de rede, muitas vezes estamos a falar de investimentos de milhares de euros, ou seja, quando vocês pedem um ponto de luz e não temos a rede até lá, são novos postos, são novos cabos e trata-se de um valor substancial, nada que se compare por exemplo com a situação de São Pedro Velho que as luminárias estão danificadas, não vamos conseguir dar resposta a todos os pedidos porque são muitos, temos casas que entretanto são construídas fora do aglomerado urbano, que os próprios assinam um documento a dizer que não necessitam de infraestruturas, mas passados alguns anos as pessoas acham-se no direito de ter essas infraestruturas e têm esse direito até certo ponto, mas de facto é um investimento público assinalável para fazer esses ramais e para fazer essa ampliação da rede.

Estamos a aguardar postos de iluminação pública para Regodeiro, Gandariças, Barcel, Marmelos, Vale de Prados, Rego de Vide, temos uma série de pedidos que estão em espera, em tratamento que é assim que refere a base de dados da EDP Distribuição. Vamos ver se isso é feito o mais rápido possível, alguns deles ficaram a aguardar também a questão orçamental relacionada com os pedidos, temos alguns pedidos que custam cerca de 20 mil euros, relativamente à ampliação da rede e esses estão a aguardar cabimento orçamental.

Relativamente à limpeza da União de Freguesias do Franco e Vila Boa, houve de facto com a Covid-19 a alteração do serviço dos Sapadores Florestais, que fazem a limpeza a alguns caminhos, estamos agora a retomar esta atividade, estamos agora a limpar a estrada que dá acesso ao Romeu e vamos fazendo de acordo com as necessidades que vamos tendo.

Quanto à questão da Ribeira D'Aila, este é um projeto em parceria com a Câmara Municipal de Murça, de facto não avançou nada, ou seja, ficamo-nos na intenção e no objetivo, porque não vislumbramos nenhum projeto que pudesse financiar esse investimento, a nível de candidaturas não estávamos a ver nada onde pudéssemos ir buscar esse financiamento, este é o ponto de situação.

Em relação às questões do Parque de Campismo, o equipamento turístico deve abrir no início de julho, também em simultâneo com a abertura das praias fluviais, estamos a fazer um Plano de utilização de acordo com as contingências atuais, vai ter menos espaços, com o distanciamento obrigatório.

Quanto ao operador económico da Linha do Tua, a operação de obras fica pronta em junho, existem alguns problemas na Agência relativamente às questões das carruagens e também da obtenção do financiamento da CP.

Relativamente ao loteamento de que falou o Senhor Deputado *Carlos Sousa*, trata-se de um loteamento e na apreciação dos processos, são as regras definidas no loteamento.

Em relação à ligação da luz, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho *Carlos Pires*, vamos verificar com os serviços, de facto meia hora representa uma poupança diária significativa, nós começamos com um projeto de substituição para lâmpadas Led, o norte do concelho já está bastante executado, quer o projeto de eficiência energética, quer também relacionados com um projeto da EDP.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Pedro Beato*, dizer-lhe que agradecemos que nos enviasse um e-mail com a proposta do regulamento, teremos todo o gosto junto da Divisão da Cultura fazer essa apreciação, pois também queremos ir de encontro aos seus objetivos do mandato e teremos todo o gosto em trabalhar no sentido de formalizarmos esse regulamento.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Nuno Magalhães*, as questões relacionadas com a limpeza já foram respondidas, relativamente à desbaratização, este é um problema que temos já reportado também a algumas Freguesias, muitas Freguesias, já começamos a desbaratização nos Passos, Romeu, Freguesias onde nunca houve baratas, esta situação está relacionada com o clima, com o aumento da humidade relativa e têm de haver vários tratamentos para conseguirmos esta eliminação.

Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, concordo com aquilo que disse.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado *Paulo Pinto*, dar-lhe nota de que a esta citação da *Margaret Thatcher* eu respondo-lhe com uma frase de *Francisco Sá Carneiro*, "A política sem risco é uma chatice, mas sem ética é uma vergonha".

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Prometo ser rápido, normalmente falo lá de baixo, mas vim aqui acima porque quero estar a olhar de frente para a Senhora Presidente.

Não quis criar conflitos, porque houve aqui algumas críticas que foram feitas, eu assisti a este período de confinamento a 500 km de Mirandela, embora estando em contacto quase diário com a cidade, com as pessoas que comigo se relacionavam, os meus trabalhadores e fui acompanhando e devo dizer que recebi as comunicações que foram elaboradas pelo Município relativamente à situação que se estava a viver, que é uma situação nova para todos nós.

Eu costumo analisar os problemas em função dos resultados e eu diria que os resultados do combate à Covid-19 que foi feito aqui no Município foram extremamente positivos. Senão nós vejamos, tivemos um primeiro caso, eu fiquei alarmado, mas depois

*[Handwritten initials and marks]*

conseguiu-se finalmente, os “parolos lá do norte” como cheguei a ouvir, acabaram lições aos Senhores do sul que neste momento estão com um problema gravíssimo, como vocês sabem.

Foram feitas aqui algumas críticas à Senhora Presidente, mas eu em consciência, face aos resultados que se obtiveram tinha de fazer esta pequena intervenção. críticas, mas que eu chamo a atenção Senhora Presidente, foram críticas positivas, foram críticas de alguém que quer colaborar com o Município, a voluntariedade dos nossos Presidentes de Junta e eles sentiram-se feridos ao porem toda a sua boa vontade na resolução, na ajuda às suas populações, serem de alguma maneira esquecidos.

Eu diria, considerando que há o acessório e há o principal da questão, isto para mim foi o acessório, o principal foram os resultados e os resultados, devo-lhe dizer que foram extremamente positivos.

E fazia-lhe um apelo, não sabemos se vamos ter uma segunda pandemia, o mais certo é vir a tê-la, tenha em atenção estas críticas positivas que foram feitas, as pessoas querem colaborar, chame-as para si. Quanto mais larga for a base de apoio, melhor para todos nós e de certeza que o combate será muito mais positivo, que o que foi neste momento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dizer-vos como já falei no início, as nossas sessões são desgastantes, mas isto é trabalho, é trabalho e Sessões destas levam-nos a concluir no final que de facto vale mesmo a pena.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6. Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal;

*[Handwritten signature of Luís Augusto de Meló Guimarães]*  
Luís Augusto de Meló Guimarães

A Primeira Secretária;

*[Handwritten signature of Luísa Maria Almeida Torres Belchior]*  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

*[Handwritten signature of José António Costa Ferreira]*  
José António Costa Ferreira